

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Rodrigo Luís Melz**

**Os Interesses Manifestados pelos Atores Sociais no Jogo da Fumicultura no Vale do Rio  
Pardo/RS: uma Análise dos Fatos Sociais Produzidos de 2002 a 2005**

**Porto Alegre**

**2017**

**Rodrigo Luís Melz**

**OS INTERESSES MANIFESTADOS PELOS ATORES SOCIAIS NO JOGO DA  
FUMICULTURA NO VALE DO RIO PARDO/RS: UMA ANÁLISE DOS FATOS  
SOCIAIS PRODUZIDOS DE 2002 A 2005**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Administração. Área de Concentração: Estudos Organizacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

**Porto Alegre**

**2017**

### CIP - Catalogação na Publicação

Melz, Rodrigo Luís

Os Interesses Manifestados pelos Atores Sociais no Jogo da Fumicultura no Vale do Rio Pardo/RS: uma Análise dos Fatos Sociais Produzidos de 2002 a 2005 / Rodrigo Luís Melz. -- 2017.  
160 f.

Orientador: Rafael Kruter Flores.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Teoria da Produção Social. 2. Jogo Social. 3. Fumicultura. 4. Vale do Rio Pardo. 5. Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. I. Flores, Rafael Kruter, orient. II. Título.

**Rodrigo Luís Melz**

**Os Interesses Manifestados pelos Atores Sociais no Jogo da Fumicultura no Vale do Rio Pardo/RS: uma Análise dos Fatos Sociais Produzidos de 2002 a 2005**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Administração. Área de Concentração: Estudos Organizacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

Conceito Final:

Aprovado em .... de ..... de .....

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Guilherme Dornelas Camara – EA/UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Ceci Misoczky – EA/UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Virginia Elisabeta Etges – PPGDR/UNISC

---

Orientador: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores – EA/UFRGS

Dedico esse trabalho aos meus avós Willibaldo  
(*in memoriam*) e Herondina Baierle.

## AGRADECIMENTOS

A Deus.

A minha mãe que com muito amor superou as dificuldades, me educou e fez tudo que estava em seu alcance para que eu tivesse a oportunidade de estudar, que ela não teve. Ao meu padrasto Floriano que também contribuiu nesse sentido.

A Débora, que dividiu comigo muitas alegrias e horas difíceis durante os últimos sete anos. A sua compreensão incondicional pelas tantas horas que não pode dividir, pois os compromissos do mestrado não permitiram. Pelo seu apoio manifestado de todas as formas possíveis durante esse período.

Aos meus avós, de maneira especial ao “vô Wili”, que infelizmente nos deixou no dia anterior à primeira aula do mestrado. Também a minha “vó Dina” que muito se preocupa e torce por mim. Com minha mãe e com eles convivi até meus cinco anos, devido ao precoce falecimento de meu pai e pra eles dedico esse trabalho.

Ao meu orientador Rafael, por sua paciência, dedicação e disponibilidade. Seu apoio e seus ensinamentos foram fundamentais para que eu persistisse nessa empreitada e começar a “desencilhar” de minhas rígidas pré-concepções. A professora Ceci e ao professor Guilherme que acompanharam o trabalho desde a fase do projeto de pesquisa e muito contribuíram com suas críticas e direcionamentos para meu amadurecimento intelectual, ainda em curso. A professora Virgínia, pela sua disponibilidade em compor a banca de defesa e pelas contribuições.

Ao meu amigo Cássio, que gentilmente abriu a porteira do “AP do Delta” onde residi por cerca de dois anos e que foi e seguirá sendo companheiro de muitas charlas e de muitas lutas! O agradecimento se estende aos amigos e amigas de luta que conheci em Porto Alegre, pelo apoio recebido. Aos familiares e amigos gaúchos e catarinenses que torcem por mim.

Aos colegas e principalmente aqueles que hoje chamo de amigos que o mestrado me proporcionou e que foram muito importantes nessa caminhada de amadurecimento.

Aos professores e professoras do PPGA, e do POSGea da UFRGS pelo aprendizado proporcionado. Agradecimento que estendo aos colegas do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora.

Aos entrevistados durante a pesquisa, de maneira especial aos fumicultores.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me outorgou uma bolsa de mestrado por dois anos.

*Trabalhando, trabalhando  
Não viu a vida passar  
O suor que regou a terra  
Nem sementes viu brotar  
Trabalhando, esperando  
Enfrentando chuva e sol  
Enxada na terra alheia  
Nunca traz dia melhor.  
Assim a geada dos anos  
Foi lhe branqueando a melena  
E este homem rural  
Hoje é peão de suas penas  
De que vale tanta ciência  
Para um pobre agricultor?  
Quando a própria previdência  
O esqueceu num corredor  
Quando a própria previdência  
O esqueceu num corredor.  
Esperando, esperando  
Enfrentando chuva e sol  
Enxada na terra alheia  
Nunca traz dia melhor.  
Esperando, esperando  
Por uma mão estendida  
Por que o deixam tão só?  
Por que lhe negam guarida?  
**(Cenair Maicá, Homem Rural)***



## RESUMO

Esta Dissertação analisa os interesses manifestados durante o período de 2002 a 2005 pelos atores sociais interessados na fumicultura no Vale do Rio Pardo/RS, no Rio Grande do Sul, região com a maior produção de tabaco no Brasil. Essa atividade é desenvolvida por agricultores familiares em um sistema integrado de produção que consiste em contratos com indústrias, em sua maioria, transnacionais. O estudo, de carácter qualitativo, utiliza como principal referencial de análise a obra do autor chileno Carlos Matus e sua Teoria da Produção Social. A coleta de dados foi realizada, principalmente, a partir de notícias veiculadas pela imprensa corporativa da região estudada, entre os anos de 2002 a 2005. Esse período compreende as negociações finais do texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), Tratado internacional proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), até sua ratificação pelo Brasil. Foram identificados e caracterizados atores sociais ligados ao Governo Federal; organizações de saúde e antitabagistas; sindicatos das corporações do tabaco; movimentos sociais; e associações e sindicatos representantes dos agricultores. Os atores interessados na fumicultura nesse local atuaram no jogo social produzindo fatos a partir de sua situação, estabelecendo relações de conflito e de cooperação que se alteraram durante o processo analisado. Os interesses em disputa, as relações de conflito e cooperação e as acumulações de recursos de poder dos atores no processo de produção social foram analisados em nove fatos sociais identificados no período. Os resultados indicam a existência de relações de conflito entre atores que representam fumicultores e indústrias quanto à desigual distribuição dos rendimentos da produção e precariedade das condições de trabalho; de cooperação em fatos sociais ligados ao controle ao tabagismo; e de conflito destes com atores que apoiavam medidas de controle do tabaco. Concluiu-se também que a ação de atores sociais ligados ao setor produtivo do tabaco e da imprensa corporativa da região produziu jogadas que conduziram à rejeição da CQCT na região, ao arrefecimento dos embates entre fumicultores e indústrias; e à manutenção do lucro da Indústria do tabaco na região.

Palavras-chave: Teoria da Produção Social. Jogo Social. Fumicultura. Vale do Rio Pardo. Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the interests manifested during the period from 2002 to 2005 by social actors interested in tobacco farming in the Rio Pardo Valley, Rio Grande do Sul, the region with the highest tobacco production in Brazil. This activity is developed by family farmers in an integrated production system that consists of contracts with industries, most of which are transnational. This qualitative study uses the work of Chilean author Carlos Matus and his Theory of Social Production as the main reference for analysis. The data collection was carried out mainly from news reports by the corporate press of the studied region between 2002 and 2005. This period includes the final negotiations of the text of the Framework Convention on Tobacco Control (FCTC), an international treaty proposed by the World Health Organization (WHO), until its ratification by Brazil. Social actors were identified and characterized: Actors linked to the federal government; to health and anti-smoking organizations; those representatives of tobacco corporations; social movements; and actors linked to farmers' associations and unions. The conflicting interests, the relations of conflict and cooperation, and the actors' accumulations of power resources in the process of social production were analyzed in nine social facts identified in the period. The actors involved in this social game produce facts from their situations, establishing relations of conflict and cooperation that changed during the analyzed process. The results show the existence of relations of conflict between tobacco growers and industries regarding the unequal distribution of income and precarious conditions of work. In social facts related to smoking control, cooperative relations between tobacco farmers and industry and their conflict with actors that supported measures of tobacco control were verified. It was also concluded that the actions of social actors linked to the tobacco production sector and the local corporate press produced game moves that led to the rejection of the FCTC in the region, to the cooling of the clashes between tobacco farmer and industries, and the maintenance of tobacco industry profits in the region.

Keywords: Theory of Social Production. Social Game. Tobacco Farming. Rio Pardo Valley. Framework Convention on Tobacco Control.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul.....	20
Figura 2 – Visita de um representante (instrutor) da Souza Cruz a um fumicultor para prestar assistência técnica nos primórdios da criação do Sistema Integrado.....	22
Figura 3 – Pórtico de entrada da cidade de Santa Cruz do Sul, representando a estrutura de estufas de secagem de tabaco, utilizadas pelos fumicultores.....	24
Figura 4 – Coeficientes de mortes por suicídio em Venâncio Aires e no Rio Grande do Sul de 1979 a 1995.....	26
Figura 5 – Motivação de um ator.....	34
Figura 6 – Interesses manifestados pelos atores na constituição da CQCT.....	57
Figura 7 – Interesses manifestados pelos atores à carta aberta dos fumicultores às autoridades .....	59
Figura 8 – Interesses manifestados pelos atores quanto as Contestações dos fumicultores na safra 2003.....	61
Figura 9 - Interesses manifestados pelos atores nas contestações ao preço do fumo no final da comercialização da safra 2003.....	63
Figura 10 - Interesses manifestados pelos atores quanto às contestações dos fumicultores na safra de 2004.....	66
Figura 11 - Interesses manifestados pelos atores quanto às tentativas de votação do projeto de ratificação à CQCT pelo Senado Federal.....	70
Figura 12 – Interesses manifestados pelos atores na campanha no VRP contra a ratificação da Convenção-Quadro.....	73
Figura 13 – Interesses manifestados pelos atores quanto ao apelo do setor produtivo do tabaco pela rejeição à CQCT nas audiências públicas nos estados produtores de tabaco.....	77
Figura 14 - Interesses manifestados pelos atores quanto à ratificação brasileira à Convenção-Quadro.....	79
Figura 15 – Comunicado do SINDIFUMO sobre a finalização das negociações do preço do fumo.....	111
Figura 16 – Enquanto entidades de produtores e indústrias se reuniam em Florianópolis, MPA e Brigada Militar entravam em confronto em Santa Cruz do Sul.....	118
Figura 17 – Esclarecimento do SINDIFUMO sobre o final das negociações de preço do fumo para a safra 2004.....	120
Figura 18 – Fumicultores de diversos municípios do Vale do Rio Pardo saíram em marcha para pedir a retomada das negociações do preço do tabaco.....	121
Figura 19 – Comunicado da AFUBRA solicitando a mobilização da região produtora de tabaco.....	127
Figura 20 - Gralow (centro) falando à Suplicy (esquerda) sobre a importância da fumicultura, sob a atenta observação do presidente do SINDIFUMO, Claudio Schneider (ao fundo) .....	130
Figura 21 – Charge com arqueiro representando o congresso, frente a uma planta de tabaco com uma maçã no topo, e a flecha pronta para ser disparada na planta. A charge ilustra a forma com que a imprensa corporativa do VRP tratou o tema da tramitação da CQCT no Senado Federal.....	132
Figura 22 – Fumicultores de diversos municípios saudando os senadores e demais autoridades que vieram até o Vale do Rio Pardo/RS.....	138
Figura 23 – Fumicultores lotaram o ginásio poliesportivo do Parque da Oktoberfest em Santa Cruz do Sul para pedirem a rejeição à ratificação da CQCT.....	138

<b>Figura 24 – Sob aplauso dos que participavam da audiência pública, o deputado estadual Osmar Severo (esquerda) entrega um pé de fumo ao senador Eduardo Suplicy (centro).....</b>	<b>141</b>
<b>Figura 25 – Renan Calheiros recebe das mãos de parlamentares e atores sociais envolvidos na fumicultura as assinaturas coletadas nas regiões produtoras de tabaco, e garante amplo debate quanto a CQCT.....</b>	<b>148</b>
<b>Figura 26 - Fumicultores presentes na audiência pediram que o Senado não ratifique a Convenção-Quadro.....</b>	<b>152</b>
<b>Figura 27 – O relator Heráclito Fortes já estava com seu parecer conclusivo, porém, aguardava o posicionamento do Governo Federal sobre o Tratado internacional.....</b>	<b>155</b>
<b>Figura 28 – Senadores votaram o projeto que tratava da ratificação da Convenção-Quadro após o senador relator da matéria Heráclito Fortes (esquerda) apresentar sua indicação pela aprovação.....</b>	<b>156</b>
<b>Tabela 1 – Área cultivada, produção e rendimento médio por hectare do fumo no RS (1915 - 1930) .....</b>	<b>22</b>
<b>Tabela 2 - Evolução da produção de tabaco no Brasil desde os anos 1950 tabaco.....</b>	<b>23</b>
<b>Tabela 3 – Distribuição dos valores líquidos das receitas obtidas na venda de cigarros no Brasil em 2015.....</b>	<b>25</b>
<b>Quadro 1 – Resumo dos recursos de poder utilizados no jogo social.....</b>	<b>53</b>
<b>Quadro 2 – Síntese das relações de conflito e cooperação entre os atores sociais.....</b>	<b>81</b>
<b>Quadro 3 – Mitos sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.....</b>	<b>134</b>
<b>Quadro 4 – Principais argumentos pró e contra a ratificação da Convenção-Quadro da audiência pública de Camaquã/RS.....</b>	<b>153</b>
<b>Quadro 5 – Produção de tabaco de 2005 a 2017*.....</b>	<b>158</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- ABIFUMO – Associação Brasileira da Indústria do Fumo
- ACT – Aliança de Controle do Tabagismo
- AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil
- AMS – Assembleia Mundial de Saúde
- AMVARP - Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo
- BAT - *British American Tobacco*
- CONICQ - Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
- CQCT – Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EUA – Estados Unidos da América
- FARSUL - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
- FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
- FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
- FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
- FETRAF - SUL – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da Região Sul
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva
- ITGA - *International Tobacco Growers' Association*
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA- Ministério de Desenvolvimento Agrário
- MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONG – Organização Não Governamental
- ONI - Órgão de Negociação Intergovernamental
- ONU – Organização das Nações Unidas

PAM – Produção Agrícola Municipal

PES – Planejamento Estratégico Situacional

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNDACT – Programa Nacional de Apoio à Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco

PP – Partido Progressista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SABI UFRGS - Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SINDIFUMO - Sindicato da Indústria do Fumo

SINDITABACO - Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco

SINTIFA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo

SIPT – Sistema Integrado de Produção do Tabaco

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TPS – Teoria da Produção Social

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

VRP - Vale do Rio Pardo

WHO - *World Health Organization*

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1 O VALE DO RIO PARDO E A FUMICULTURA.....</b>	<b>19</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>28</b>
2.1 A PRODUÇÃO SOCIAL COMO UM JOGO.....	30
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>36</b>
<b>4 ANÁLISE DOS INTERESSES DOS ATORES NO JOGO SOCIAL DA FUMICULTURA NO VALE DO RIO PARDO/RS.....</b>	<b>39</b>
4.1 OS ATORES SOCIAIS.....	39
4.2 INTERESSES MANIFESTADOS PELOS ATORES SOCIAIS .....	53
4.2.1 Constituição da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT).....	54
4.2.2 Carta aberta dos fumicultores às autoridades sobre o Tratado internacional antitabagista.....	57
4.2.3 Contestações dos fumicultores na safra 2003.....	60
4.2.4. Contestações ao preço do fumo no final da comercialização da safra de 2003.....	61
4.2.5 Contestações dos fumicultores na safra 2004.....	63
4.2.6 Tentativas de votação do projeto de ratificação à CQCT pelo Senado Federal.....	67
4.2.7 Campanha no VRP contra a ratificação da Convenção-Quadro.....	71
4.2.8 Apelo do setor produtivo do tabaco pela rejeição à CQCT nas audiências públicas nos estados produtores de tabaco.....	74
4.2.9 Ratificação brasileira à Convenção-Quadro.....	77
4.3 RELAÇÕES DE CONFLITO E COOPERAÇÃO EVIDENCIADAS NO JOGO SOCIAL.....	80
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>88</b>
<b>APÊNDICE A – RELATO DOS ACONTECIMENTOS NO JOGO SOCIAL DA FUMICULTURA NO VALE DO RIO PARDO (VRP) DE 2003 A 2005.....</b>	<b>100</b>

## APRESENTAÇÃO

O Brasil é o maior exportador e segundo maior produtor de tabaco do mundo, sendo que quase um quarto dessa produção agrícola é feita no Vale do Rio Pardo (VRP), no Rio Grande do Sul. A região também concentra a maior parte das empresas fumageiras multinacionais que atuam no país. Essas indústrias organizam um sistema integrado no qual estão inseridos pequenos agricultores, que lhes fornecem a matéria-prima (fumo). Este estudo analisa os interesses dos atores sociais no jogo social da fumicultura nessa região, a partir do período em que foi constituído um Tratado internacional de saúde pública – a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) – e seu processo de ratificação pelo Brasil, contudo, sem se limitar a esses processos específicos. A CQCT é um Tratado constituído em 2003 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para frear a epidemia do tabagismo e será melhor detalhada nos próximos capítulos.

Meu interesse pela temática da produção de tabaco partiu de minha proximidade com o assunto: ser filho de fumicultores, ter trabalhado em uma indústria desse setor e ter residido parte de minha vida no VRP. Ao ser transferido pela empresa em que trabalhava para outras regiões que também produzem tabaco, percebi a peculiaridade do VRP: além de ser a principal atividade econômica, a fumicultura é parte da vida cotidiana, ocupando as manchetes dos jornais, as discussões políticas, dentre outras esferas da realidade local. Isso não ocorria nessas outras regiões, embora também tivessem nessa cultura uma referência relevante para a economia. Além disso, as principais informações e decisões nessas regiões que interferiam diretamente na fumicultura eram transmitidas a partir do VRP, devido à presença naquela região das unidades matrizes das indústrias, e das sedes dos representantes de fumicultores e das corporações.

Após o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Administração e leituras de pesquisas sobre o tema, meu questionamento passou a ser o porquê da dificuldade de diversificação produtiva<sup>1</sup> nesse local, sendo que a literatura pertinente apontava a existência de

---

<sup>1</sup> Na etapa de projeto de pesquisa, minha intenção era estudar a diversificação de produção ao tabaco, porém, compreendi que a diversificação, tão propagada na região do VRP, não passava de uma construção do setor produtivo do tabaco e de diferentes atores. Com isso, continuavam reproduzindo a acumulação de capital e a arrecadação de impostos, ao mesmo tempo que se defendiam dos críticos que acusavam a característica de monocultura da fumicultura; e o fato de que o Estado não provia meios alternativos de renda a esses agricultores, dados os riscos que estavam submetidos, sobretudo o econômico e ocupacional. Porém, essa discussão, que poderá ser feita em um trabalho futuro, necessita de um outro aporte teórico com capacidade de analisar as práticas discursivas aí existentes. A diversificação produtiva, mencionada nessa pesquisa, é a substituição total ou parcial da produção de tabaco por outra atividade econômica, ou ainda, a adição de outra atividade pelos fumicultores.



outras atividades substitutas ao tabaco com redução de riscos ocupacionais e viabilidade econômica. Antes disso, minha primeira pretensão de pesquisa era estudar os impactos sociais da Convenção-Quadro no VRP. A concepção de que a CQCT iria erradicar a fumicultura no Brasil e provocar caos econômico na região vinha do senso comum difundido sobre o assunto na região, e que também é abordada na literatura (TROIAN, EICHLER e DAL SOGLIO, 2014). De fato, após analisar os termos do Tratado e a manutenção da fumicultura como a principal atividade econômica do VRP, mais de uma década após sua vigência, é possível concluir que se trata de uma suposição infundada. Contudo, a confusão propagada na região sobre o assunto, e a manutenção da fumicultura nos mesmos moldes e relevância econômica do período anterior ao Tratado, provocaram o questionamento acerca dos interesses manifestados pelos atores sociais naquele período.

A CQCT passou a ser amplamente divulgada e discutida no VRP a partir do ano de 2002, e seu processo de ratificação pelo Brasil se estendeu até 2005. Este, portanto, foi um período de disputas sobre o tema e manifestação de interesses pelos atores sociais que mobilizou as pessoas e organizações de toda a região. A presente dissertação analisa os fatos sociais produzidos nesse período no tocante à produção de tabaco, os atores sociais que os produziram e, principalmente, seus interesses nessas jogadas. Cabe esclarecer que foram identificados todos os fatos sociais com relação à fumicultura no período estudado, não apenas o que diz respeito à constituição e ratificação da Convenção-Quadro.

A pergunta de pesquisa do projeto, apresentado em 30 de junho de 2016 era: “De que forma as relações entre os produtores de tabaco e os demais atores sociais envolvidos resultam em ações e políticas de diversificação no Vale do Rio Pardo?” Essa pergunta derivou da construção do objeto que utilizou como referencial principal a abordagem teórica do autor Carlos Matus (MATUS, 1996a; 1997; 2005) e também Boeira (2002) e Scheibler (2006). Após apontamentos da banca avaliadora, consegui perceber a incompatibilidade entre essas abordagens e a teoria de Carlos Matus. Dessa forma, refutei as abordagens de Boeira (2002) e Scheibler (2006) por entender que não davam conta de explicar a realidade social de uma forma não-estruturalista<sup>2</sup>.

---

Conforme demonstrado por ETGES (1991), as propriedades rurais que cultivam tabaco historicamente possuíram uma produção diversificada (unidades policultoras), sobretudo de gêneros alimentícios, que serviam à subsistência e à venda dos excedentes. Ainda de acordo com Etges (1991), para as corporações do tabaco, é fundamental que o produtor de fumo continue a produzir a sua subsistência. Para a autora, essa condição se dá pelo processo de transferência de renda dos fumicultores para as empresas, pois devido à baixa remuneração proporcionada pela fumicultura, precisam produzir seus próprios alimentos.

<sup>2</sup> Dentre os estudos sobre a temática da fumicultura, analisados durante a elaboração do projeto dessa pesquisa, dois haviam sido apresentados de maneira mais detalhada naquele momento e influenciaram a primeira versão da pergunta de pesquisa – os trabalhos de Scheibler (2006) e Boeira (2002). Scheibler (2006) recebeu destaque,

Ao utilizar o conceito de ator social, Matus (1997) se opõe à categoria de agente, utilizada pela teoria econômica tradicional e que considera o ser como esvaziado de suas características humanas, um mero sujeito da dinâmica de mercado. Para Matus (1997, p. 570) o ator social é “uma personalidade, uma organização ou agrupamento humano que, de forma estável ou transitória, tem capacidade de acumular força, desenvolver interesses e necessidades e atuar produzindo fatos na situação”. Os principais conceitos de Carlos Matus, referencial de análise dessa pesquisa, serão aprofundados no Capítulo 2.

Através de direcionamentos da banca avaliadora no projeto, do orientador, e do aprofundamento do estudo da teoria de Carlos Matus, cheguei à seguinte pergunta de pesquisa, que partiu da TPS:

---

naquele momento, por fazer uma análise de formulação de políticas públicas no processo de ratificação brasileira à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) e, conseqüentemente, analisar um período similar ao recorte da presente Dissertação. Já a tese de Boeira (2002) foi debatida pelo fato de que seu autor se localiza na área de Estudos Organizacionais e possui um importante volume de estudos e orientações sobre o tema da fumicultura no Brasil. Devido ao fato desses autores terem influenciado os primeiros passos dessa pesquisa, serão brevemente apresentados e irei expor as razões por ter refutado suas abordagens frente à abordagem processual do autor Carlos Matus. Conforme enquadramento criticado por Matus (1996b), Scheibler (2006) trabalha com a abordagem de formulação de políticas públicas e considera grupos pertencentes a convenções analíticas e agentes como atores. Também caracteriza as relações entre esses atores como fixas, com o embate entre organizações e grupos ligados ao setor produtivo do tabaco contra organizações de saúde. Além disso, o Governo Federal, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal são considerados atores neutros, que mediarão os debates sem se posicionar em nenhum momento. Trata-se, portanto, de uma abordagem estruturalista com limitações para a análise de interesses, por considerar meras convenções analíticas como atores, além de admitir a neutralidade de alguns e o posicionamento estático de outros agentes. Em sua tese, Boeira (2002) utiliza como um dos principais referenciais teóricos a abordagem de redes. É a partir dessa abordagem que ele desenvolve seus dois conceitos operacionais: rede estratégica e rede multifragmentária. A rede estratégica seria composta pela indústria do tabaco, seus aliados e representantes. Segundo o autor, é essa rede que dá suporte ao sistema integrado de produção, que determina as relações entre fumicultores e indústrias, e que será melhor explicado no próximo capítulo do trabalho. Já a rede multifragmentária, para Boeira (2002), é composta por organizações e pessoas que protagonizam embates com as corporações do tabaco. Segundo o autor, estas organizações e pessoas realizam ações descentralizadas, o que dificultaria uma ação conjunta em medidas antitabagistas e antifumo. Boeira (2002) afirma que essas duas redes entram em confronto, sendo que a estratégica leva vantagem nesses embates. Esta seria a explicação para a manutenção do sistema integrado de produção e o crescimento do tabagismo em escala mundial, além de determinar o insucesso de organizações e pessoas que lutavam contra essa expansão e o sistema. Para o autor, a centralidade de um membro com um papel estratégico que coordena todas as demais partes na rede estratégica possibilita o alcance da ação do conjunto; já na rede multifragmentária inexistente uma parte central, coordenadora do conjunto das partes ou fragmentos. Portanto, para Boeira (2002), a análise de poder fica restrita à forma de organização de cada rede. Ou seja, o alcance dos objetivos de uma rede seria determinado pela existência ou não de um membro central que coordene a ação conjunta dos demais. Essa afirmação do autor deriva da análise de poder pautada na posição que esse componente ocupa na rede (central ou periférica) (POWEL e SMITH-DOERR, 1994; NOHRIA, 1992). Além disso, os atores listados por Boeira (2002) estão de maneira fixa alocados em uma dessas duas redes, não apresentando alterações em suas relações, ao longo do processo. Essa análise ignora que atores são dotados de distintos recursos de poder que se modificam durante o processo através de sua ação, e que não obedecem leis determinísticas. Por perceber essas limitações nas abordagens utilizadas para analisar a realidade social e o tema, sobretudo nos Estudos Organizacionais, busquei uma abordagem processual que considera atores sociais situados, e que possibilita uma análise não estruturalista. Trata-se da Teoria da Produção Social (TPS) de Carlos Matus. Segundo Pinto, Misoczky e Flores (2017, p. 349), a TPS é “uma abordagem processual que tem como referência central o agir em situações de poder compartilhado”. Essas características da TPS justificam sua utilização para atingir os objetivos de contribuição teórica da pesquisa, em oposição às abordagens estruturalistas utilizadas nos Estudos Organizacionais para discussão do tema.

**Quais os interesses manifestados nas jogadas produzidas durante o período de 2002 a 2005 pelos atores sociais interessados na fumicultura no Vale do Rio Pardo/RS?**

O principal **objetivo** que conduz o estudo, derivado da pergunta de pesquisa e, conseqüentemente, da construção teórica de Carlos Matus é **identificar os interesses nas jogadas produzidas pelos atores sociais interessados na fumicultura no Vale do Rio Pardo durante o período de 2002 a 2005**. Para que esse objetivo seja atingido foram elaborados os seguintes **objetivos específicos**:

- a) **caracterizar os principais fatos sociais identificados;**
- b) **identificar e caracterizar os atores interessados nesses fatos sociais;**
- c) **analisar os interesses manifestados pelos atores em cada fato social identificado.**

O estudo está dividido em quatro capítulos, conclusões e Apêndice. No primeiro capítulo, trago a contextualização da fumicultura no VRP com informações sobre a região e a produção de tabaco. Julguei importante serem dispostos esses subsídios nesse momento para familiarizar o leitor com o tema e o contexto de pesquisa sem sobrecarregar de informações a apresentação inicial.

O Capítulo 2 apresenta o referencial teórico de análise, com os principais conceitos de Carlos Matus e da Teoria da Produção Social (TPS). Após, segue o capítulo que trata dos procedimentos metodológicos utilizados. O quarto capítulo, reservado à análise, inicia com a identificação e caracterização dos atores sociais e os recursos de poder utilizados no jogo. Após, são analisados os interesses dos atores em cada um dos nove fatos sociais destacados, e em cada um desses acontecimentos são demonstradas as relações de conflito e cooperação verificadas, bem como a utilização de recursos de poder pelos atores.

As conclusões evidenciam os resultados obtidos e a resposta à pergunta de pesquisa. Já o Apêndice A dispõe o relato, em forma de narrativa, base para as análises da pesquisa. Trata-se da sistematização em ordem cronológica dos acontecimentos no jogo social entre 2002 e 2005, e foi construído a partir da coleta de dados. Por ser demasiadamente extenso, optou-se por facultar sua leitura, o dispondo como Apêndice. Muito embora sua leitura seja recomendada, o Capítulo de análise faz uma retomada de cada fato social.

## 1 O VALE DO RIO PARDO E A FUMICULTURA

Segundo Prado Junior (1949), dentre as primeiras atividades agrícolas do Brasil Colônia, além do açúcar, em escala relativamente pequena o tabaco passou a ser cultivado no Nordeste brasileiro a partir do início do século XVII. O cultivo se dava principalmente no Recôncavo Baiano, além das áreas onde hoje situam-se os estados de Sergipe e Alagoas. Conforme o autor, trata-se de uma planta indígena da América e seus produtos tiveram rápida aceitação na Europa. Além da exportação para o continente europeu, a fumicultura neste período também objetivava o tráfico de escravos: o fumo foi utilizado para adquiri-los por escambo na costa da África. Também em função deste negócio se desenvolveu a fumicultura brasileira. Quando começaram a se estabelecer restrições ao tráfico, em princípios do século XIX, a produção entrou em crise (PRADO JUNIOR, 1949).

A produção de fumo no país, com finalidades comerciais, iniciou no Rio Grande do Sul com a chegada dos imigrantes germânicos, que deram início a seu plantio em 1824, na colônia de São Leopoldo e, em 1849, na colônia de Santa Cruz, atual município de Santa Cruz do Sul. Já no decorrer do século XVII, esse comércio passou a ser regulado por legislações e taxações, figurando entre os principais produtos exportados durante o Império (SEFFRIN, 1995). Progressivamente, o peso da quantidade produzida de tabaco no país se deslocou da região Nordeste para o Sul, principalmente, para a região de Santa Cruz do Sul, quando essa foi povoada por colonos alemães. Ou seja, é possível observar que a produção de fumo, estagnada em decorrência do fim do tráfico de escravos descrita por Prado Junior (1949), foi retomada pelos imigrantes alemães no Sul do Brasil.

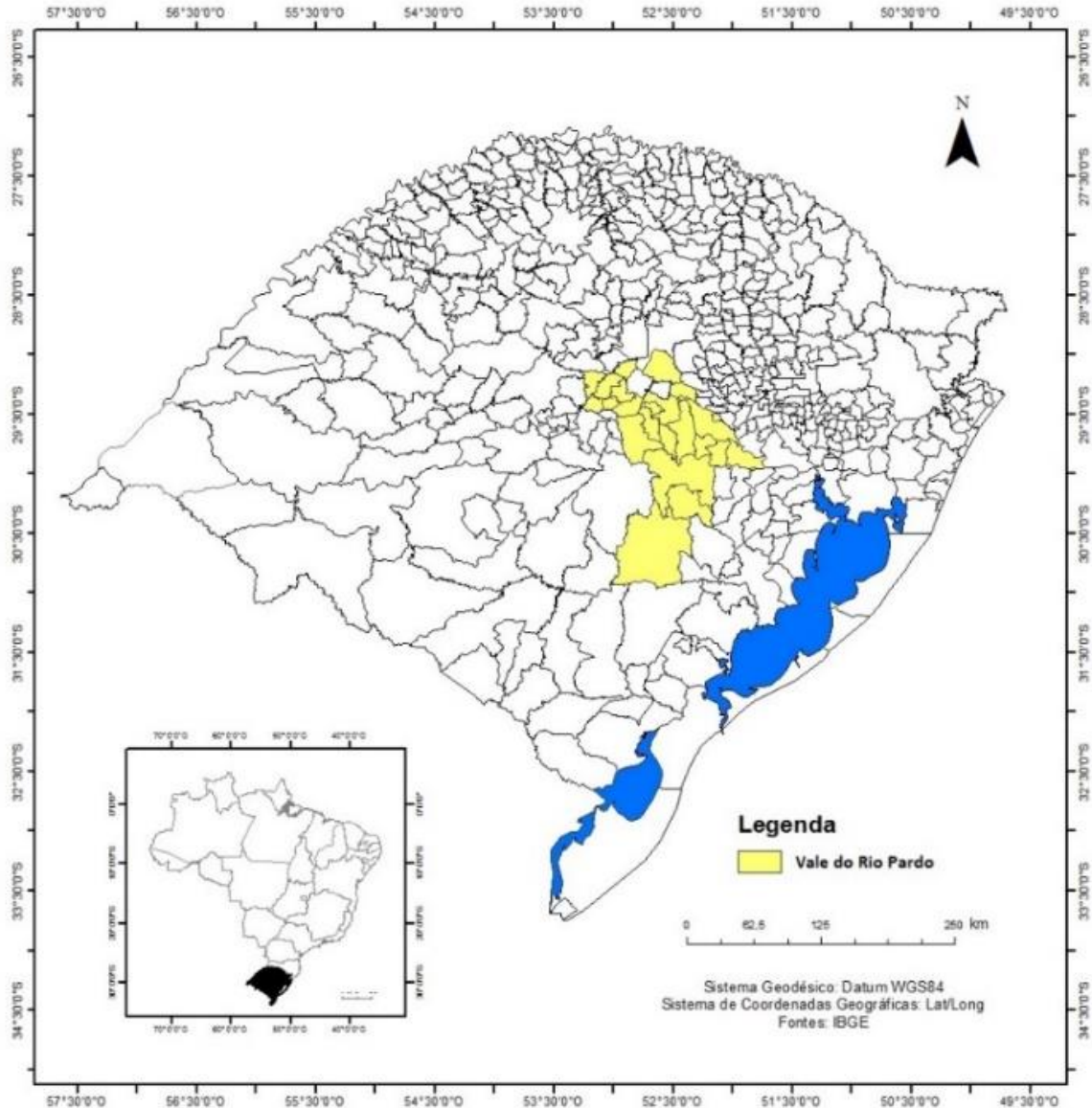
Segundo Etges (1991), a imigração alemã para o Brasil e a consequente instalação do núcleo colonial no Vale do Rio Pardo (VRP)<sup>3</sup> é decorrente de fatores internos e externos. Internamente, as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira no século XIX, com a vinda da corte portuguesa ao País e a necessidade de mão-de-obra para substituir a escravidão; e, externamente, a situação vivida naquele período pelos países europeus, especificamente aqueles de língua alemã, nos quais a emigração foi provocada pelo processo de transição do Modo Feudal para o Modo Capitalista de Produção, que gerou população excedente, em

---

<sup>3</sup> Atualmente, a região do Vale do Rio Pardo é composta pelos municípios de Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Mato Leitão, Pântano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. A localização da região está representada na Figura 1.

decorrência das transformações das relações de produção e dos processos técnicos de trabalho (ETGES, 1991).

**Figura 1 – Localização do Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul**



Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

Diferente do que ocorreu nas áreas dominadas pelas oligarquias canieira e cafeeira, o processo imigratório no Brasil meridional objetivou fixar diretamente à terra esses colonos europeus, através da criação de colônias de pequenos produtores rurais. Estes foram contemplados com pequenos lotes de terras comercializados pelas empresas colonizadoras, que eram designadas para este trabalho pelo Governo Imperial brasileiro. Segundo o resgate histórico da pesquisa de Vogt (1997), os colonos enfrentaram muitas dificuldades em sua chegada, pois além dos problemas de adaptação à nova terra, não possuíam suporte do Estado brasileiro assim como prometido no momento da emigração. Além da dificuldade por não

conhecer a floresta, os imigrantes que chegaram ao Vale do Rio Pardo tinham sua situação agravada por não dispor de recursos suficientes para sua sobrevivência. Segundo Vogt (1997, p. 63) “faltavam-lhes dinheiro, ferramentas, alimentos e conhecimentos a respeito dos recursos que a própria selva poderia propiciar. Ainda que muitos deles não tivessem sido agricultores na Europa, o governo provincial fez deles agricultores por bem ou por mal”. As propriedades agrícolas eram voltadas, principalmente, para a subsistência. Além disso foram induzidos ao cultivo de fumo, a exemplo da colônia de São Leopoldo (VOGT, 1997).

Ainda segundo Vogt (1997), o comércio do tabaco entre os fumicultores e os atravessadores responsáveis pela exportação era feito por comerciantes locais, que determinavam o preço a ser pago pelo tabaco e, geralmente, pagavam com mantimentos de sua casa comercial. Além da exportação, que já era registrada desde 1849, entre o final do século XIX e início do século XX, começaram a surgir as primeiras manufaturas de produtos derivados do tabaco na região, produzidos em pequenas fábricas com pouca mecanização (VOGT, 1997).

Em 1917, a empresa fumageira Souza Cruz<sup>4</sup> instalou uma unidade em Santa Cruz do Sul com o objetivo de melhor acompanhar e intensificar a produção da matéria-prima que abastecia sua fábrica no Rio de Janeiro. A partir daí, houve uma nova alavancagem na produção de tabaco na região, que posteriormente atraiu outras corporações ao território. O fator determinante para que outras indústrias se somassem à Souza Cruz na região foi a criação do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) em 1918, concebido por esta. O sistema garantiu regularidade de volumes e padrões de produção correspondentes aos requisitos de qualidade exigidos pelo mercado internacional (BUAINAIN e SOUZA FILHO, 2009).

O SIPT consiste em contratos entre indústria e fumicultores: as empresas fornecem um pacote tecnológico composto de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes, agrotóxicos, entre outros) e prestação de assistência técnica aos agricultores. O fumicultor, por sua vez, produz o fumo de acordo com as instruções técnicas e entrega o tabaco produzido à empresa contratante, que adquire a produção contratada naquela safra. A empresa desconta o valor dos materiais fornecidos e repassa o saldo correspondente aos produtores. Segundo Etges (1991), nesse sistema, o processo de dependência e subordinação dos fumicultores à indústria do tabaco<sup>5</sup> começa com o início do ciclo produtivo, momento em que os prestadores de assistência técnica

---

<sup>4</sup> Empresa fundada em 1903 no Rio de Janeiro pelo imigrante Português Albino Souza Cruz, foi transformada em uma “Sociedade Anônima” em 1914, quando seu controle acionário foi passado a uma das maiores corporações de tabaco do mundo, a *British American Tobacco* (BAT).

<sup>5</sup> “Indústria do tabaco” é o conjunto de fabricantes, distribuidores atacadistas e importadores de produtos de tabaco (BRASIL, 2003, p. 3).

das empresas convencem os agricultores a plantar fumo para a corporação que representam, e se concretiza com a assistência e financiamento da produção em troca de sua entrega à indústria.

Esse modelo de produção integrada, concebido originalmente pela Souza Cruz para a produção de tabaco, atualmente é utilizado por outras indústrias desse setor produtivo, além de outros ramos do agronegócio, como a avicultura e a suinocultura (BUAINAIN e SOUZA FILHO, 2009; SOUZA CRUZ, 2016). A Figura 2 ilustra o contexto inicial do sistema integrado com a prestação de assistência técnica de um empregado da Souza Cruz a um agricultor.

**Figura 2 – Visita de um representante (instrutor) da Souza Cruz a um fumicultor para prestar assistência técnica nos primórdios da criação do sistema integrado**



Fonte: Souza Cruz (2016).

A partir da implantação do sistema integrado houve um considerável acréscimo nos volumes produzidos de fumo no Rio Grande do Sul, especialmente no Vale do Rio Pardo, para onde a *British American Tobacco* (BAT) passou a destinar seus investimentos (VOGT, 1997). Além do aumento da área cultivada, a produtividade por hectare também teve incremento atribuído à assistência técnica prestada pelas empresas e pelos insumos agrícolas que essas passaram a vender. A Tabela 1 demonstra esse aumento da produtividade média e o crescimento de 106% da produção gaúcha de tabaco entre os anos de 1915 e 1930:

**Tabela 1 – Área cultivada, produção e rendimento médio por hectare do fumo no RS (1915 - 1930)**

ANO	ÁREA CULTIVADA (HA)	PRODUÇÃO (T)	RENDIMENTO MÉDIO (T/HA)
1915	30.000	14.700	0,49
1920	32.000	16.000	0,50
1925	39.600	19.000	0,48
1930	49.360	30.340	0,61

Fonte: Adaptado de mensagens enviadas à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul de 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1926 e 1930, *apud* Vogt (1997).

No final da década de 1960 houve novo incremento abrupto nos volumes produzidos de tabaco no Vale do Rio Pardo alavancado pela internacionalização do setor produtivo do tabaco<sup>6</sup> nessa região, processo que se consolidou até os anos 1990. Até o final da década de 1950, a Souza Cruz era a única indústria fumageira de capital estrangeiro. No final do século XX a grande maioria das empresas fumageiras instaladas na região era constituída por capital multinacional. Vogt (1997) aponta como principais fatores que propiciaram uma conjuntura favorável à transnacionalização do setor: os conflitos étnicos existentes na Rodésia, região atualmente conhecida como Zimbábue, que prejudicaram a produção e exportação de tabaco daquela ex-colônia britânica; a abertura do mercado internacional para o tabaco brasileiro, em decorrência do alto padrão de qualidade, o qual teve relações diretas com a consolidação do SIPT; e a política adotada pelo Estado brasileiro, favorável à instalação de grandes agroindústrias no país e à constituição dos complexos agroindustriais. A Tabela 2 traz a evolução da quantidade produzida de tabaco no Brasil a partir da metade do século passado:

**Tabela 2 - Evolução da produção de tabaco no Brasil desde os anos 1950**

Safra	Produção (mil tons)
1950	107.950
1960	161.426
1970	244.000
1980	404.860
1990	447.980
2000	539.040
2010	691.870
2015	695.850

Fonte: Adaptado de AFUBRA (2016).

Vogt (1997) demonstra, através de manchetes veiculadas entre os anos de 1964 e 1966 no jornal Gazeta do Sul, a insatisfação dos fumicultores com os preços pagos à produção em decorrência do acúmulo de fumo gerado pelo aumento de cultivo. Essa situação se alterou quando as empresas multinacionais perceberam que havia terreno para a expansão de seus negócios e passaram a se ramificar, principalmente na região de Santa Cruz do Sul. Através de uma pequena elevação no valor pago ao agricultor, as indústrias impuseram novas tecnologias e padrões de trabalho aos produtores, sem que houvesse resistências. Tais alterações envolviam a maior aplicação de produtos químicos e métodos de cultivo, secagem e manuseio do tabaco com vistas ao mercado de exportação. Com isso, aumentou qualitativa e quantitativamente a produção de fumo nos 3 estados do Sul do Brasil, e principalmente no VRP, que se tornou um

<sup>6</sup> A expressão “setor produtivo do tabaco”, ou “setor do tabaco” é utilizada nessa pesquisa para designar as pessoas, organizações e empresas envolvidas diretamente na produção agrícola, manufatura, comercialização e exportação do tabaco, bem como instituições que os representam.



dos maiores centros de produção e exportação de tabaco do mundo e Santa Cruz do Sul, inclusive, recebeu o título informal de capital mundial do fumo (VOGT, 1997).

**Figura 3 – Pórtico de entrada da cidade de Santa Cruz do Sul, representando a estrutura de estufas de secagem de tabaco, utilizadas pelos fumicultores<sup>7</sup>**



Fonte: coleta de dados do autor (2017).

Na quase totalidade dos municípios do VRP em que a produção de tabaco corresponde à maior parte do PAM, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e a renda *per capita* apresentaram níveis inferiores às médias gaúcha e brasileira. Esse indicador coloca em cheque a afirmação da Indústria fumageira sobre o elevado desenvolvimento socioeconômico que a fumicultura supostamente garantiria aos municípios produtores (MELZ, 2016).

O estudo de Vargas e Oliveira (2012) compara as rendas obtidas no VRP por fumicultores e agricultores que não produzem tabaco. A pesquisa revela que os fumicultores de fato possuem uma renda bruta superior, o que dá a impressão de maior remuneração em relação a outras atividades agrícolas; porém, ao analisar os custos operacionais de produção, o rendimento líquido dos não-fumicultores da amostra pesquisada é 14% aos ganhos dos produtores de fumo, devido a elevada despesa na produção de tabaco. Quanto à distribuição de renda na cadeia produtiva do fumo, dados disponibilizados no sítio eletrônico da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) revelam que, na venda de cigarros no Brasil em 2015, a margem líquida correspondente aos fumicultores foi de apenas 2,43% (AFUBRA, 2016). A

<sup>7</sup> Foram inaugurados em 2003 dois pórticos de entrada nos principais acessos a Santa Cruz do Sul. As obras com inspiração na principal atividade econômica do município foram executadas pela Prefeitura Municipal e custeadas pela empresa Souza Cruz S.A. Em contrapartida, essa indústria recebeu o direito de expor sua marca nesses pórticos por 15 anos.

Tabela 3 compara os percentuais que se referem a tributos e às margens líquidas dos integrantes da cadeia produtiva do tabaco.

**Tabela 3 – Distribuição dos valores líquidos das receitas obtidas na venda de cigarros no Brasil em 2015**

<b>SAFRA 2015</b>	<b>R\$</b>	<b>%</b>
Tributos	13.209.609.970,00	65,27
Margem da Indústria	4.824.808.940,00	23,84
Margem do Varejo	1.710.119.300,00	8,45
Margem do Fumicultor	492.551.030,00	2,43
<b>RECEITA LÍQUIDA TOTAL</b>	<b>20.237.089.240,00</b>	<b>100</b>

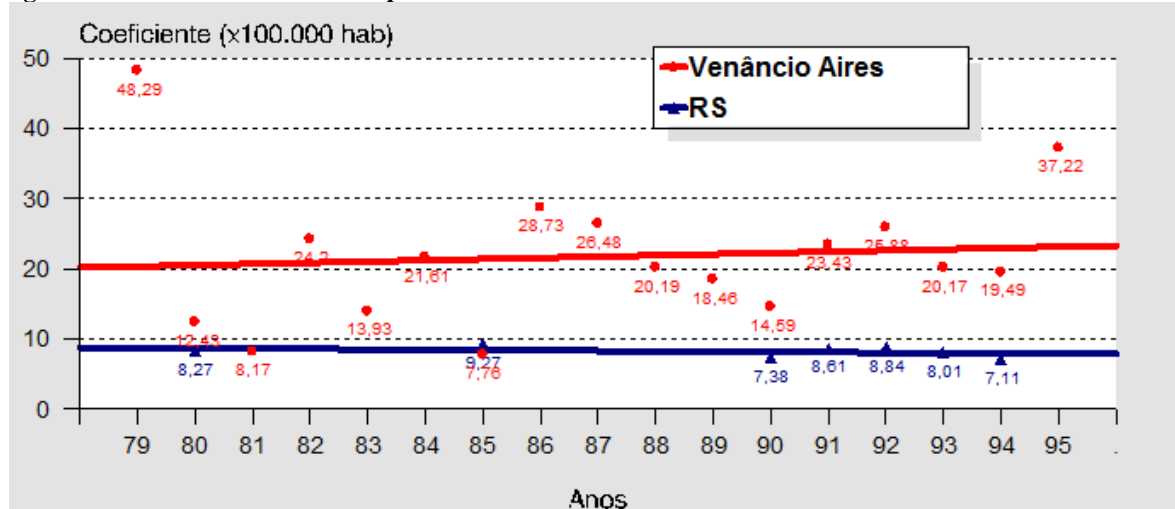
Fonte: Adaptado de AFUBRA (2016).

O tabaco também vem sendo contestado pelos prejuízos à saúde humana, tanto no consumo de seus produtos finais, quanto na produção de sua matéria-prima, o fumo. Segundo Etges et al. (2002), no pacote tecnológico recebido pelos fumicultores vinculados ao SIPT estão incluídos fertilizantes químicos e agrotóxicos que devem ser aplicados pelo agricultor durante a produção. Esses autores realizaram um estudo no VRP para analisar os impactos no ambiente e na saúde dos fumicultores decorrentes dessa exposição, e constataram que cerca de 20% dos agricultores da amostra afirmaram ter sido vítimas de intoxicação aguda por veneno. A pesquisa também revelou números elevados quanto a: morbidade psiquiátrica (44%), ansiedade (65%) e problemas no sistema nervoso (25%). Outra enfermidade apresentada pelos fumicultores é a Doença do Tabaco Verde (DTV), que é contraída pela absorção da nicotina oriunda das folhas do fumo. Essa enfermidade causa náuseas, vômitos, dores abdominais e de cabeça, mudanças na pressão sanguínea, entre outros efeitos.

A pesquisa de Falk et al. (1996) apontou plausibilidade bioquímica e indícios que sustentam a hipótese de associação entre a utilização de agrotóxicos organofosforados na produção de fumo e os altos índices de suicídio no município de Venâncio Aires e regiões circunvizinhas. Esses índices identificados em Venâncio Aires são superiores aos registrados em outras regiões gaúchas, do restante do Brasil, e até mesmo de países com os maiores índices de suicídio do mundo. A Figura 4 apresenta os dados extraídos da pesquisa.

Não foram encontrados na literatura estudos mais recentes com similar aprofundamento dos problemas discutidos por Etges et al. (2002) e Falk et al. (1996) sobre a região do VRP.

Figura 4 – Coeficientes de mortes por suicídio em Venâncio Aires e no Rio Grande do Sul de 1979 a 1995



Fonte: Falk et al. (1996).

Quanto à saúde dos consumidores, a relação entre tabaco e câncer somente foi difundida a partir da década de 1950, quando cresceu o número de pesquisas fazendo essa investigação e debate. A Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a considerar o tabagismo como objeto de ação a partir da 23ª Assembleia Mundial de Saúde no ano de 1970, através do relatório “O hábito de fumar e a saúde” (SPINK, 2009). O reconhecimento de que a expansão do tabagismo havia se tornado um problema mundial fez com que, em 1999, durante a 52ª Assembleia Mundial da Saúde, a OMS, juntamente com os Estados Membros das Nações Unidas, propusesse a adoção do primeiro Tratado internacional de saúde pública da história (BRASIL, 2004).

Durante quatro anos, 192 países trabalharam de maneira conjunta com a OMS em várias redações, até chegarem a um consenso do que seria o texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)<sup>8</sup>. No ano de 2003, durante a 56ª Assembleia Mundial da Saúde, a OMS, juntamente com os Estados Membros das Nações Unidas (ONU), apresentou a redação definitiva da CQCT, composta por 38 artigos que preveem medidas conjuntas de redução da oferta da matéria prima e, principalmente, da demanda por produtos originados do tabaco. Conforme o entendimento da OMS, apenas ações conjuntas em nível global poderiam fazer frente às estratégias de expansão das corporações do tabaco, que possuem influência junto a governos dos países e que também atuam em escala mundial (BRASIL, 2014). No País, o processo de ratificação ao tratado foi conturbado e a adesão ocorreu no ano de 2005.

<sup>8</sup> O texto integral da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco está disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/5a3abd004eb68a22a09bb2f11fae00ee/Conven%C3%A7%C3%A3o-Quadro+para+o+Controle+do+Tabaco+em+portugu%C3%AAs.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5a3abd004eb68a22a09bb2f11fae00ee> Acesso em 10 fev. 2017.

Apesar das contrariedades acima apresentadas da fumicultura e de mais de uma década decorrida da ratificação da CQCT pelo Brasil, a fumicultura continua sendo a principal atividade econômica do VRP. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), nos municípios do VRP onde se produziu tabaco na safra de 2015, 54,05%<sup>9</sup> de todo o valor bruto da Produção Agrícola correspondeu à fumicultura. Em alguns municípios, como Herveiras e Passa Sete, o valor da PAM correspondente à fumicultura chegou a índices superiores a 80% (IBGE, 2016). Após a adesão do País ao Tratado, os volumes de tabaco produzido não tiveram nenhuma redução expressiva (Tabela 2) e, além disso, duas das maiores indústrias do tabaco do mundo instalaram-se na região China Tobacco e a Japan Tobacco International.

Conforme dados do IBGE sobre a Produção Agrícola Municipal (PAM)<sup>10</sup>, em 2015, dados mais atuais desse acompanhamento, o VRP era a região brasileira com o maior volume produzido de fumo do Brasil, com 162.051 toneladas, o que equivale a mais de 23% da produção total nacional (IBGE, 2015). Segundo Buainain e Souza Filho (2009) além da concentração da produção, o VRP abriga a maior quantidade de indústrias do setor do tabaco no país, que em conjunto com o cultivo constituem um dos maiores polos de produção e beneficiamento de tabaco do mundo. A seguir será apresentado o referencial de análise da pesquisa.

---

<sup>9</sup> A pesquisa de Vargas e Oliveira (2012) apontou que, em 2007, a média de Produção Agrícola Municipal (PAM) no VRP correspondia a 66,4%. Conforme exibido na Tabela 2 o volume de produção de tabaco manteve-se praticamente estável entre esse espaço de tempo. O que pode, ao menos em parte, explicar esse menor peso do valor do fumo em relação ao PAM é o considerável aumento do valor relativo à produção de soja verificado no levantamento de dados ao longo desses anos (IBGE, 2016).

<sup>10</sup> Utilizou-se informações quantitativas da produção de tabaco de 2015 por serem os mais atuais oferecidos pelo IBGE referentes à Produção Agrícola Municipal (PAM).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os principais conceitos da obra de Matus (1996a; 1996b; 1997; 2005). Carlos Matus, chileno e ministro do governo de Salvador Allende, foi um dos maiores estudiosos sobre planejamento de governo na América Latina. Economista, contestou as características positivistas dessa área, e a compartimentalização das ciências em geral. Em oposição a essa divisão, Matus defendeu a necessidade de uma ciência da ação. O próprio autor reconheceu que tal feito era difícil de ser atingido, mas que o exercício por sua busca já poderia trazer grandes avanços nesse sentido. De fato a Teoria da Produção Social, que desenvolveu, foi um notável resultado dessa busca.

A Teoria da Produção Social (TPS), central para a presente pesquisa, foi uma das elaborações de Carlos Matus para dar suporte a seu método de planejamento de governo, o Planejamento Estratégico Situacional (PES). O PES surgiu em resposta ao planejamento tradicional de governo, que é preso à esfera econômica. Conforme Matus (2005) o Planejamento Situacional logrou êxito por consistir em:

Um planejamento para a ação, e ao ultrapassar também o espaço do mero planejamento, impondo gradualmente suas ferramentas como *métodos de governo*. Com isso, inaugurou uma nova disciplina. Demonstrou elevada eficácia na prática, e uma boa capacidade para responder aos questionamentos teóricos. Refutou, desde seus fundamentos, o planejamento determinista tradicional, colocando-o numa posição de inferioridade teórica (MATUS, 2005, p. 35, grifos do autor).

Matus (2005) ainda adverte que o vigor e o contínuo enriquecimento do PES dependem de desenvolvimento teórico mais profundo e de sua defesa contra as interpretações simplistas e mecânicas e amputações arbitrárias advindas de sua incompreensão. A Teoria da Produção Social persegue esse propósito, o de “constituir-se como teoria social capaz de embasar os *métodos de governo* e as *Ciências e Técnicas de Governo*” (MATUS, 2005, p. 36, grifos do autor). Além de servir de base para o Planejamento Situacional, a TPS também permite o entendimento de realidades sociais de uma forma não-estruturalista (MISOCZKY, 2002; COSTA e GOULART, 2011; PINTO, MISOCZKY e FLORES, 2017).

Para Matus (1997), o ator social é guiado por motivações pessoais e sociais, a sua conduta é imprevisível, é capaz de ser protagonista refletido e de inovar o processo de produção social. Matus (1996b, p. 204) afirma que, para ser entendido como tal, um ator social deve preencher os seguintes requisitos:

a) sua ação é criativa. Não segue leis. É singular e único como ente com sentidos de cognição, memória, motivações e força. É produtor e produto do sistema social;

- b) tem um projeto que orienta sua ação, mesmo que seja inconsciente, errático ou parcial;
- c) controla uma parte relevante do vetor de recursos críticos do jogo. Tem força e capacidade para acumular ou desacumular forças e, portanto, tem capacidade para produzir fatos no jogo social;
- d) participa de um jogo parcial ou do grande jogo social. Não é um analista ou um simples observador;
- e) tem organização estável, que lhe permite atuar com o peso de um coletivo razoavelmente coerente (ou, tratando-se da exceção aplicável a uma personalidade, tem presença forte e estável, o que lhe permite atrair, com suas idéias, uma coletividade social);
- f) pode ser um ator-pessoa ou um ator-grupo, no caso de se tratar de um líder ou da direção de uma organização. É um jogador real que acumula perícia e emite julgamentos, não uma ficção analítica. É um produtor de atos de fala e de jogadas (MATUS, 1996, p.204).

Através desses requisitos é possível distinguir o ator social, conforme entendido nessa abordagem, das diferentes categorias que se referem a grupos humanos, como a categoria de agente. Os grupos que pertencem a convenções analíticas, como categorias da contabilidade nacional e estratos demográficos, não são aqui entendidos como atores sociais. Como exemplos de atores sociais, o autor cita, dentre outros: as forças sociais, os grupos de pressão organizados, dirigentes de instituições ou organizações, sindicatos e associações de classe. Esses exemplos são definidos como tal por possuírem capacidade de ação e peso coletivo (MATUS, 1996).

O ator social sempre precisa ser considerado em uma **situação**. A situação constitui um espaço de produção social no qual um ator desempenha um papel assim como seus adversários e cooperantes, e a produção resultante depende desses atores sociais e da interação com o contexto situacional. Ela se refere à totalidade relevante para a ação do ator (MATUS, 1997). O conceito de situação, central na obra de Matus, pode ser assim entendido:

A situação é a explicação da realidade, elaborada por uma força social em função de sua ação e da sua luta com outras forças sociais. Ela refere-se ao ator da explicação, seus oponentes e aliados, suas ações, às ações de seus oponentes e aliados, assim como à realidade social construída no processo social. Essa realidade apresenta-se como dada num certo momento da formação social, mas é produto da luta constante por manter, reproduzir e transformar o sistema (MATUS, 1997, p. 219).

A explicação ou “a análise situacional como explicação prática própria de um ator no jogo social só tem valor (mesmo que nem sempre tenha suficiente rigor) em virtude do autor que fala, do dono da explicação, de quem se responsabiliza pelo que diz” (MATUS, 2005, p. 180). Para Matus (2005), a teoria da ação exige uma teoria das situações, com uma explicação contaminada, motivada e comprometida. Ou seja, a explicação ou análise situacional é a explicação que direciona a ação de um ator social e considera outros atores no jogo, com quem estabelece relações conflituosas ou cooperativas e que também planejam e produzem jogadas guiadas por suas situações.

## 2.1 A PRODUÇÃO SOCIAL COMO UM JOGO

Para facilitar a compreensão do caráter conflitante do processo de produção social, Matus utiliza a analogia do jogo: “O processo de produção social é um *jogo competitivo entre desiguais*, sujeito a regras que, por serem historicamente cumulativas impedem o caos do processo, regulam as vantagens adquiridas por uns em detrimento de outros” (1996a, p. 143, grifos do autor). Assim como na realidade social, em um jogo há: jogadas, que embora tenham consequências previsíveis, não são passíveis de predição pelo próprio jogador; regras equivalentes às existentes no sistema social; uma realidade que muda a cada momento; e recursos pertencentes a cada jogador que aumentam, diminuem ou se alteram qualitativamente dependendo de seus acertos. A competição dos jogadores objetivando a vitória torna seus papéis semelhantes aos dos atores sociais, uma vez que utilizam seus recursos disponíveis para produzir jogadas, que equivalem a ações econômicas, políticas, etc. (MATUS, 1997).

Assumindo o caráter processual da TPS, Matus afirma que o jogo social é compreendido por processos de final aberto; na realidade, não têm começo nem fim, estes apenas são delimitados artificialmente pelo homem no tempo. O jogo social pode ser entendido como “a arena onde ocorre a prática política e se exerce o governo. É um meio conflituoso, competitivo e cooperativo entre os jogadores ou atores participantes” (MATUS, 2005, p. 56).

De acordo com Matus (1997) o jogo social é interativo; a ação de um ator é incompleta sem a ação de outros jogadores com quem estabelece, mesmo que transitoriamente, relações de conflito ou de cooperação. De forma similar, uma jogada não tem sentido sem estar inserida na corrente desse jogo social, que possui história e continuidade. As relações de conflito e cooperação entre os atores também não são fixas, podem variar a cada jogada, conforme os interesses em disputa no jogo (MATUS, 1997). O conceito de interesse para Matus (1996b) será exposto mais adiante nesse capítulo.

Apesar da analogia do jogo auxiliar o entendimento da teoria, é preciso atenção para não cometer simples transposições, como no caso das regras. Diferente do jogo esportivo, as regras do jogo social não são inspiradas em uma igualdade de condições iniciais para todos os participantes. Segundo Matus (2005) trata-se de um jogo de regras desiguais, em que alguns jogadores são beneficiados e outros prejudicados por regras vantajosas para uns e prejudiciais para outros. Também, para Matus (2005), não existe uma hierarquia no jogo social, mas isso não significa que não existam desigualdades entre os atores sociais e suas capacidades de

produção social. O autor exemplifica que, em um caso extremo, o jogo pode parecer-se como um combate entre um burro atado contra um tigre (MATUS, 2005).

Matus (2005) faz uma divisão entre o que ele chama de natureza virgem, aquela não tocada pelo homem, e seus efeitos como fenômenos climáticos que seriam fatos brutos; e a produção humana, material ou imaterial que seriam os **fatos sociais**. A produção de fatos sociais pode acumular capital social e alterar as habilidades e capacidades de produção social de um ator. O autor também menciona a produção de fatos sociais através de **atos de fala**, referindo a obra de Austin (1962)<sup>11</sup> que afirma a possibilidade de produção de coisas com palavras. Para Matus (2005), a palavra dita por determinado ator pode ser um recurso de produção social. Isto porque, um ato de fala pode produzir fatos que são parte do processo de produção social (MATUS, 2005).

Para Matus (1997, p.113), “as jogadas ou movimentos dos jogadores são, em cada momento do jogo, a produção do sistema. Assim, o jogo tem regras fundamentais, acumulações e fluxos de produção”. Estas três caracterizações do jogo social são, respectivamente, as genoestruturas, as fenoeestruturas, e os fluxos de produção. O jogo possui regras fundamentais prévias a sua prática que constituem as **genoestruturas**. Elas proíbem e permitem, e também inibem e estimulam as ações possíveis por parte dos jogadores. Dessa forma, essas regras definem um espaço de possibilidades. Essa é uma relação de determinação genoestrutural, em que as regras básicas do sistema definem as acumulações e os fluxos de produção possíveis. As genoestruturas “dão ao jogo uma identidade, a qual o faz diferenciável de qualquer outro jogo. Nelas se definem quem são os jogadores, seu número e suas capacidades de produção, ou seja, os movimentos ou jogadas possíveis” (MATUS, 1997, p. 113).

As **fenoeestruturas** constituem as capacidades de produção de fatos sociais, de bens e serviços econômicos e de valores. Ou seja, são as acumulações sociais que condicionam ou geram os fluxos de produção. O ator social, que é identificado como um ser social também é uma fenoeestrutura caracterizada por diversas capacidades ou acumulações; é uma fenoeestrutura que se relaciona com outras. As fenoeestruturas só existem no espaço permitido pelas genoestruturas, que determinam seu espaço de variedade possível (MATUS, 1997).

Os **fluxos de produção** são fatos, eventos, ações e bens gerados ou condicionados pelas fenoeestruturas. Uma parte desses fluxos de produção não é consumida na prática social, é acumulada em forma de fenoeestrutura e passa a constituir novas capacidades de produção. Esta produção é criada constantemente dentro do jogo. Esses fluxos de produção não podem

---

<sup>11</sup> AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press, 1962.



ultrapassar as capacidades das fenoestruturas, os dois diferem qualitativamente (MATUS, 1996a; 2005).

Segundo Matus (2005, p. 305), “trata-se de um jogo com história, com continuidade, de modo que as vantagens conseguidas por alguns jogadores transferem-se para as regras que regem a continuação do jogo social”. Portanto, as fenoestruturas, que são as acumulações do jogo, e os fluxos de produção existem ou constantemente se produzem dentro do espaço de produção deste jogo. Tal espaço é determinado pelas regras (genoestruturas), que por sua vez são muito estáveis, ocasionando grandes mudanças da história quando alteradas. Essa característica de estabilidade deve-se ao fato de que os jogadores mais fortes sustentam e defendem a manutenção dessas regras genoestruturais. Isto porque estes atores estão satisfeitos com elas, em contrariedade àqueles que querem mudar o jogo através da alteração de suas regras, por identificar que a vigência delas é causa de seus problemas e sua insatisfação. Portanto, é possível compreender a existência de dois tipos de conflitos sociais: a concorrência entre jogadores para o alcance de objetivos excludentes dentro do jogo; e a concorrência cuja finalidade é mudar o jogo ou manter suas genoestruturas (MATUS, 1997). Para Matus (1996a, p. 148):

Os atores sociais podem conduzir mudanças nos fluxos de produção, as quais alteram as fenoestruturas, e estas últimas podem abrir o caminho para a produção de fatos que alteram as genoestruturas. A estratégia consiste em dar início a uma cadeia de eventos que começam pela produção de fatos que estejam de acordo com o espaço de nossas capacidades atuais e que levem, como efeito, à ampliação dessas capacidades.

A produção, por um ator, de um fato social ou jogada depende dos recursos que ele tem à sua disposição. Os recursos críticos variam conforme cada jogo social. Matus (1997; 1996a), elenca alguns desses recursos que podem ser utilizados pelos atores sociais em um jogo: recursos econômicos, recursos políticos; acervo de valores; acervo de conhecimentos; recursos legais; e recursos naturais incorporados. Além de não limitados a estes, pois variam de acordo com o jogo, os recursos e acervos podem aumentar ou reduzir, além de se alterarem qualitativamente conforme a produção social do ator em cada jogada.

Os fatos políticos podem acumular-se para gerar o poder político, (...) as pesquisas podem ser acumular-se, gerando o acervo de conhecimentos, as emoções, convicções e sensações podem ser acumuladas em valores. (...) Todas essas coisas *são obras humanas*, produto de um processo de *fenoestruturação social*, através do qual a produção transforma-se no capital que a produz (MATUS, 2005, p. 272, grifos do autor).

Portanto, com base na obra de Carlos Matus, é possível definir cada recurso de poder e os acervos como acumulações de fluxos específicos que os caracterizam. Além disso, essas acumulações também permitem a produção de fatos relativos àquele recurso de poder. Por

exemplo, os recursos de poder político permitem a produção de fatos políticos, ao mesmo tempo que os fatos políticos podem gerar mais acumulações desse recurso escasso.

A **produção social** pode ser vista como um circuito em que toda produção realizada por um ator social supõe a utilização dos recursos de poder e de acervos. Segundo Matus (1997, p. 109), “toda produção social reverte ao ator-produtor como acumulação social (ou desacumulação) de novos recursos econômicos, de poder, reafirmação, questionamento ou surgimento de novos valores e acumulação de novos conhecimentos”.

Os movimentos ou as jogadas são os meios que os jogadores utilizam para alterar suas acumulações, assim como os atores sociais alteram a situação através da ação humana. Deste modo, alteram-se gradualmente as relações de poder no jogo, até um extremo em que alguns tenham possibilidades certas de ganhar e outros de perder. Nessa situação, os primeiros ampliam significativamente o espaço de variedade de seus movimentos possíveis, enquanto os segundos o reduzem diante da alternativa de derrota (MATUS, 1997).

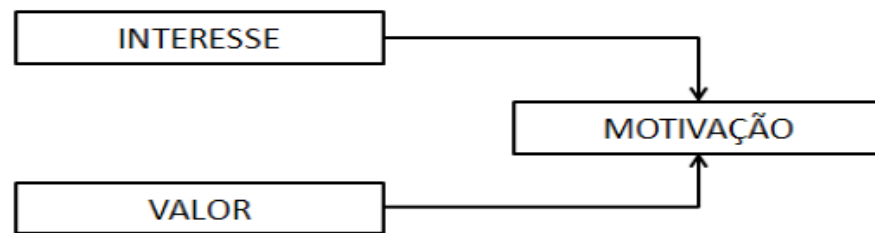
Para Matus (2005), o processo de produção social produz quatro tipos de resultado:

- Produtos-fluxos: fatos e objetos de uso, ou seja, coisas materiais ou imateriais com funções atribuídas de uso terminal ou intermediário.
- Produtos-acumulações: meios institucionais, ou seja, acervos de capital social com propriedade de produzir os fluxos.
- Atores e pessoas: fenoestruturas humanas, ou seja, conversão de seres biológicos em atores sociais e pessoas, com interior rico, desigual e variado.
- Regras: normas de constituição e convivência social, exigidas pela coordenação do processo de produção social e do jogo social.

De acordo com Matus (1996b), a força de determinado ator é a capacidade de produção social relacionada ao seu poder. Ela indica a capacidade de produção de operações e atos de um ator. O poder “tem relação com a motivação de um ator, já que expressa a capacidade para sustentá-la” (MATUS, 1996, p. 110). Portanto, de acordo com Matus (1996b, p. 111, grifos do autor), a força de um ator é “uma *capacidade de produção* que lhe permite realizar jogadas – não necessariamente vitoriosas – numa interação conflitiva ou cooperativa. O poder de um ator reside na *posse de meios e características pessoais* que lhe permitem uma capacidade de produção de eventos”.

Para compreensão do processo de produção social do jogo analisado, é necessário considerar os atores e os interesses em disputa. Segundo Matus (1996b), cria-se no jogo social o interesse e o valor, que juntos constituem as motivações, conforme representado na Figura 5:

Figura 5 – Motivação de um ator



MATUS (1996b, p. 104).

O **interesse** de um ator social é “a intenção ou o propósito com que utilizará sua força” (MATUS, 1996b, p. 104). O interesse define o apoio, a oposição ou a indiferença de um ator na jogada ou fato social. Não se restringe ao simples desejo do jogador, pois além disso ele aplicará sua força para produzir a jogada, sendo sua força a capacidade para sustentar sua posição (MATUS, 1996b).

Conforme Matus (1996b, p. 104) “o interesse indica o sinal da posição ou intenção do ator, com respeito a uma operação”. Matus (2005) indica três posições de interesse:

a) **apoio (+)**, quando há benefício atribuível à realização da jogada, e é estabelecida relação de cooperação com atores com o mesmo sinal e de oposição com sinal contrário: o ator empregará sua vontade e força para produzir a jogada;

b) **rejeição (-)**, quando há um custo atribuível à realização da jogada, gera um conflito com aqueles que a apoiam e possibilidade de cooperação com aqueles que a rejeitam: o ator empregará sua vontade e força para impedir que a jogada seja realizada;

c) **indiferença (0)**, quando o ator não toma posição.

Porém, Matus (2005) adverte que essas definições são imprecisas e insuficientes para a representação da complexidade do jogo social, pois há importantes nuances entre os diversos tipos de apoio, rejeição e indiferença. Portanto, o autor afirma a existência de graus de apoio ou rejeição que podem ser, às vezes, posições transparentes, e outras, posições mascaradas. O primeiro modo exprime um **grau interesse aberto**, público, sem duplicidade, nem ocultação: corresponde à intenção real do ator, há a sinceridade da posição conhecida. Já o **grau de interesse oculto** mascara o verdadeiro interesse do ator, há utilização de artifícios de disfarce, um fingimento que oculta a situação. “Ocultar ou manifestar sinceramente as posições são recursos do jogo social” (MATUS, 2005, p. 375).

Já o **valor** atribuído por um ator a uma operação é a importância que ele confere em relação aos objetivos que persegue no jogo. Essa importância depende do impacto que a operação terá sobre o patrimônio do ator, seja ele político, econômico, cognitivo ou organizativo. Uma operação pode ter alto valor por ser crítica para o sucesso do plano e prejudicar ou beneficiar muito a força do ator (MATUS, 1996b).

Segundo Matus (1996b), o jogador pode qualificar o valor numa escala que o indica como **muito alto (MA)**, **alto (A)**, **médio (M)**, **baixo (B)** e **muito baixo (MB)**. “Esse valor depende do contexto do jogo, da situação ou momento em que se desenrola, do papel da operação no próprio plano, e do papel que desempenha no plano dos demais jogadores” (MATUS, 1996b, p. 106).

Cabe ressaltar que essa pesquisa não trabalha diretamente com o Planejamento Estratégico Situacional desenvolvido por Matus, ou discute qualquer outro método de planejamento de governo. A análise realizada se vale da Teoria da Produção Social de Matus e dos conceitos elaborados a partir dessa teoria.

Em virtude da quantidade de atores sociais evidenciados no jogo social em estudo e o tempo limitado de pesquisa, não foi possível determinar o valor atribuído por cada ator em cada jogada. Portanto, não foi possível analisar a motivação dos atores nos fatos sociais identificados e conseqüentemente a produção social realizada. A análise da pesquisa limitar-se-á aos interesses manifestados nas jogadas produzidas no jogo social.

O próximo capítulo se refere aos procedimentos metodológicos aqui utilizados. Cabe ressaltar que esses procedimentos, especialmente ao que se refere à análise dos dados, tiveram inspiração na pesquisa de Pinto (2014). A autora, que também utilizou Carlos Matus como referencial teórico, analisou os interesses em disputa no transporte urbano coletivo de Porto Alegre. Porém, os distintos objetivos que os estudos perseguiram foram levados em conta.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa tem natureza **qualitativa**. Segundo Denzin e Lincon (2006, p. 23), na pesquisa qualitativa é ressaltada a “natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que limitam a investigação”. A relativa proximidade do pesquisador com a realidade pesquisada exigiu um exercício de aproximação e afastamento. Isso foi necessário para que não fossem ignoradas informações pelo acadêmico imerso no campo. Porém, também permitiu a consideração de elementos e características do objeto que poderiam ter permanecido desconhecidos na pesquisa.

Quanto aos procedimentos de **coleta de dados**, inicialmente foram procedidas observações com produção de caderno diário de campo; arquivamento de informações sobre o tema da fumicultura dispostas em sites de notícias e jornais de circulação regional e nacional; realização de entrevistas informais em Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, municípios com a maior concentração de indústrias do país (VARGAS e OLIVEIRA, 2012), maiores produtores agrícolas de tabaco no VRP e dentre os maiores do país (IBGE, 2016). As entrevistas foram realizadas com fumicultores, lideranças de movimentos sociais e de sindicatos rurais, e técnicos agrícolas que prestavam assistência técnica rural aos fumicultores. Essa aproximação ao campo, que foi incentivada por professores do grupo de pesquisa Organização e Práxis Libertadora, ocorreu durante o ano de 2016 e teve por objetivo observar o cotidiano da região, principalmente no que se relacionava à produção de tabaco, se estendendo à organização da sociedade local.

Também foi procedida a leitura de estudos que versavam sobre a fumicultura no Brasil. No momento de elaboração do projeto de pesquisa haviam sido listados alguns desses trabalhos com seus principais argumentos e abordagens teóricas. Naquele momento, foram selecionados 12 trabalhos em consulta realizada no Google Scholar; e outros 10 no Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SABI UFRGS). Destes, 14 foram analisados, por tratarem de temas correlatos. As análises desses estudos e a aproximação ao campo auxiliaram na contextualização da fumicultura na região do VRP e na construção do objeto de pesquisa e formulação da pergunta.

Para cumprir com o objetivo geral e com os objetivos específicos desse estudo foi realizada **pesquisa bibliográfica** que forneceu bases para compreender os interesses manifestados pelos atores sociais no período estudado do jogo social. Foi realizada uma delimitação artificial no tempo para a coleta de dados: os anos de 2002 até 2005. Isto porque, a

partir dos estudos que versam sobre esse processo, constatou-se que em 2002 iniciaram as reuniões de apresentação do texto da Convenção-Quadro e suas contestações no VRP, e no ano posterior, 2003, iniciou o processo de ratificação brasileira, que se estendeu até outubro de 2005 quando o Tratado foi aderido pelo país.

As principais fontes consultadas foram os jornais de maior circulação na região<sup>12</sup>: **Gazeta do Sul**, do município de Santa Cruz do Sul e **Folha do Mate** de Venâncio Aires. Através de contatos com responsáveis pelos arquivos desses jornais, foram obtidas autorizações para acessar os acervos e coletar dados *in loco*. A *Gazeta do Sul* também possui suas edições digitalizadas a partir de setembro de 2003, portanto, as publicações a partir desse período foram acessadas no sítio eletrônico do periódico. Além disso, a revista “**Anuário Brasileiro do Tabaco**”, que traz informações relacionadas ao setor produtivo do tabaco também foi consultada. Essa revista é produzida pelo Grupo *Gazeta de Comunicações*, que também é detentor do jornal *Gazeta do Sul*, e foram verificadas todas as edições, com publicação anual, e iniciada em 1997.

A coleta de dados nos dois jornais foi realizada através da leitura de todas as edições publicadas desde o início de 2002 até o final do ano de 2005. Foram coletadas todas as matérias relacionadas com o assunto da fumicultura. Essas reportagens foram digitalizadas e dispostas em arquivos eletrônicos em ordem cronológica para leitura posterior. Uma vez realizadas essas leituras, iniciou-se a produção de um relato, construído em ordem cronológica, dando conta dos acontecimentos desse período no jogo social. Esse relato, por ser demasiado extenso foi disposto como Apêndice dessa dissertação. É importante destacar que, embora o período analisado esteja diretamente ligado às negociações da Convenção-Quadro, os dados coletados e analisados não se restringiram ao Tratado, mas contemplam todas as discussões naquele período sobre a fumicultura no VRP como um todo.

Adicional à coleta de dados dos jornais, foram consultadas outras fontes: estudos relacionados ao tema; sítios eletrônicos de órgãos ligados à saúde e suas publicações; sítios eletrônicos de ministérios do Governo Federal, de organizações de representantes dos agricultores e das indústrias fumageiras, além de organizações que fornecem dados demográficos e de produção agrícola, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas fontes foram buscadas para complementar e esclarecer alguns pontos do relato. Feitas as análises, este relato, que inicialmente ficou demasiadamente longo, foi reescrito

---

<sup>12</sup> A informação quanto ao número de tiragens dos jornais de maior circulação na região foi obtida junto a Associação dos Diários do Interior (ADI).

mantendo-se apenas os detalhes necessários para a compreensão dos fatos sociais selecionados e a coerência dos acontecimentos no período relatado.

O estudo tem como **referencial de análise** a obra de Carlos Matus. Foram apresentados no capítulo de referencial teórico seus principais conceitos que são utilizados nas análises dos dados. Foram consultadas as seguintes obras do autor: Política, Planejamento e Governo (1997); Teoria do Jogo Social (2005); Adeus Senhor Presidente (1996a); Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi: estratégias políticas (1996b).

Na **análise dos dados**, a partir do relato em ordem cronológica de acontecimentos, disposto no Apêndice deste trabalho, foram identificados e caracterizados os atores sociais envolvidos no jogo social da fomicultura no VRP. Essa identificação foi feita com base nos requisitos apontados por Matus (1996b) para que fossem considerados atores. Além disso, foram indicados os recursos de poder que dispõe cada ator social no jogo.

Com base no relato realizado, foram identificados nove **fatos sociais** produzidos pelos atores anteriormente apresentados no jogo social. Os critérios para escolha desses fatos foram o volume de informações e os desdobramentos para o jogo social. Esses fatos sociais foram analisados quanto aos interesses dos atores envolvidos e das acumulações ou desacumulações de recursos de poder em cada um deles. Após isso, foram sintetizadas as relações de conflito e cooperação entre esses atores durante o período analisado do jogo social.

## 4 ANÁLISE DOS INTERESSES DOS ATORES NO JOGO SOCIAL DA FUMICULTURA NO VALE DO RIO PARDO/RS

Nesse capítulo são apresentadas as análises a partir do referencial teórico de Carlos Matus. Essa etapa tem a pretensão de cumprir com os objetivos geral e específicos desse estudo, além de responder à pergunta de pesquisa. Inicialmente são apresentados os atores sociais, bem como os recursos de poder que eles utilizam no jogo e que estão sintetizados no Quadro 3. Em seguida são analisados os interesses dos atores em nove fatos sociais produzidos, e as relações de conflito e cooperação que foram sintetizadas no Quadro 4. A identificação dos atores e fatos sociais foi realizada a partir da narrativa construída e disposta no Apêndice A.

### 4.1 OS ATORES SOCIAIS

Para a análise dos interesses dos atores sociais envolvidos no jogo da fumicultura no Vale do Rio Pardo (VRP), inicialmente se faz necessária a identificação e caracterização desses atores. Essa identificação foi realizada de acordo com os requisitos apontados por Matus (1996b) para serem caracterizados como tal, que já foram expostos no Capítulo 2 da pesquisa.

As capacidades de produção social desses atores não são fixas, mas adquiridas na prática do jogo. É neste processo de produção que o ator pode alterar sua situação, ou seja, ampliar seu espaço de produção possível. Para tanto, utiliza os recursos de poder valiosos no jogo e a ele disponíveis naquele momento, buscando novas acumulações de recursos (MATUS, 1997). Os recursos de poder que um ator social pode possuir variam conforme o jogo social, pois haverão recursos críticos coerentes com o processo de produção específico. Nos fatos sociais evidenciados, foram classificados os seguintes recursos de poder: econômicos; políticos; legais; organizacionais; e acervo de valores e de conhecimentos, dentre outros, de acordo com o jogo social.

A **Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA)** foi constituída em Santa Cruz do Sul em 1955 com a finalidade de representar os fumicultores. Sua principal função era relacionada a buscar menos desigual distribuição de renda entre os integrantes da cadeia produtiva do tabaco, uma vez que, até então, a indústria definia unilateralmente os preços pagos pelo fumo (SEFRIN, 1995). Dentre outras entidades que representam fumicultores, a AFUBRA



é a organização com o maior número de associados, totalizando mais de 100.000 produtores de tabaco. Ao menos em parte, essa liderança é atribuída ao seguro mutualista contratado pelos agricultores<sup>13</sup>, já que a AFUBRA é a única organização que oferece esse serviço especializado. Além de seus papéis de representação e seguradora, a entidade presta assistência técnica aos produtores, desenvolve projetos sociais e ambientais junto aos principais municípios fumicultores e constitui a Agro Comercial Afubra Ltda., detentora de 22 lojas, dois pontos de venda e 2 centros de distribuição localizados nos três estados do Sul do País. Ou seja, além de ser uma associação de representação, comercializa desde insumos agrícolas e maquinários, até produtos de informática, móveis e eletrodomésticos (AFUBRA, 2016).

Muito embora a entidade se apresente como a principal representante dos fumicultores, vários estudos afirmam que a Associação coopera com a indústria do tabaco (MASSIERER, 2005; SCHEIBLER 2006; SOGOCIO, 2008; MÜLLER, 2015). Isto acontece, apesar de ambos, indústria e agricultores, possuírem interesses antagônicos, principalmente quanto à baixa remuneração dos fumicultores, frente a altas taxas de lucro das empresas. Essa cooperação pode ser observada, dentre outras situações, no que concerne às jogadas em defesa da manutenção do Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT): a Associação atua como procuradora dos fumicultores, autorizando a captação pelas indústrias de crédito rural em bancos públicos e privados para o financiamento dos insumos agrícolas e investimentos (BRASIL, 2004a, p. 22). Na dimensão econômica, há uma parceria entre as indústrias e a AFUBRA no já referido seguro mútuo: a maior parte das contratações é realizada pelos técnicos agrícolas das empresas, e as indenizações, quando ocorrem, são pagas diretamente às indústrias fumageiras. Ou seja, em caso de danificação da lavoura do fumicultor por ocorrência de granizo, ao invés de ele receber a indenização correspondente, esta é remetida à empresa, que a seu critério pode reter a importância correspondente a débitos existentes, liberando apenas o valor remanescente.

Também é preciso ressaltar que a AFUBRA controla uma parte relevante dos recursos do jogo, como grande parte dos dados sobre a fumicultura brasileira, que são produzidos e disseminados por ela. São exemplos dessa propriedade de informação os dados estatísticos sobre a produção agrícola, como número de empregos gerados na agricultura; volume de fumo produzido; o cálculo do custo da produção agrícola, dentre outras informações relevantes sobre o setor. Chama a atenção que, além do Governo Federal, órgãos de saúde, como o Instituto

---

<sup>13</sup> O Sistema Mutualista AFUBRA consiste em um seguro que é contratado pelo fumicultor diretamente na Associação, ou por intermédio das indústrias fumageiras através do SIPT. O prêmio a ser pago é equivalente ao número de pés de fumo cultivados; já as coberturas ao agricultor, que recebe uma indenização em caso de sinistro, são: granizo que atinja as lavouras, incêndios ou tufões que danifiquem as estufas de secagem do Tabaco de Estufa Virgínia e também auxílio funeral ao titular contratante e cônjuge.

Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) e outros atores sociais que, inclusive, possuem relações de conflito com a Associação, se valem dos dados produzidos por ela.

Além de **recursos políticos** utilizados no jogo social, a **AFUBRA** dispõe de **recursos organizacionais** e **legais**. Estes últimos recursos, por integrar a maior parte dos fumicultores como seus associados e atuar como representante nas negociações de preço e condições de contratação com as indústrias, além de procuradora dos agricultores quanto à concessão de crédito rural. A entidade também atua como seguradora e possui uma rede de lojas e distribuição, atividades que lhe confere a posse de **recursos econômicos** no jogo social. O **acervo de valores** de seus dirigentes, os permitiu mobilizar fumicultores e demais sociedade do VRP contra a Convenção-Quadro de acordo com sua explicação situacional. Devido à sua presença nos territórios fumicultores e junto aos agricultores, os diretores da AFUBRA também possuem grande **acervo de conhecimentos** sobre a produção e o setor produtivo do tabaco.

A figura do Sr. **Hainsi Gralow** à frente da entidade no período analisado também foi importante para a acumulação de recursos políticos pela **AFUBRA**, pelo protagonismo e articulação em outras organizações onde também ocupava papéis de destaque, como na ITGA e na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco. Devido à essa atuação e produção de fatos sociais, **Gralow** também é considerado como ator social no jogo e possuidor de **recursos políticos** e **acervos de valores e conhecimentos**. Entretanto, como sua atuação no jogo social foi através da AFUBRA e, portanto, os dois atores terão os mesmos interesses no jogo social, apenas a Associação dos Fumicultores será elencada na análise das motivações dos atores e produção social.

A *International Tobacco Growers' Association (ITGA)* é uma organização que tem por finalidade representar os interesses dos agricultores que produzem tabaco em todo o mundo. Dentre os principais objetivos autodeclarados pela instituição estão a troca de informações entre fumicultores de todo o mundo, o monitoramento das condições de mercado do produto e a atenção e combate às ações antitabagistas. Questões de distribuição de renda ou outros assuntos que dizem respeito a conflitos entre camponeses e indústria do tabaco não são mencionados na apresentação da Associação (ITGA, 2017). A organização é acusada de ter uma relação marcada por interesses escusos junto às corporações de tabaco como revelam documentos confidenciais que vieram a público<sup>14</sup> (BRASIL, 2004a).

---

<sup>14</sup> Documentos internos da corporação British American Tobacco (BAT), que vieram a público, revelaram as relações obscuras entre a ITGA e a indústria do tabaco. Um dos memorandos internos da BAT datado do ano de 1988 fazia o seguinte relato: “As empresas fabricantes regerão o financiamento básico da organização (ITGA) e assim garantiremos que se dediquem a fazer política... A ITGA pode ser o ‘parapeito’ para nossas atividades de alianças com os representantes do Terceiro Mundo na OMS e para conseguir apoio de nações hostis às corporações

A ITGA possui os atributos apontados por Matus (1996) para ser considerada ator social e produz jogadas no jogo em análise. Muito embora não se trate de uma organização brasileira teve, em alguns momentos, relações diretas com a discussão em torno da aprovação da CQCT pelo Brasil e expôs sua análise situacional no VRP. No país, a ITGA possui estreita relação com a AFUBRA, sendo que o Sr. Hainsi Gralow exerceu, por alguns anos, a direção dessa associação internacional.

A Associação internacional atuou com seus **recursos políticos** contestando a CQCT mundialmente através de seus representantes, e estabelecendo no Brasil relações de cooperação com atores com interesse de rejeição à CQCT e conflito com os que a apoiavam. Seus dirigentes atuaram no jogo social representando com seus **recursos organizacionais** um coletivo de organizações de fumicultores de diversos países. Por essa atuação junto a produtores de tabaco de diversas partes do mundo, sua diretoria dispõe de **acervos de valores e de conhecimentos**.

O **Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO)** possui como associadas as principais indústrias do setor presentes no Brasil<sup>15</sup>. O Sindicato foi fundado em 1947 sob a denominação de Sindicato da Indústria do Fumo (SINDIFUMO) como “reflexo da necessidade de organização das empresas fumageiras junto aos trabalhadores do setor e aos órgãos governamentais” (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 1997, P. 90). A sede foi estabelecida em Santa Cruz do Sul, inicialmente sua atuação se dava nos municípios dessa região. Apenas a partir de 2008 a entidade passou a ser denominada como SINDITABACO, portanto, nas análises dessa pesquisa a entidade será mencionada como “SINDIFUMO” devido a sua nomenclatura no período estudado.

As indústrias do tabaco, embora pudessem ser consideradas como atores sociais, não foram identificadas como tal neste jogo social, pois foram representadas pelo SINDIFUMO no processo de produção social. Os atos, falas e jogadas referentes aos interesses dessas empresas foram protagonizados no jogo pelas lideranças de seu Sindicato, de modo que todas elas estavam alinhadas quanto a posicionamentos e relações de conflito e cooperação com outros

---

multinacionais. A ITGA com o nosso impulso poderá ativar ações de alianças agrícolas regionais que hoje são muito débeis e reticentes às pressões da indústria” (BRITISH AMERICAN TOBACCO, 1988 apud BRASIL, 2004, p. 19).

<sup>15</sup> Conforme o *website* do Sinditabaco, no início de 2017 as seguintes indústrias eram suas associadas: Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda.; ATC – Associated Tobacco Company (Brasil) Ltda.; Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S.A.; China Brasil Tabacos Exportadora S.A.; CTA – Continental Tobaccos Alliance S.A.; Industrial Boettcher de Tabacos Ltda.; Intab – Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda.; JTI Kannenberg Comércio de Tabacos do Brasil Ltda. JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda.; Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda.; Premium Tabacos do Brasil S.A.; Souza Cruz S.A.; Tabacos Marasca Ltda.; Tabacos Novo Horizonte S.A.; Universal Leaf Tabacos Ltda. Disponível em: <http://sinditabaco.com.br/a-entidade/associadas/> Recuperado em 12 jan. 2017.

atores. Embora as empresas sejam essenciais na determinação da forma e força com que os fatos sociais tenham sido produzidos, fazem parte do ator-grupo que defende seus interesses com o peso de um coletivo que atua de forma coerente (MATUS, 1996).

O SINDIFUMO, que nas questões que envolveram reajustes nos valores pagos ao fumo teve relações de conflito com representantes dos fumicultores<sup>16</sup>, conseguiu o apoio de alguns desses atores sociais na disputa contra a Convenção-Quadro. Atuando muitas vezes com grau de interesse oculto, devido à impossibilidade ou inconveniência das indústrias fazerem requerimentos no processo, a diretoria do Sindicato apoiou atores como a AFUBRA nas jogadas que trouxeram acumulações benéficas a ambos.

O Sindicato atua com **recursos legais** por representar as indústrias do tabaco em diversas instâncias deliberativas e negociais, além de **recursos organizacionais**. Seus dirigentes possuem **acervo de valores e de conhecimentos**, que foram utilizados para defender os interesses das empresas fumageiras. Pelo fato de suas filiadas serem grandes corporações que têm como objetivo o lucro, o SINDIFUMO tem acesso a **recursos econômicos** no processo de produção social.

A **Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO)** foi fundada no Rio de Janeiro, em 1979, e congrega empresas de diferentes áreas da cadeia produtiva do setor fumageiro no Brasil (beneficiadoras e fabricantes de produtos derivados do tabaco). Seu papel é “ser porta-voz dos interesses e anseios das empresas envolvidas direta ou indiretamente com a fumicultura brasileira” (ANUÁRIO..., 1997, p. 92). Atualmente, está sediada em Brasília, localização estratégica para facilitar a interação e influência da entidade em questões políticas junto aos três poderes da República.

O Anuário Brasileiro do Tabaco de 1999 traz uma reportagem em homenagem aos 20 anos da ABIFUMO. Nela, o Presidente da Associação, Sr. Nestor Jost, que inclusive ocupou o cargo de Ministro da Agricultura na década de 1980, deixou clara a utilização de **recursos políticos** para fazer *lobby* junto ao governo e parlamento brasileiros. Uma das principais atividades da entidade em seus 20 anos de existência, segundo o dirigente da ABIFUMO, foi o acompanhamento de mais de 100 projetos contra o fumo que tramitaram no congresso desde sua constituição até aquele ano. De acordo com Jost:

Há sempre dezenas de projetos antitabagistas no Congresso Nacional, sem nenhum fundamento, mas os parlamentares acham que isso dá votos, o que tem exigido muita atividade, procurando esclarecer os congressistas sobre a realidade da situação e sobre

---

<sup>16</sup> A expressão “representantes dos fumicultores” será utilizada nessa pesquisa para designar sindicatos e outras formas de associações que congregam fumicultores e agem em seu nome. A expressão é utilizada para evitar a demasiada repetição ao longo do texto de cada um destes atores sociais.

o trabalho propiciado pela produção e industrialização do fumo (ANUÁRIO..., 1999, p. 120).

Além disso, a questão da tributação sobre os produtos oriundos do tabaco também mobiliza a ABIFUMO que, por diversas vezes, impediu que os parlamentares aprovassem medidas para a elevação dessas taxas. A organização, através de sua diretoria, também possui **acervos de conhecimentos e de valores** que permitem o acesso de seu dirigente aos representantes políticos em Brasília (ANUÁRIO..., 1999).

Através de seus recursos políticos sua participação nas investidas dos atores sociais com interesse de rejeição à CQCT foi importante para fazer *lobby* junto aos parlamentares e ao Governo, uma vez que esta é a principal incumbência da Associação. Já as relações de conflito entre a indústria do tabaco e os fumicultores não envolveram essa entidade. A ABIFUMO é considerada como ator social por ser organização estável e ter capacidade de produzir jogadas no jogo social. A posse de **recursos econômicos**, através de suas congregadas, contribui com a produção social da Associação.

A **Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS)** congrega as 27 associações de municípios do Rio Grande do Sul, reúne prefeitos, vice-prefeitos, secretários, técnicos e órgãos da gestão pública municipal. Sua função é representar as associações e municípios gaúchos (FAMURS, 2017a). Esta entidade, na época presidida pelo prefeito do município de Vera Cruz, Heitor Petry, representou os municípios gaúchos nas arenas de decisão sobre a ratificação à CQCT através da análise situacional dos prefeitos da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo (AMVARP). A Federação apoiou as indústrias e os fumicultores que desejavam prosseguir com a produção de tabaco, e rejeitou a Convenção-Quadro sob argumento de risco aos empregos gerados nos municípios produtores e ao retorno de impostos às prefeituras, aos estados e ao Governo Federal (FAMURS, 2017b).

Os **acervos de conhecimentos** e de **valores** apresentados no jogo eram, em parte, guiados pela situação de Heitor Petry e dos prefeitos de outros municípios do VRP. A Federação também dispôs de **recursos organizacionais** por representar em suas ações todas as Associações de Municípios do estado.

O **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, através de seus representantes, também produziu jogadas com interesse de apoio à manutenção da produção, manufatura e exportação de tabaco no estado. No período das discussões sobre a ratificação da CQCT pelo Brasil, o então Governador do Estado, Germano Rigotto, e outros representantes do Poder Executivo gaúcho em todos os espaços de fala, defenderam amplamente o setor produtivo do tabaco e exigiram a não adesão do país ao Tratado. Além disso, quando procurado por membros da

cadeia produtiva do tabaco, o Governador garantiu que faria *lobby* junto ao Senado quanto à análise da matéria.

Portanto, o Governo gaúcho dispõe de **recursos políticos** no jogo social, através dos quais defendeu a produção de tabaco ante medidas antitabagistas nas arenas de discussão junto aos Poderes Legislativo e Executivo. Este ator também utilizou **recursos legais**, através de incentivos às indústrias do tabaco e a continuidade da produção. O Governo do Estado, através do Governador e outros membros do Poder Executivo, também dispõe de **acervo de conhecimentos** e **de valores** próprio que o manteve com interesse de apoio às indústrias nas questões que envolveram a CQCT e indiferente quanto às relações de conflito entre as empresas e fumicultores. Essa última posição adotada com vistas a manter a lucratividade das indústrias e, conseqüentemente, a manutenção das mesmas no estado e a arrecadação de impostos.

As **Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Rio Grande do Sul (FETAG)**, Santa Catarina (FETAESC) e Paraná (FETAEP) também exercem função de representação dos fumicultores. De maneira conjunta com a AFUBRA e a FARSUL, representantes dessas Federações participam da comissão de levantamento anual dos custos de produção do tabaco, da negociação do preço do fumo, e acompanham questões relativas à comercialização e classificação do produto. Essas entidades, que também representam trabalhadores rurais de outras atividades produtivas, possuem comissões permanentes do fumo e congregam Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) nos municípios fumicultores (ANUÁRIO..., 1999, p. 116). Devido ao recorte territorial feito na presente pesquisa, o órgão que atua no Rio Grande do Sul, a FETAG, foi identificada como ator social relevante a esse jogo, e sua atuação será analisada dentro dos acontecimentos relatados.

Os dirigentes da FETAG apresentaram posicionamentos similares aos da AFUBRA quanto às negociações com o SINDITABACO e rejeição à CQCT, durante o período observado desse jogo social. Contudo, a entidade não possuía acumulação de recursos de poder e acervos no processo de produção social comparados a esta Associação. Embora os STRs congreguem um grande número de fumicultores, a AFUBRA possui maiores acumulações de recursos econômicos e políticos, e acervos de valores e conhecimentos, o que a conferem mais capacidade de produção social no jogo. Essas diferenças de acumulações se dão, principalmente, através do número de fumicultores vinculados a cada organização, e à articulação política do presidente da AFUBRA, Hainsi Gralow, naquele período histórico.

A FETAG produziu jogadas utilizando seus **recursos políticos, legais e organizacionais** como representante dos fumicultores e mobilizações promovidas, principalmente, através dos STRs dos municípios produtores de fumo. Essa vivência com os

fumicultores, que são a maioria dos associados nos sindicatos municipais do VRP, também produz acumulações de **acervos de valores e de conhecimentos** para os representantes da FETAG.

A **Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL)** possui Sindicatos de Produtores Rurais presentes nos municípios produtores de tabaco. Embora não tenham protagonizado fatos sociais tão significativos nesse jogo, os dirigentes da entidade tiveram espaços de fala e de ação nas arenas de discussão com posicionamento contrário à CQCT. As Federações de Santa Catarina (FAESC), Paraná (FAEP) e a FARSUL são membros da comissão representativa dos fumicultores nas negociações do preço do fumo. A Federação Gaúcha reivindicou aumento dos preços, principalmente na safra 2004, porém, sem mobilizar seus associados à ações como manifestações e boicotes, acreditando na possibilidade de negociação com o SINDIFUMO.

Em uma possível comparação deste ator social com a FETAG, não é possível perceber a utilização de recursos políticos por parte da FARSUL no jogo social. Porém, ela utilizou seus **recursos legais** por ser uma das entidades de representação dos fumicultores, participando das rodadas de negociação do preço do tabaco. Utiliza seus **recursos organizacionais** ao congregar os sindicatos municipais de produtores rurais que, nas regiões fumageiras, possuem fumicultores dentre seus associados. Por essa proximidade dos sindicatos com os produtores de tabaco, seus dirigentes possuem acumulações de **acervo de valores e de conhecimentos**, utilizados no jogo social.

A **Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL)** é ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e tem o papel de ser um instrumento a serviço dos trabalhadores rurais e dos agricultores familiares (FETRAF-SUL, 2017). Integrante da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, foi um dos primeiros membros ligados aos agricultores a manifestar seu interesse de apoio à ratificação da CQCT. Sua atuação nesse jogo foi pouco evidenciada nas informações coletadas na imprensa regional. Ao menos em parte, isso pode ser explicado pela modesta presença de sindicatos ligados à Federação nos municípios das regiões produtoras de tabaco, principalmente no VRP.

A Federação não possui espaço para representação dos fumicultores em instâncias negociais, nem mesmo sindicatos a ela vinculados nos municípios do VRP. Contudo, os representantes da FETRAF-SUL possuem **acervos de valores e de conhecimentos** e a entidade mobilizou seus **recursos políticos**, com posicionamentos públicos contrários às outras Federações atuantes no jogo social.

As organizações Empresa Jornalística Folha do Mate, e Grupo Gazeta de Comunicações, responsáveis, respectivamente, pela produção do jornal Folha do Mate, e pelo jornal Gazeta do Sul e Anuário Brasileiro do Tabaco, também são identificados como atores sociais. Para facilitar a redação da análise pretendida, uma vez que não foram evidenciados interesses distintos entre as publicações das duas empresas de comunicação, será utilizado o termo **Imprensa Corporativa do VRP** para se referir a esses atores sociais.

Além de ter sido utilizada na coleta de dados, a Imprensa Corporativa do VRP manifestou posicionamentos e produziu jogadas no processo de produção social em análise. Esses interesses foram manifestados através de suas reportagens, que revelavam o apoio a alguns fatos sociais e atores, em detrimento de outros. Além disso, a Imprensa preenche os demais requisitos de Matus (1996b) para ser identificada como ator social: possui ação criativa; é produto e produtora do sistema social; possui projeto que orienta sua ação; acumula perícia, dentre outros.

O Anuário Brasileiro do Tabaco é produzido no formato de revista, e traz em suas reportagens dados sobre a produção, exportação e manufatura de tabaco no país. A publicação tem o objetivo de promover em âmbitos nacional e internacional o setor produtivo do tabaco no Brasil. Devido a isso, omite algumas discussões presentes nos jornais, como os embates ocorridos entre fumicultores e indústria. Embora mascare parte da realidade que os jornais veiculam, a análise situacional que ambos veículos de comunicação retratam é a mesma, a de apoio à cadeia produtiva, especialmente aos interesses das indústrias e a manutenção da atividade no formato que ocorre: inserida em um sistema integrado de produção.

A **imprensa corporativa do VRP** dispõe de **recursos econômicos**, e através de seus dirigentes e equipe editorial possui **acervo de valores** e de **conhecimentos** próprios. Suas publicações retornam como acumulações a si e aos atores sociais com o mesmo sinal de interesse nos fatos sociais.

A **Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)**, criada em agosto de 1999 pelo decreto nº 3.136 de 13 de agosto de 1999, tem como objetivo articular a organização e implementação de uma agenda governamental para o cumprimento das obrigações da CQCT. A Comissão é composta por membros da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) Assessoria de Assuntos Internacionais (AAI) e dos Ministérios da Saúde, das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, Fazenda, Justiça, do Trabalho e Emprego, da Educação, Meio



Ambiente, Comunicações e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 1999).

A CONICQ apresenta os requisitos apontados por Matus (1996b) para ser considerada um ator social, produz fatos no jogo social, apresenta uma organização estável e atua com peso de um coletivo. Embora, em sua composição, existam membros que manifestaram interesse de rejeição à CQCT, pessoas do **Ministério da Saúde** exercem a Presidência do órgão e pessoas **INCA** fazem o papel de Secretaria Executiva da Comissão. Esses membros, também aqui identificados como atores sociais por sua capacidade de produção de jogadas, são os principais condutores das ações da Comissão. Esses três atores (CONICQ, INCA e Ministério da Saúde) com explicações situacionais similares tiveram grande peso na aprovação da Convenção-Quadro da OMS no Brasil, atentando para o objetivo principal da política, a saúde humana.

Os três atores sociais, através de suas equipes, dispõem de **acervo de valores** pela atuação do Ministério da Saúde e INCA em ações relacionadas à saúde pública brasileira; e **acervo de conhecimentos**, principalmente com relação ao combate ao tabagismo, tratamento, estudos e divulgação de suas consequências à saúde humana. Também utilizaram **recursos políticos e legais** na defesa da ratificação brasileira à CQCT e formulação de instrumentos para implantação da Política Nacional de Controle ao Tabagismo. A CONICQ também dispõe de **recursos organizacionais** e atua com peso de um coletivo produzindo jogadas.

A **Diocese de Santa Maria/RS** da Igreja católica, através do Projeto Esperança/Coesperança, desenvolve ações sociais e ambientais em diversas áreas, incluindo a agricultura familiar. Nesse tema, o projeto tem por base incentivar a produção de alimentos sem agrotóxicos pelos camponeses gaúchos. As principais preocupações das pessoas que conduzem seus projetos dizem respeito a questões ecológicas; à saúde dos trabalhadores do campo; e à exploração do trabalho desses produtores rurais dependentes de sistemas agroindustriais como no caso do fumo (PROJETO ESPERANCA/COOPESPERANCA, 2017). A Diocese, com sede distante cerca de 100 quilômetros do VRP, foi representada nas discussões pela ratificação da CQCT pela Freira Lourdes Dill. Além de seu posicionamento favorável ao acordo internacional, o projeto mantido pela organização religiosa dá suporte aos fumicultores que optarem por deixar a produção de tabaco e dedicarem-se a produções agroecológicas e à comercialização através da economia solidária (ESTEVES, 2017).

O ator, principalmente através da Irmã Lourdes Dill, possui **acervos de valores e de conhecimentos** próprios. Ela os utilizou em suas falas nas arenas de discussão sobre a Convenção-Quadro demonstrando que existem outros meios de vida para os agricultores familiares, sem a exposição a agrotóxicos e ao trabalho insalubre nas lavouras do tabaco.

No relato apresentado no Apêndice A, a ONG antitabagista que produziu jogadas foi a Rede Tabaco Zero, que mais tarde, em 2006, tornou-se a Aliança de Controle do Tabagismo (ACT). Tais organizações foram dirigidas pela socióloga **Paula Johns** que dedicava-se à luta contra o tabagismo antes mesmo da fundação dessas organizações (SOGOCIO, 2008). Devido ao destaque de Paula Johns na condução de diferentes ONG's e sua produção de jogadas no jogo social, ela cumpre os requisitos de Matus (1996) para ser considerada um ator social. No caso específico, trata-se de um ator-pessoa, que teve relações de conflito com atores sociais com interesse de rejeição à CQCT, especialmente os representantes da indústria e a AFUBRA.

Em parte do relato, com exceção das audiências públicas, apenas foi mencionado pelos veículos de comunicação coletados a atuação de ONGs no jogo social, sem especificar organizações dirigidas por Paula Johns. Porém, outros estudos sobre o tema demonstraram que a principal ONG atuante no processo foi a Rede Tabaco Zero, e que sua participação teve peso para a ratificação da CQCT pelo Brasil, principalmente pelo protagonismo de Johns (MASSIERER 2005; SCHEIBLER 2006; SOGOCIO, 2008). Além de possuir **acervo de valores e de conhecimentos** próprios, ela utilizou seus **recursos políticos** no jogo produzindo jogadas que reverteram em acumulações para os atores sociais com os quais estabelece relações de cooperação e para si.

Na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi representada por seu membro **Albino Gewehr**. Gewehr é técnico agrícola, residia na região do VRP e tinha amplos conhecimentos sobre o setor fumageiro e também sobre a formulação da CQCT (GEWEHR, 2004, p. 15). Sua relação de conflito com outros membros da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco não lhe conferiu grande espaço para proposições de temas no fórum de discussão porque esses atores com interesses conflitantes ao seu representavam o órgão intersetorial com cargos de comando.

Devido às suas jogadas nesse jogo social, Albino Gewehr pode ser considerado um ator social, no caso específico, um ator-pessoa conforme o entendimento de Matus (1996). Apesar de Gewehr ter se valido de sua condição de representante da CUT para acessar algumas arenas de discussão, sua presença estável no jogo, com seus **acervos de conhecimentos e de valores** o caracterizam como ator social. Embora não representasse oficialmente o órgão FETRAF-SUL, possuía cargo de assessor dessa Federação. Gewehr contestou a explicação situacional dos dirigentes da AFUBRA sobre a CQCT no VRP, que classificou como distorção de informações. O ator também criticou o trabalho da Câmara Setorial que, segundo ele, só atendia aos interesses das corporações do tabaco. Mobilizou seus **recursos políticos** no jogo, ao

contestar e estabelecer relações de conflito com atores do VRP com interesse de rejeição à CQCT.

A organização representante dos fumicultores que protagonizou as relações mais conflituosas com o SINDIFUMO e as indústrias foi o **Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)**. Os dirigentes do Movimento receberam pouco espaço de fala pelos representantes das empresas fumageiras, pela imprensa corporativa da região do VRP e, até mesmo, por outras associações de produtores rurais, como demonstra o relato dessa pesquisa. Contudo, o MPA é identificado como ator social devido a ter produzido jogadas no jogo aqui analisado, principalmente através do posicionamento dos seus membros e ações nas denúncias quanto à desigual distribuição de renda na cadeia produtiva, organização de manifestações pela revisão de preços pagos ao fumo e proposição de boicotes à comercialização de fumo, que foram realizados pelos agricultores.

O MPA não é considerado como representante dos fumicultores pelo SINDITABACO e pelas Federações que participam das negociações com a indústria. Porém, dispõe de **recursos organizacionais** e **políticos**, tendo mobilizado centenas de produtores de tabaco em manifestações contra aos preços a eles pagos e às condições de trabalho no campo. Os **acervos de valores** e **de conhecimentos** de seus integrantes fundamentaram a produção de jogadas do Movimento. Suas reivindicações ultrapassavam a mera discussão pautada nos custos de produção, principal estratégia de negociação da AFUBRA, FETAG e FARSUL. Dentre outros motivos, as críticas eram às más condições de trabalho e remuneração dos fumicultores, resultantes da relação de exploração desses pela indústria do tabaco.

No período analisado nessa pesquisa, o MPA foi a organização que por mais vezes mobilizou os fumicultores no VRP a lutar contra as imposições da indústria do tabaco e seu sindicato. As entidades representativas dos fumicultores não apoiaram as ações do Movimento, mesma omissão revelada por Etges (1991) quanto à atuação da AFUBRA e sindicatos ligados à FETAG na década de 1980<sup>17</sup> frente ao surgimento de um grupo organizado de luta dos fumicultores.

---

<sup>17</sup> Etges (1991) relata da seguinte forma o surgimento de movimentos de contestação pelos fumicultores na década de 1980: “Em 1986, pela primeira vez, os produtores de fumo se organizaram e foram à luta para reivindicar melhor preço pela matéria-prima que produzem, o fumo. (...) O movimento de então abrangeu produtores de vários municípios do Rio Grande do Sul, chegando a estender-se para Santa Catarina, mobilizando centenas de produtores de fumo” (ETGES, 1991, p. 181). Segundo a autora, nessa primeira experiência de luta dos fumicultores, foram organizadas greves, boicotes, dentre outras formas de manifestação. Em 1989 novamente o descontentamento com o reajuste oferecido ao preço do fumo provocou o ressurgimento do movimento, ainda mais forte e mais organizado. Os fumicultores mobilizados sofreram forte repressão policial e a maior parte dos embates ocorreu em Santa Cruz do Sul. (ETGES, 1991).

A **Organização Mundial da Saúde (OMS)** teve o papel de proponente da política internacional de controle do tabaco para frear a epidemia de tabagismo, maior causa evitável de mortes no mundo. No entendimento do órgão, apenas um Tratado global poderia fazer frente às corporações multinacionais do tabaco que historicamente têm influência sobre os governantes e legisladores das nações (BRASIL, 2003). Muito embora a discussão sobre a confecção de um Tratado internacional tenha tomado vulto apenas nas Assembleias Mundiais de Saúde (AMS) no final do século XX, desde 1970 a associação entre tabaco e seus malefícios à saúde humana passou a ser objeto de ação da OMS (SPINK, LISBOA e RIBEIRO, 2009).

A OMS utilizou seus **recursos políticos** e os **acervos de valores e conhecimentos** de sua diretoria para que o primeiro Tratado internacional de saúde pública da história fosse factualmente aderido pelos países e implementado. A Organização respeitou a soberania das nações quanto a seus processos internos de ratificação, ao mesmo tempo em que observou e apontou países e indústrias do tabaco que tentavam de alguma maneira sabotar ou atrasar a constituição e aprovações da Convenção-Quadro. Dispôs, também, de **recursos organizacionais** no jogo social, contando com a participação dos órgãos de saúde dos países-membros da ONU na formulação de seu acordo.

A **Presidência da República do Brasil**, que foi representada pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso até 2002 e Luiz Inácio Lula da Silva após janeiro de 2003, também é aqui caracterizada como ator social. É possível perceber, no relato apresentado, o apoio da Presidência à CQCT e a utilização de **acervos de valores e conhecimentos** e de **recursos políticos**, com vistas à maior acumulação desse último recurso em questões diplomáticas que extrapolam o jogo social em questão. A Presidência da República também utilizou seus **recursos legais** para conduzir as negociações sobre o texto da Convenção-Quadro, assinatura da ratificação e criação de políticas e programas de apoio à adesão e implementação da Convenção-Quadro. Este ator também utilizou **recursos organizacionais** em sua produção social, por meio de seus Ministérios, Secretarias e órgãos.

Como indicativo de seu apoio ao Tratado, o Presidente Lula assinou a Convenção-Quadro no primeiro dia disponível para tal ação. Da Presidência também saíram sinalizações de garantias da declaração interpretativa emitida pelo Poder Executivo que foram cruciais para a decisão pela ratificação do Tratado pelo Senado. Quanto à diplomacia brasileira, a pesquisa de Sogocio (2008) demonstra o alinhamento da Presidência da República com os embaixadores brasileiros em Genebra na constituição do texto da CQCT. Conforme relatou o Embaixador e Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao conduzir a constituição do Tratado, o Brasil buscava aumentar seu crescente reconhecimento internacional - visibilidade que vinha

sendo alcançada tanto nas relações internacionais em si, quanto nas políticas de saúde e combate à fome e à pobreza, principalmente a partir do início do Governo Lula (SOGOCIO, 2008).

O **Senado Federal** brasileiro, última instância legislativa onde a CQCT tramitou antes da promulgação pelo Presidente da República, não apenas analisou e votou a matéria, mas promoveu um amplo debate acerca do tema, produzindo fatos sociais no jogo. Com espaços de fala oferecidos a atores com diferentes interesses no jogo social, o Senado realizou pela primeira vez audiências públicas fora da capital federal. Embora os parlamentares tenham apresentado diferentes posicionamentos, os representantes do Senado possuíam um projeto que orientava sua ação. A preocupação com o lucro do setor produtivo e seu *lobby* foram evidentes, porém, os representantes das comissões onde a matéria tramitava, relatores, e Presidência do Senado tinham interesse de apoio à ratificação da Convenção-Quadro. Um exemplo foi a intervenção feita pela OMS ao saber que o Senado brasileiro estava influenciando outras nações a retardar o início das discussões da CQCT. A estratégia do legislativo visava ganhar tempo para resolver a questão interna, mas pretendia participar das discussões entre os signatários, acesso que só seria possível através da ratificação (OMS..., 2005, p. 20).

O Senado Federal mobilizou seus **recursos legais** e **políticos** no jogo, visando acumulações de mais recursos de poder para si. Também possui **acervos de valores** e **de conhecimentos** próprios, que foram empregados pelos parlamentares no o período que a matéria tramitou sob sua jurisdição, e acumulados nas discussões e audiências públicas realizadas.

O Quadro 1 relaciona todos os atores sociais identificados nessa subseção e demonstra os respectivos recursos que eles utilizaram no jogo. Em seguida serão analisados os interesses manifestados pelos atores sociais em cada fato social identificado no período.

Quadro 1 – Resumo dos recursos de poder utilizados no jogo social

ATOR SOCIAL	RECURSOS DE PODER					
	Econômicos	Políticos	Legais	Organizacionais	Acervo de valores	Acervo de Conhecimentos
ABIFUMO	X	X			X	X
AFUBRA	X	X	X	X	X	X
ALBINO GEWEHR		X			X	X
CONICQ		X	X	X	X	X
DIOCESE DE SANTA MARIA					X	X
FAMURS				X	X	X
FARSUL				X	X	X
FETAG		X	X	X	X	X
FETRAF-SUL		X			X	X
GOVERNO DO ESTADO DO RS		X	X		X	X
IMPRESA CORPORATIVA DO VRP	X				X	X
INCA		X	X		X	X
ITGA		X		X	X	X
HAINSI GRALOW		X			X	X
MINISTÉRIO DA SAÚDE		X	X		X	X
MPA		X		X	X	X
OMS		X	X	X	X	X
PAULA JOHNS		X			X	X
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		X	X	X	X	X
SENADO FEDERAL		X	X		X	X
SINDITABACO	X		X		X	X

#### 4.2 INTERESSES MANIFESTADOS PELOS ATORES SOCIAIS

Segundo Matus (2005), conforme já apresentado no Capítulo 2, o **interesse** de um ator é revelado pelas suas posições nas jogadas ou operações no jogo social. Matus (2005) indica três posições de interesse:

- **(+) apoio:** há benefício atribuível à realização da jogada; é estabelecida relação de cooperação com atores com o mesmo sinal e de conflito com os de sinal contrário.
- **(-) rejeição:** há um custo atribuível à realização da jogada; é estabelecida relação de conflito com aqueles que a apoiam e de cooperação com aqueles que a rejeitam.
- **(0) indiferença:** o ator não toma posição.

Devido à complexidade do jogo social, há importantes nuances entre os diversos tipos de apoio, rejeição e indiferença. Matus (2005) afirma a existência de **graus de interesse** e esses podem ser: **aberto** - interesse aberto, público, sem duplicidade, nem ocultação, corresponde à intenção real do ator; ou **oculto** - há utilização de artifícios de disfarce, oculta o verdadeiro interesse do ator; um fingimento que oculta a situação.

A seguir, baseado no relato exposto no Apêndice A, são identificados nove fatos sociais evidenciados no período selecionado deste jogo. Cabe ressaltar que, no relato, as informações foram dispostas em ordem cronológica, para facilitar o acompanhamento dos acontecimentos ao longo do período analisado e produzir uma narrativa coerente. Já a análise reúne as informações que caracterizam cada fato social observado com seus desdobramentos.

Em cada fato social são analisados os interesses manifestados pelos atores sociais identificados e as relações de conflito e cooperação observadas.

#### 4.2.1 Constituição da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)

Em 1999, a diretoria da **OMS** propôs a constituição do primeiro Tratado de saúde pública da história. Ele objetivava o controle do tabagismo, visto que a exposição à fumaça de tabaco havia se tornado a maior causa evitável de morte no mundo. O protagonismo e manifestação de interesse de apoio da Organização à criação da CQCT se justifica pois, para a OMS, somente um acordo em nível mundial poderia fazer frente à Indústria do tabaco, que atuava com estratégias de expansão em todo o mundo.

A constituição da Convenção-Quadro teve o apoio de pessoas de ONG's antitabagistas e de representantes dos órgãos de saúde das nações, como a ativista **Paula Johns**, do **INCA** e do **Ministério da Saúde** no Brasil. Estes dois últimos atores sociais, com a participação de outros órgãos do poder executivo federal criaram a **CONICQ**, Comissão que teria a função de implementação do acordo pelo Brasil e era composto por pessoas de diversos ministérios, organizações e secretarias. Para esses atores, interessava cooperar com a **OMS**, devido ao fato do combate ao tabagismo ser uma das suas principais pautas de luta e sabidamente sobrecarregar o sistema público de saúde com tratamentos de doenças com origem no consumo de tabaco.

A expectativa desses atores sociais com interesse de apoio à CQCT era que se alterassem as relações da Indústria do tabaco com os governos dos países. Essas relações, principalmente em países da América Latina e África, são de concessão de benefícios à expansão dos mercados consumidores e crescimento das empresas (BRASIL, 2004a). Essa alteração ocorreria através da severa imposição de medidas para inibir a iniciação ao cigarro por parte dos jovens, da redução do número dos fumantes existentes, do fim de incentivos fiscais e financiamentos com

recursos estatais de investimentos às corporações fumageiras, dentre outras alterações dessa dinâmica.

A iminência da constituição da CQCT preocupou os membros da cadeia produtiva do tabaco no Brasil (indústrias e fumicultores) e os municípios onde essa produção se dava, especialmente no Vale do Rio Pardo (VRP), região de maior produção e beneficiamento de fumo no Brasil (IBGE, 2016). Com isso, as matérias jornalísticas da **imprensa corporativa da região do VRP**, que apoiou o setor produtivo considerado carro-chefe da economia regional, passou a veicular a explicação situacional de dirigentes de associações (**AFUBRA**, **ITGA**, **ABIFUMO**), federações (**FETAG**, **FARSUL**, **FAMURS**) e sindicatos (**SINDITABACO** e sindicatos de produtores e trabalhadores rurais) contrários a qualquer medida antitabagista. As declarações dessa imprensa desqualificavam as medidas propostas pelos atores sociais com interesse de apoio à Convenção-Quadro e afirmavam que essas ações poderiam levar as regiões fumicultoras, principalmente o VRP, ao caos econômico e social. Esses atores manifestaram interesse de rejeição ao Tratado e cooperaram nesse sentido, pois viam na CQCT uma possibilidade de redução expressiva na demanda por tabaco e, conseqüente, enfraquecimento da fumiicultura e da economia regional pautada no tabaco. Todos esses atores se beneficiavam financeiramente da fumiicultura: os sindicatos e associações por meio das filiações de indústrias e fumicultores; e a imprensa por possuir seus assinantes e anunciantes nessa região economicamente subordinada à fumiicultura.

A diretoria da **OMS** criou junto à sede da Organização, em Genebra, o Órgão de Negociação Intergovernamental (ONI), que recebeu a incumbência de constituir, de maneira conjunta com os estados-membros da ONU, o Tratado proposto. Para a direção dos trabalhos, foi designado o embaixador brasileiro na Suíça, Sr. Celso Amorim, que presidiu os trabalhos até março de 2002, quando fora substituído pelo também embaixador brasileiro em Genebra, Sr. Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Seixas Corrêa se manteve no comando das negociações até serem conclusos, em maio de 2003. O processo ofereceu abertura a todas as nações, ouviu diversos interessados no Tratado, inclusive os que tinham rejeição a ele, como as indústrias fumageiras e fumicultores. Naquele momento, os atores sociais ligados à cadeia produtiva do tabaco expressaram sua análise situacional à ONI, com destaque à direção da **AFUBRA**, que afirmou a hipótese de redução de 2,4 milhões de empregos no Brasil com a implantação da CQCT.

A **imprensa corporativa do VRP** informou que os embaixadores brasileiros estavam ouvindo apenas um lado, o dos antitabagistas, mas que tomariam decisões mais conscientes com os dados sobre a produção de fumo a partir das intervenções de representantes da



**AFUBRA** e **ITGA**. Essa imprensa que se posicionou com interesse de rejeição à constituição da CQCT e seus jornalistas veicularam opiniões em tom de comemoração a uma possível suavização ou até interrupção do andamento da constituição do texto do Tratado. Dentre as fontes consultadas, foi perceptível o mascaramento de algumas informações conforme o público ao qual elas eram dirigidas. As diferenças de conotação das informações se deram porque as publicações do **Anuário Brasileiro do Tabaco** atendiam à função de divulgação da indústria do tabaco, inclusive no exterior, e atenuava as medidas antitabagistas; já os jornais que circulavam regionalmente eram lidos por fumicultores e trabalhadores das indústrias, e os alarmavam sobre as consequências do Tratado. Atuando dessa maneira no jogo social, a imprensa passava sinais de tranquilidade para os parceiros comerciais da Indústria e alertava as pessoas do VRP para se manifestarem contra esse acordo que traria consequências diretas à região. Essa diferença de conotação, contudo, não representa uma alteração de interesses dentre os veículos de comunicação.

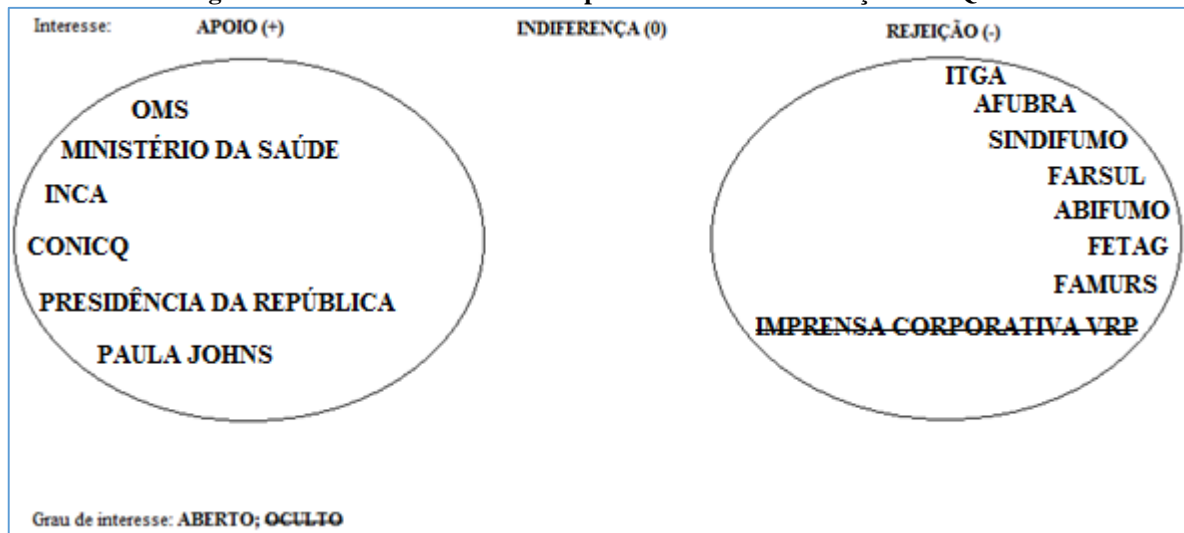
A Imprensa Corporativa do VRP manifestou seu interesse de rejeição à constituição da CQCT pois a produção e beneficiamento de fumo determina a movimentação econômica no VRP. Esse desaquecimento da economia, que em tese poderia abalar o setor fumageiro, representa ameaça a uma imprensa que tem como seu principal negócio a divulgação de comércio e serviços dessa região.

Em janeiro de 2003 foi apresentado pelo embaixador brasileiro Luís Felipe de Seixas Corrêa o texto final da CQCT, que foi aprovado em maio do mesmo ano pela Assembleia Mundial de Saúde. O texto, aprovado pela **OMS**, foi considerado demasiadamente brando pelas **ONG's antitabagistas**. Seixas Corrêa defendeu que uma redação mais radical poderia fazer com que muitas nações não aderissem ao Tratado, fato que contrariava os objetivos da Convenção-Quadro quanto a seu alcance almejado.

Já a direção da **AFUBRA** elogiou o trabalho dos embaixadores brasileiros e declarou que considerara *light* o texto aprovado, visto que o Brasil já possuía internamente legislações parecidas no que concernia à limitação à publicidade, por exemplo. O presidente da **AFUBRA** destacou como positiva, para o setor produtivo, a retirada de um termo que determinava que a saúde deveria ter prioridade sobre o comércio em caso de interesses conflitantes. Com isso a direção da **AFUBRA** e outros atores que com ela cooperaram nesse fato social não conseguiram impedir a constituição do Tratado, mas abrandar os termos. Essa composição final do texto da CQCT, com determinações de controle do tabaco aquém do que desejavam os atores que manifestaram interesse de apoio a sua constituição, foi resultado do *lobby* dos atores com sinal de interesse contrário nesse fato.

A assinatura da Convenção-Quadro pela **Presidência da República** do Brasil que ocorreu no primeiro dia disponível para realizar esse ato, demonstrou o interesse de apoio do Governo ao Tratado. O Governo Federal via a liderança do Brasil nas negociações da CQCT como ganho de visibilidade da diplomacia brasileira, e devido a isso manifestou esse interesse nesse sentido.

**Figura 6 – Interesses manifestados pelos atores na constituição da CQCT**



Com a proposição da Convenção-Quadro na Assembleia Mundial da Saúde de 1999, os atores sociais com interesse de apoio ao Tratado acumularam recursos de poder no processo de produção social. Esta acumulação foi principalmente de recursos políticos e organizacionais por conquistarem o apoio em suas ações de um órgão mundialmente reconhecido como a **OMS**.

Porém, os atores sociais com interesse de rejeição à CQCT também utilizaram seus recursos de poder em relações de conflito com esses primeiros atores e conseguiram abrandar os termos da Convenção-Quadro. Com isso, acumularam recursos de poder políticos e legais, com um Tratado menos enérgico a ser aplicado após ser aprovado pelas nações; e econômicos, já que o acordo não restringia diretamente a continuidade da produção e comercialização de tabaco sem maiores impedimentos à obtenção de lucro.

#### **4.2.2 Carta aberta dos fumicultores às autoridades sobre o Tratado internacional antitabagista**

Durante a 6ª festa municipal do fumo, ocorrida em Venâncio Aires/RS, em fevereiro de 2002, o então presidente da **AFUBRA**, **Hainsi Gralow**, realizou uma palestra intitulada “O

fumo no mundo”. Na fala, **Gralow** mostrou-se preocupado com a constituição de um Tratado antitabagista proposto pela diretoria da **OMS** e apoiado pelo **Ministério da Saúde** do Brasil. Para ele, o instrumento causaria o desmonte do setor fumageiro no país. Após a palestra, foi redigida uma carta pelo presidente da **AFUBRA**, na presença dos fumicultores, que foi endereçada à sociedade e autoridades políticas brasileiras.

A carta aberta foi acompanhada por um abaixo assinado coletado no VRP e teve grande divulgação pela **imprensa corporativa da região**. Com duras críticas dirigidas a órgãos de saúde e organizações antitabagistas nacionais e estrangeiras, a imprensa do VRP negligenciou o debate sobre tabagismo e saúde pública, restringindo-o à questão econômica do setor fumageiro. A partir de então, foram diversas as reportagens assumindo a análise situacional das indústrias do fumo e seu sindicato (**SINDITABACO**), de Prefeitos e Federação dos Municípios (**FAMURS**), de comerciantes locais, e de fumicultores com interesse na manutenção das genoestruturas desse jogo social.

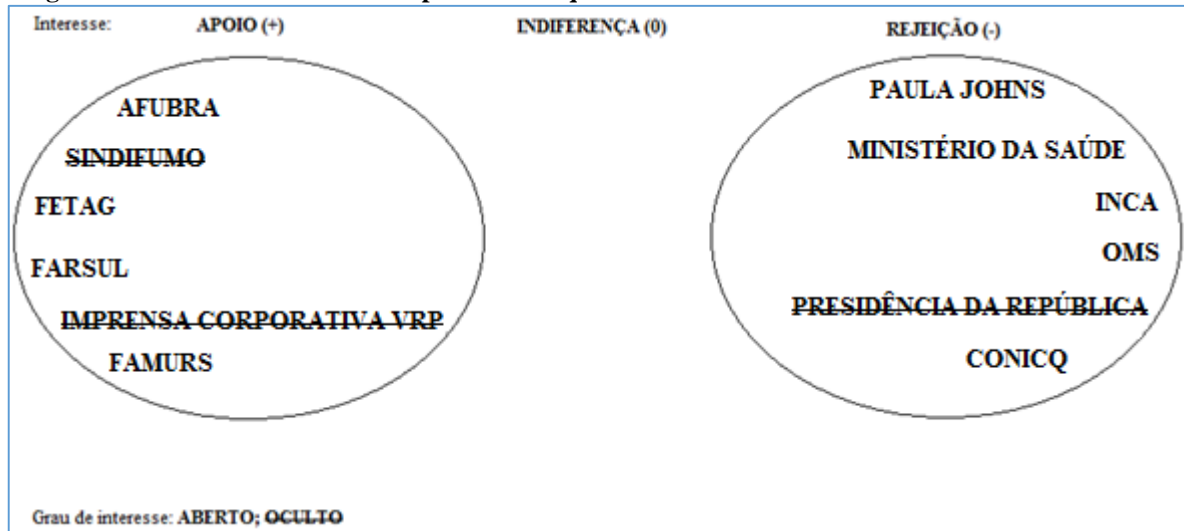
Além das críticas a esses atores, a **imprensa corporativa do VRP** também publicou diversas matérias jornalísticas promovendo o setor produtivo do tabaco na região. Essas reportagens demonstravam ampliações das empresas fumageiras e dados fornecidos, principalmente, pelos atores sociais **SINDIFUMO** e **AFUBRA** que davam conta da geração de empregos e arrecadação de impostos que o fumo trazia para a região produtora. A partir da divulgação dessa Carta, as negociações para a formulação de uma política mundial de controle do tabaco começaram a ser veiculadas na região do VRP com apreciação situacional que a desqualificava.

Ainda em meio às negociações do texto da CQCT, pessoas de ONG’s antitabagistas de todo o mundo, incluindo a ONG Tabaco Zero, dirigida por **Paula Johns**, denunciaram as tentativas de indústrias fumageiras em influenciar alguns estados-membros da ONU a enfraquecerem o acordo. Quanto ao Brasil, a denúncia era de que no país eram os fumicultores, especialmente do Rio Grande do Sul, que eram influenciados a contestarem o Tratado. Essa interferência denunciada e que aconteceu principalmente no VRP era decorrente do interesse de apoio à produção de jogadas de repúdio à Convenção-Quadro, como a Carta Aberta. Essas jogadas, movidas por esse interesse, foram produzidas por atores sociais que representavam os fumicultores (**AFUBRA** e **FEDERAÇÕES**) e que estabeleciam relações de cooperação com atores ligados à Indústria do tabaco. Dessa forma, a Indústria ficava na retaguarda, e os agricultores eram subordinados a seus interesses por meio de seus representantes.

A partir deste momento, podem ser observadas relações de conflito dos fumicultores através da **AFUBRA**, seus sindicatos de representação vinculados à **FETAG** e **FARSUL** ou as

próprias federações, com organizações antitabagistas e órgãos e Ministérios do Governo Federal favoráveis à constituição da CQCT. Dentre esses atores relacionados ao Governo Federal estão o **Ministério da Saúde**, **INCA**, a **CONICQ** e, até mesmo, a **Presidência da República** que manifestavam seu interesse de apoio à constituição do Tratado, e utilizavam seus recursos de poder para produzir fatos guiados por sua situação.

**Figura 7 – Interesses manifestados pelos atores quanto a carta aberta dos fumicultores às autoridades**



A Carta Aberta, dirigida às autoridades e sociedade, produziu acumulações no processo de produção social para os atores com interesse de apoio ao fato social. Isto porque esta Carta, embora redigida pelo presidente da **AFUBRA** em conformidade com seu interesse e dos atores com quem estabeleceu relações cooperativas, foi legitimada por um grande número de fumicultores e pela sociedade regional, que a subscreveu.

A partir de então, a **imprensa corporativa do VRP** passou a veicular matérias que reforçavam a ideia de que os representantes da **OMS**, **organizações antitabagistas** e o Poder Executivo brasileiro estavam contra o fumicultor. Essa imprensa, porém, omitiu o debate sobre saúde pública associado ao tabagismo e as medidas de proteção ao produtor de tabaco, como em relação à saúde dos trabalhadores e à cooperação internacional para incentivo à reconversão produtiva. Os periódicos consultados também não trouxeram as respostas e manifestações dos atores sociais criticados pela Carta Aberta dos fumicultores e das demais acusações que a seguiram. Frente a essas críticas, o **INCA** e o **Ministério da Saúde** lançaram uma publicação com os mitos e verdades sobre a ratificação da CQCT, no qual foram desmistificadas algumas informações disseminadas nas regiões fumageiras (BRASIL, 2004a).

Desta forma, atores sociais representantes dos fumicultores e da Indústria aumentaram seus recursos políticos no jogo social. Essas acumulações permitiram prosseguir no jogo com maiores capacidades de produção social, apoiados em sua explicação situacional que ocultava

seu real interesse (a manutenção da lucratividade das corporações) e desviava a discussão para uma suposta situação futura dos produtores de tabaco: sem fonte de renda economicamente equiparada à fumicultura. Afirmção infundada para mascarar seu interesse, uma vez que o texto da CQCT não previa erradicação do fumo e como apontavam os esclarecimentos dos interlocutores dos órgãos de saúde, os reflexos na fumicultura seriam brandos no primeiro momento, atingindo apenas futuras gerações de produtores.

#### 4.2.3 Contestações dos fumicultores na safra 2003

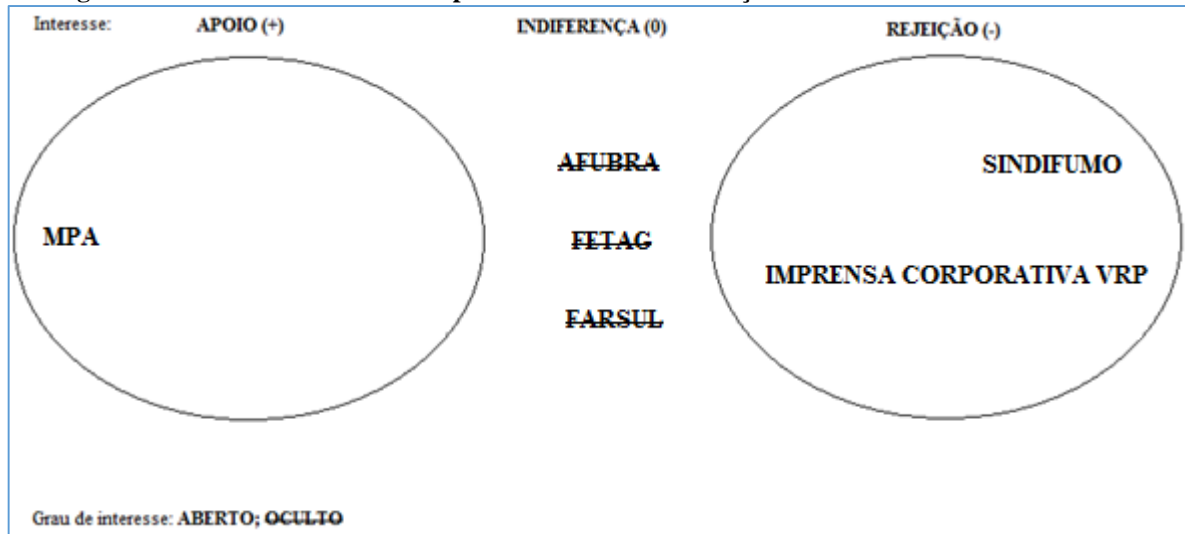
O **MPA** produziu, no início de 2003, seu primeiro fato social durante o período analisado no jogo. Contando com a presença do ativista francês José Bové no VRP, a direção do Movimento e os fumicultores discutiram as condições de contratação entre indústria e fumicultores, e a desigual distribuição de renda na cadeia produtiva do fumo.

Poucas semanas após suas declarações, ocorreram mobilizações de fumicultores ligados ao **MPA** no VRP com as reivindicações discutidas com Bové. Em virtude dessa mobilização, o Movimento foi criticado pela **imprensa corporativa do VRP** por ter feito uma marcha e ocupado a propriedade privada de uma empresa fumageira e do **SINDIFUMO**. Todas as reivindicações feitas por esses fumicultores foram negadas, inclusive a possibilidade de participação do **MPA** na comissão representante dos agricultores que negocia a revisão do preço ofertado pelo fumo a cada safra. A cooperação da imprensa da região ao manifestar rejeição de mais uma jogada com custo atribuível à Indústria do tabaco demonstra a subordinação de suas opiniões a ela.

A direção da **AFUBRA**, da **FETAG** e da **FARSUL** ignoraram a mobilização dos agricultores do **MPA**. Permaneceram indiferentes apesar de não terem obtido reajuste maior do que 29% sobre o preço do fumo, o que, de acordo com os fumicultores não cobriu nem a elevação do custo de produção. Diretores dessas três entidades representativas continuaram tentando negociar com a direção do **SINDIFUMO**, porém, sem apoiar qualquer mobilização de contestação por parte dos fumicultores. Similar omissão por parte da **AFUBRA** e da **FETAG** já havia sido relatada na pesquisa de Etges (1991) quanto aos grupos organizados de luta que surgiram na segunda metade da década de 1980. Com a manifestação de interesse nesse sentido, essas entidades contribuem para manter as regras do jogo social mais ou menos inalteradas, com a quantidade das taxas de lucro das indústrias e manutenção da fumicultura nos moldes do

Sistema Integrado de Produção (SIPT), que possui elementos criticados pelas organizações de luta.

**Figura 8 – Interesses manifestados pelos atores nas Contestações dos fumicultores na safra 2003**



Muito embora não tenham atingido o objetivo de acumulação de recursos legais na jogada realizada o **MPA**, recém-constituído na região do VRP, acumulou recursos organizacionais e políticos ao mobilizar centenas de fumicultores. Os integrantes do Movimento contestaram não apenas o valor pago pelo fumo, mas questões envolvendo relações de trabalho e saúde dos trabalhadores rurais ignoradas pelos outros representantes dos fumicultores no debate com o **SINDIFUMO**.

As diretorias da **AFUBRA**, da **FETAG** e da **FARSUL** não estabeleceram relações de cooperação com o **MPA**, permanecendo indiferente às ações do Movimento, embora alguns objetivos perseguidos fossem similares (reajustes no preço do fumo). Com essa posição de interesse, não desagradaram os representantes do **SINDIFUMO** e se mantiveram como as únicas organizações com recursos legais nesse jogo social para representar os fumicultores nas negociações de preço e condições de contratação. Além disso, não estabelecendo relações de conflito com o **MPA** nesse fato social, não se posicionaram contrários ao grupo de fumicultores mobilizados que, possivelmente, continha também associados seus.

#### 4.2.4. Contestações ao preço do fumo no final da comercialização da safra de 2003

Nas últimas semanas de comercialização de fumo em 2003 houve uma valorização superior aos preços ofertados anteriormente pelas indústrias do tabaco. Segundo os

representantes das empresas, isto ocorreu devido ao volume produzido de fumo abaixo do esperado, e à demandas do mercado consumidor que elevaram a procura pelo tabaco brasileiro. Além dessa supervalorização tardia, as quantidades contratadas entre cada empresa fumageira e agricultor não foram observadas, de modo que as indústrias também passaram a adquirir o produto de suas concorrentes e de atravessadores. Essa atitude desagradou as diretorias das entidades com recursos legais para negociação de preço, **AFUBRA**, **FETAG** e **FARSUL**, pois grande parte dos agricultores havia comercializado todo o seu tabaco por um valor cerca de 50% abaixo do então ofertado, e as empresas negaram-se a pagar qualquer complemento. Essa complementação era praticada em outros anos, no caso de haver reajustes de preço em meio a safra. Esse foi o primeiro fato social evidenciado no jogo em que os dirigentes dessas organizações estabeleceram relações de conflito com o **SINDITABACO** e, conseqüentemente, com a Indústria do fumo. Manifestaram esse interesse com o objetivo de reestabelecer a normalidade das relações e práticas historicamente estabelecidas na fumicultura e sua posição legitimada de representantes dos fumicultores.

A situação de descumprimento de contratos de compra e venda e dos preços tabelados pelas indústrias do fumo conduziu à iminência do final do Sistema Integrado de Produção de tabaco (SIPT), de acordo com a **imprensa corporativa do VRP**. Essa possibilidade levou o presidente da **FETAG** a anunciar a constituição de uma cooperativa de fumicultores caso o fato viesse a se concretizar. O presidente do **SINDIFUMO**, através de sua explicação situacional, rebateu as ameaças dos fumicultores insatisfeitos afirmando que o maior prejudicado de um rompimento do SIPT seria o produtor que não mais teria a compra garantida dos volumes contratados. O sindicato das indústrias imediatamente publicou uma nota de esclarecimentos no final de maio de 2003, rebatendo as críticas e informando sua posição de não estar aberto a negociações. O interesse manifestado pelo **SINDITABACO** era de encerrar essa discussão o quanto antes para favorecer a estratégia de mercado adotada por suas empresas filiadas, que viram uma grande oportunidade de obtenção de lucro no final daquela safra, sem comprometer a barganha do baixo custo da mercadoria adquirida anteriormente.

Na reunião entre a direção do **SINDIFUMO** e os fumicultores ligados à **FETAG**, em que as duas partes fizeram ameaças de um possível rompimento do SIPT, ficou evidente a situação de preocupação de ambos com essa possibilidade. As corporações temeram pela descontinuidade da produção nos moldes que lhes possibilita a obtenção de lucro; e os produtores rurais, por seu conforto quanto à garantia de venda da produção e fornecimento de insumos agrícolas. Também a ameaça da **FETAG** não passou de uma estratégia para perseguir seu objetivo de complementação de valores aos fumicultores. Já a direção do **MPA**, que

organizou contestações no início daquela safra, não participou destas discussões e tampouco buscou mobilizar os fumicultores nesse fato social.

**Figura 9 - Interesses manifestados pelos atores quanto as contestações ao preço do fumo no final da comercialização da safra 2003**



Nessa jogada, a direção da **FETAG** obteve acumulações de recursos políticos e organizacionais, reunindo mais de 3.000 fumicultores em assembleia e contestação. O **SINDIFUMO**, por sua vez, também acumulou recursos de poder. Esses foram principalmente recursos políticos. A presidência do Sindicato demonstrou aos fumicultores e entidades descontentes com as atitudes das indústrias fumageiras que os preços pagos ao tabaco estão subordinados a seus interesses, ou seja, sob seu controle.

#### 4.2.5 Contestações dos fumicultores na safra 2004

Após os impasses na negociação do preço do fumo na safra de 2003, o ano seguinte iniciou com similar manifestação de interesses por parte da diretoria do **SINDIFUMO** aos fumicultores. A **AFUBRA** e as Federações que representam os produtores de fumo nessa negociação buscaram durante toda a safra um reajuste de preço que, ao menos, cobrisse os custos de produção, mas não o obtiveram. Diante da inflexibilidade do **SINDIFUMO**, esses atores sociais tentaram negociar diretamente com as empresas fumageiras, que também negaram os reajustes reivindicados.

Sem dispor de recursos legais para a negociação, enquanto ocorria a primeira reunião na cidade de Florianópolis/SC entre **SINDIFUMO**, **AFUBRA**, **FETAG** e **FARSUL**, a direção do **MPA** promoveu uma marcha em Santa Cruz do Sul. Utilizando seus recursos legais e



econômicos, a assessoria jurídica do **SINDIFUMO** interpôs um recurso de interdito proibitório determinando multas e a imediata reintegração de posse caso os fumicultores ligados ao Movimento invadissem sua sede ou de alguma empresa fumageira. Houve confronto entre os manifestantes e a polícia, resultando em feridos e na expulsão dos fumicultores que tentaram adentrar o pátio de uma multinacional.

Além do apoio quanto a reajustes de preços e melhores condições de trabalho aos fumicultores, as contestações de 2004 dos integrantes do **MPA** manifestaram seu interesse em ser reconhecido como representante desses e ter o direito de participar das negociações com o **SINDIFUMO**. Porém, em diversas oportunidades os dirigentes do Sindicato das Indústrias se negaram a receber os representantes do Movimento, ou debater suas propostas. Os demais representantes dos fumicultores, muito embora tenham estabelecido relações de cooperação por contestarem os preços pagos pelo fumo, também não manifestaram interesse de apoio ao reconhecimento do Movimento. Com isso, a **AFUBRA** e as Federações de Agricultura e de Trabalhadores na Agricultura se perpetuaram como as únicas organizações com recursos legais para tal representação.

A diretoria da **FETAG** e a coordenação do **MPA** incentivaram boicotes à comercialização do fumo pelos produtores e manifestações pelas ruas de cidades do VRP, especialmente Santa Cruz do Sul. Já as direções da **AFUBRA** e **FARSUL** não promoveram qualquer mobilização, restringindo sua participação na jogada às mesas de negociação.

Em meio ao impasse evidenciado, uma série de atores sociais solicitou auxílio ao Ministério da Agricultura, relatando a situação desenhada no VRP sobre a comercialização do tabaco. Dentre os atores sociais que fizeram a solicitação de apoio estavam **Albino Gewehr**, e representantes da **AFUBRA**, **FETAG**, **FARSUL** e **FAMURS**. O pedido não gerou nenhuma ação por parte do Poder Executivo brasileiro. Além disso, os atores sociais envolvidos nessa relação de conflito com o **SINDIFUMO** ficaram surpresos com uma nota divulgada em nome do Sindicato na **imprensa corporativa do VRP**. Nela, utilizando seus recursos de poder econômicos, organizacionais e legais a direção do **SINDIFUMO** declarou encerradas as negociações do preço do fumo para aquela safra. Além disso, a entidade afirmou que o reajuste solicitado pelas representações dos fumicultores inviabilizaria a fumiicultura brasileira. Isto porque, nas palavras de seu presidente, o Brasil só era o maior exportador de fumo do mundo em razão do baixo custo do produto, a maior remuneração da matéria-prima contrariaria as estratégias das corporações no país. Ou seja, mais uma vez o Sindicato da Indústria do tabaco, através de relações de poder muito desiguais, demonstrou aos fumicultores e aos outros atores

do jogo social que tem pleno domínio sobre as regras desse jogo social e produz jogadas para garantir a lucratividade das empresas.

O **MPA** imediatamente mobilizou os fumicultores do VRP para outra marcha contrária às imposições do **SINDIFUMO**. O Movimento foi recebido por pessoas do Sindicato das Indústrias, porém, sem a presença dos dirigentes da entidade em um encontro que não resultou em nenhuma medida ou na continuidade do diálogo entre esses dois atores. O reconhecimento nas negociações de um movimento social com a análise situacional do **MPA** poderia gerar novos fatos no jogo social com prejuízos às estratégias de acumulação de capital pelas indústrias. A análise situacional do Movimento não abarcava apenas a questão do preço formalizado, mas desafiava as regras do sistema integrado de produção: utilização obrigatória de agroquímicos e precariedade da contratação de trabalho entre empresa e agricultor, dentre outros.

A diretoria da **FETAG** também utilizou seus recursos de poder políticos e organizacionais para mobilizar os fumicultores que protestaram em Santa Cruz do Sul. Muito embora a entidade tenha limitado sua explicação situacional ao reajuste do preço do fumo e à classificação do produto, encorajou os fumicultores a continuar boicotando o envio de tabaco às empresas como forma de pressão. Além disso, a Federação falou da necessidade de reduzir o cultivo da planta para os fumicultores obterem melhores ganhos econômicos na próxima safra e oficializou, em assembleia, a posição de não voltar a negociar com o **SINDIFUMO** nos próximos anos. O interesse de apoio às contestações da **FETAG** a colocaram, naquele momento, em relação aberta de conflito com o Sindicato das empresas fumageiras.

A **imprensa corporativa do VRP** continuou a enfatizar que não haveria mais negociação do preço do fumo e demonstrou preocupação com o impacto dos boicotes dos fumicultores ao comércio regional e às exportações do estado. As reportagens dos jornais consultados não fizeram nenhuma crítica aberta às contestações dos fumicultores, mas demonstraram seu interesse de oposição à continuidade dessas ações. Os protestos dos fumicultores continuaram até o final do período de comercialização.

Novamente o interesse de rejeição da Imprensa Corporativa do VRP a um fato social que atrapalha a “normalidade” da economia regional foi manifestado. O boicote protagonizado em 2004 pelos fumicultores afetava negativamente prestadores de serviço e comércios clientes dessa imprensa.

**Figura 10 - Interesses manifestados pelos atores nas contestações dos fumicultores na safra de 2004**



As contestações dos fumicultores às condições de comercialização da safra de fumo de 2004 produziram acumulações de recursos políticos e organizacionais ao **MPA** e à **FETAG**. Muito embora esses atores tenham obtido essas acumulações, assim como os demais atores sociais com interesse de apoio às manifestações, não conseguiram melhorar a remuneração do fumicultor frente às capacidades de produção social do **SINDIFUMO**. Isto porque, as relações de poder nesse jogo social são muito desiguais em favor das multinacionais do tabaco.

Além da questão do reajuste do fumo, o **MPA** buscava ampliar seu espaço de jogadas possível através da conquista de recursos legais no jogo. A posse desses recursos daria ao ator novas capacidades de produção de fatos. Essa alteração das fenoestruturas e a nova situação do **MPA** no jogo social não foram permitidas pelo **SINDIFUMO** e pelos outros atores que representavam os produtores. Ambos utilizaram seus recursos legais para não legitimar o acesso do Movimento ao pequeno grupo de negociação das condições de contratação entre fumicultor e empresas.

O **SINDIFUMO** acumulou recursos organizacionais nestes acontecimentos. Os atores sociais ligados à agricultura usaram a estratégia de negociar o preço do fumo diretamente com cada empresa, mas receberam negativas, uma vez que elas depositaram em seu representante a responsabilidade para executar as negociações. O Sindicato das Indústrias acumulou recursos de poder econômico no jogo, ao garantir a suas associadas a continuidade da aquisição de sua matéria-prima (fumo) a baixo custo, o que declarou ser um dos principais motivos da liderança brasileira nas exportações mundiais. Isso apenas era possível pela imposição de valores pagos aos fumicultor abaixo da variação do custo de produção na safra.

#### 4.2.6 Tentativas de votação do projeto de ratificação à CQCT pelo Senado Federal

A tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1281/2004 na Câmara dos Deputados iniciou em agosto de 2003 e teve aprovação em maio de 2004. A **imprensa corporativa do VRP** e os atores sociais com interesse de rejeição à Convenção-Quadro ignoraram o andamento do projeto.

Durante aquele período, os jornais consultados concentraram suas publicações relacionadas à fumicultura na promoção do setor produtivo na região do VRP: os investimentos da indústria, qualidade do produto e expansão das exportações, benefícios do sistema integrado para fumicultores e empresas, etc. Além disso, os atores que declaravam apoio à CQCT tinham seus argumentos desqualificados nessas matérias jornalísticas. Um exemplo disso foi a reportagem sobre um seminário realizado na cidade de Rio Pardo, em que a dirigente da **CONICQ** alertou os fumicultores para que buscassem atividades alternativas à fumicultura. Seu discurso foi desqualificado nas falas da **ITGA** e **AFUBRA**. Também durante esse período foi criada a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, um fórum de discussão desse setor produtivo que integrava membros ligados ao governo e representantes das indústrias e dos agricultores. A Câmara teve como primeiro dirigente o Sr. **Hainsi Gralow**, que também presidia a **AFUBRA**, e embora congregasse atores com diferentes posições, suas discussões e ações convergiram para a manutenção da fumicultura nos moldes vigentes, sendo dirigido por atores que manifestavam esse interesse.

No mês de setembro de 2004 o **Senado Federal** promoveu uma audiência que marcou o início das discussões do Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004, que decidiria pela ratificação brasileira à Convenção-Quadro da **OMS**. A apresentação do tema seria feita pelo **Ministério da Saúde** e **INCA** e prontamente encaminhada para votação. Naquele momento, atores sociais com interesse de rejeição à Convenção-Quadro se mobilizaram através de uma comitiva para buscar apoio contra a aprovação do projeto e participarem da audiência expondo suas análises situacionais. A comitiva, que se dirigiu a Brasília, era integrada por representantes da **AFUBRA**, **FARSUL**, **FAMURS**, **SINDIFUMO** e **ABIFUMO**. Essa comitiva também pediu o apoio do **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, que garantiu fazer *lobby* junto aos senadores para rejeitarem a Convenção-Quadro. Além desses atores, a **imprensa corporativa do VRP** integrou o grupo fazendo o acompanhamento jornalístico a pedido do dirigente da **AFUBRA**. Neste momento, os atores sociais que haviam manifestado interesse antagônico na produção de fatos sociais, voltaram a estabelecer relação de cooperação com o

**SINDIFUMO**. Essa relação foi reestabelecida por temerem consequências negativa na fumicultura regional e conseqüentemente afetar a manutenção de filiados em seus sindicatos e associações, razão de sua existência.

A direção da **AFUBRA** publicou um comunicado alarmando as pessoas das regiões produtoras de tabaco sobre a suposta catástrofe que a aprovação da Convenção-Quadro significaria. A Associação afirmou, em nota, que todos os empregos que esse setor produtivo gerava no país seriam extintos e o caos social só poderia ser evitado com a mobilização das pessoas dessas localidades contra a CQCT. As manifestações deveriam ser feitas às pressas através de mensagens dirigidas a senadores e à **Presidência da República**. A partir da edição que estampou esse comunicado, a **imprensa corporativa do VRP** passou a noticiar com frequência os trâmites da matéria no congresso nacional e veicular a explicação situacional dos atores com interesse de rejeição à CQCT. Essa jogada da **imprensa** e da **AFUBRA** vislumbrava provocar receio na população, sobretudo nos fumicultores para que chamassem a atenção do Governo Federal e do Senado e, de fato, a jogada alcançou esse propósito.

O **Senado Federal** concedeu espaço de fala na audiência a atores com diferentes apreciações situacionais sobre o tema. A matéria estava sendo analisada pela Comissão de Relações Exteriores do Senado, sob presidência do Senador Eduardo Suplicy do PT de São Paulo. O Senador revelou que já havia um parecer da comissão favorável à ratificação do Tratado, o que motivou a mobilização dos atores sociais com interesse de rejeição à CQCT, que utilizaram seus recursos de poder para impedir a imediata votação no plenário do Senado. O interesse da presidência do **Senado Federal** e da Comissão que analisava o Projeto era, naquele momento, de apoio à imediata votação e aprovação da ratificação da CQCT. O procedimento de votação em caráter de urgência também houvera sido utilizado pela outra casa legislativa, a Câmara dos Deputados, e também era o interesse manifestado pela **Presidência da República**.

A **AFUBRA** foi a principal protagonista das jogadas que conseguiram retardar a votação do projeto. Sob argumentos de falta de um substituto ao tabaco para as famílias produtoras de fumo, os atores conseguiram postergar a votação da matéria e, ainda, a garantia do Senado Federal de realização de audiências nas regiões fumicultoras para conhecer suas realidades.

Os atores sociais ligados à Indústria também utilizaram seus recursos de poder para retardar a votação. Porém, com menor exposição de sua situação. Em relações de cooperação com os representantes dos fumicultores, a situação apresentada foi a do pequeno produtor rural com utilização de mão de obra familiar, para sensibilizar os senadores. A Figura 20, disposta no Apêndice A, que mostra o dirigente da **AFUBRA** expondo seus argumentos à Suplicy sob a atenta observação do presidente do **SINDIFUMO**, ilustra bem essa estratégia. Esse era o

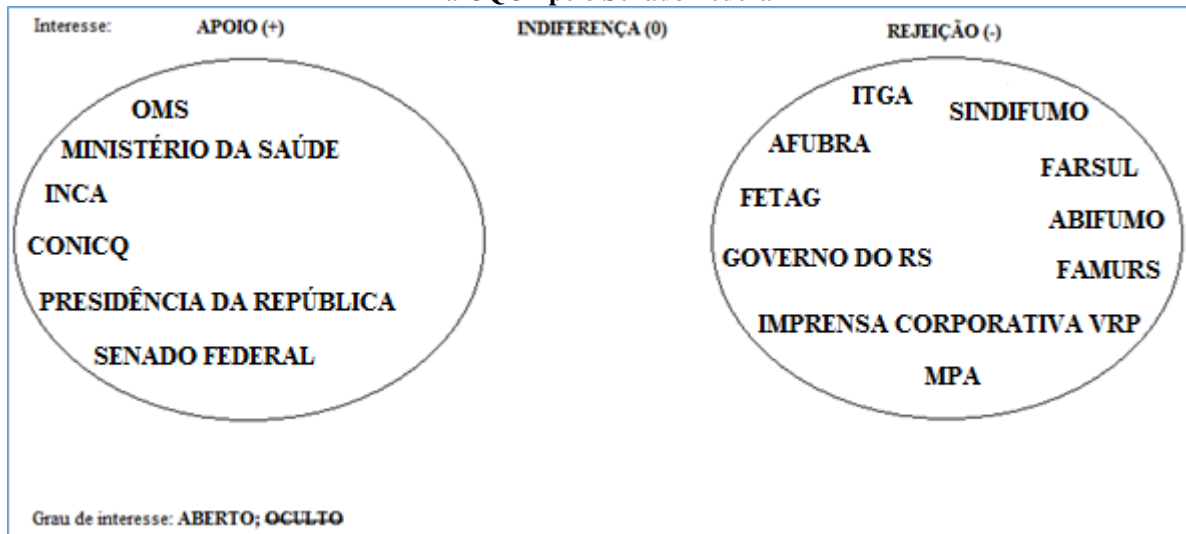
interesse da Indústria do tabaco e seus representantes: que fosse realizada a produção social conforme seu interesse, sem vincular as empresas, mas sim as pessoas mais vulneráveis a um possível impacto negativo na fumicultura. Dessa forma, garantiriam a continuidade de acumulação de capital e ainda se reaproximavam dos atores sociais que representavam os agricultores e com os quais havia estabelecido relações de conflito até então.

Fumicultores ligados ao **MPA** também participaram da audiência. Em seu discurso, um agricultor ligado ao Movimento manifestou contrariedade à ratificação da CQCT e aproveitou o espaço para criticar a relação das indústrias com os produtores de tabaco, bem como a falta de representação dos interesses desses trabalhadores pela **AFUBRA**, **FETAG** e **FARSUL**. A **imprensa corporativa do VRP** classificou como ridícula e contraditória essa explanação. Na explicação situacional dessa imprensa, não era possível o estabelecimento de relações de cooperação em determinadas jogadas, restando situações de conflito no jogo social. O interesse do **MPA** era de rejeição à aprovação do Tratado, por temer pelo futuro do elo mais fraco da cadeia produtiva do tabaco, o agricultor. Porém, diferente dos outros atores sociais, não ignorou a exploração do trabalho e demais pautas de interesses antagônicos aos da Indústria.

Alguns meses depois, o **Ministério da Saúde**, através de seu Ministro, realizou um pedido de urgência à votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004. Esta solicitação, acompanhada por um abaixo-assinado de mais de 24 mil assinaturas, pró-ratificação da CQCT foi acolhida pelo Presidente do **Senado Federal**, Renan Calheiros, que prometeu celeridade ao encaminhamento da matéria. O interesse manifestado pelo Ministério, que pretendia a urgência no encaminhamento da ratificação se devia ao início das discussões dos protocolos acerca da CQCT, e a possibilidade do Brasil ficar fora dessas primeiras reuniões caso não aderisse ao Tratado até outubro de 2005.

Os mesmos atores ligados ao setor produtivo do tabaco, que já haviam se mobilizado na apresentação da matéria no Senado, novamente foram à Brasília buscar apoio para barrar a votação em caráter de urgência. Através de seus recursos políticos e acervos de valores e conhecimentos, eles solicitaram ao presidente da casa legislativa e a outros senadores que o projeto fosse melhor debatido nas Comissões antes de ser encaminhado à Plenária. Também levaram consigo manifestações da população das regiões produtoras e mais de 195.000 assinaturas em abaixo-assinados coletados nesses municípios. Frente ao grande apelo popular das regiões fumicultoras e às jogadas desses atores, Renan Calheiros garantiu que não colocaria a pauta em votação antes de amplo debate e que o **Senado Federal** promoveria audiências públicas em regiões produtoras de tabaco, conforme solicitado.

**Figura 11 - Interesses manifestados pelos atores quanto às tentativas de votação do projeto de ratificação à CQCT pelo Senado Federal**



As tentativas de imediata votação do projeto de ratificação à CQCT através da manifestação do interesse e jogadas produzidas pelo **Ministério da Saúde** e atores com quem esse mantinha relações de cooperação não produziram o resultado almejado. A **AFUBRA** e o **SINDITABACO** utilizaram seus recursos de poder para impedir a imediata votação da matéria que sinalizava ser desfavorável aos interesses do setor produtivo do tabaco. Detentores de recursos econômicos no jogo social, esses atores atuaram para garantir a continuidade da fumicultura nos moldes que opera e, que segundo a explicação situacional destes, seria afetada pela adesão brasileira à Convenção-Quadro. A **AFUBRA**, através de sua direção, foi a principal protagonista dessa jogada: ao representar os fumicultores e conseguir barrar a votação, acumulou mais recursos políticos e organizacionais no jogo.

Após a tramitação sem relações de conflito evidenciadas na Câmara dos Deputados, os atores sociais com interesse de apoio à CQCT esperavam que o Projeto de Decreto Legislativo fosse imediatamente aprovado. Porém, viram os atores com os quais possuíam relações de conflito se articular e produzir ações que alteraram sua situação no jogo. Essas acumulações produzidas por atores sociais com interesse de rejeição à CQCT também permitiram a produção de outros fatos sociais nas jogadas seguintes.

#### 4.2.7 Campanha no VRP contra a ratificação da Convenção-Quadro

Após a publicação do comunicado “Querem acabar com a fumicultura” da diretoria da **AFUBRA** e da mobilização de atores contrários à CQCT, o Tratado continuou sendo progressivamente criticado por esses atores e pela **imprensa corporativa do VRP**. As matérias publicadas traziam a explicação situacional dos atores que rejeitavam a Convenção-Quadro, e pouco esclareceram os termos do acordo internacional ou a situação dos atores com interesse de apoio à ratificação da CQCT pelo Brasil. Aliado a isso, eram veiculadas notícias que davam conta do aumento da produção de fumo e de investimentos em ampliações nas indústrias instaladas no VRP, e que contrariavam as ações da **OMS** para redução da demanda por tabaco e necessidade de reconversão produtiva. Os prefeitos dos municípios produtores de fumo no VRP e a **FAMURS** também manifestavam a importância econômica da fumicultura para essas cidades. Todos esses atores que manifestaram o interesse de apoio à campanha contra a CQCT e produziram jogadas nesse sentido, o fizeram com vistas a garantir a continuidade de obtenção de arrecadação fiscal e obtenção de lucro oriundo dos produtos da economia baseada na fumicultura.

Esses atores contrários à Convenção-Quadro buscaram apoio por parte dos trabalhadores na indústria, na fumicultura e de toda a população dos municípios do VRP. Para isso, ignoraram o debate sobre tabagismo e saúde pública, tema central do Tratado. Ao ignorar esse ponto central, em suas falas, eles acusavam atores como o **Ministério da Saúde, INCA, CONICQ, OMS** e ONGs antitabagistas como a presidida por **Paula Johns** de buscar exclusivamente acabar com o setor produtivo do tabaco, o que englobava a produção agrícola, industrialização e comércio do produto.

Os artigos da CQCT que tratavam da reconversão produtiva, ou seja, da migração da fumicultura para outras atividades economicamente viáveis, com destaque ao 17º artigo, eram expostos na região com conotação negativa. Eles previam a existência de cooperação entre os países signatários para atender os fumicultores que desejassem alterar sua fonte de renda em caso de redução da demanda por tabaco. Já no início das tratativas para constituição do texto da CQCT os presidentes do SINDIFUMO e, até mesmo, Hainsi Gralow da AFUBRA já haviam comemorado a não criação de um fundo para reconversão produtiva. Portanto, é condizente com sua situação a produção de jogadas para que os agricultores continuem subordinados ao Sistema Integrado de Produção de tabaco (SIPT) e não obtenham subsídios para migrar totalmente para outras atividades com renda similar ou maior que a fumicultura.



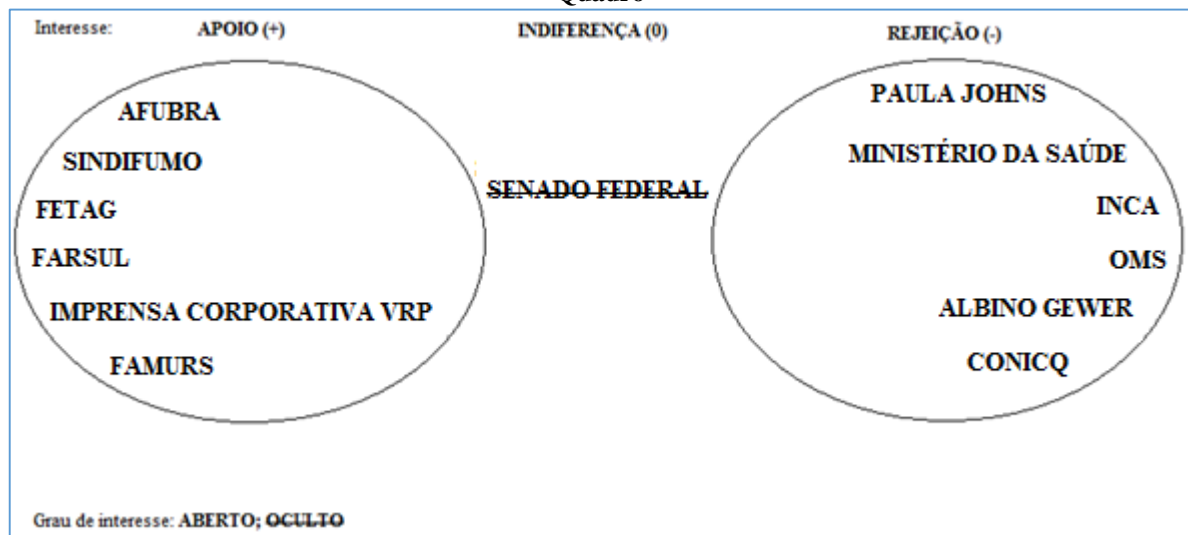
**Albino Gewehr** afirmou que esses artigos sobre a previsão de reconversão produtiva eram as garantias aos produtores, e as informações sobre elas estavam sendo distorcidas no VRP. Esse ator social criticou principalmente a direção da **AFUBRA**, por ter criado uma falsa polêmica com informações enganosas que davam conta de que o objetivo da Convenção-Quadro era a erradicação da lavoura de fumo. Para **Gewehr**, com essa campanha anti-ratificação, o interesse da **AFUBRA** era se redimir com as indústrias e com o **SINDIFUMO** por ter proposto a redistribuição de renda na cadeia produtiva do tabaco e pela relação de conflito ocorrida nas negociações do preço do fumo. Além disso, a Associação assegurou manter-se como negociadora das condições de contratação entre produtores e empresas e como seguradora das lavouras de fumo com a possibilidade de adesão ao seguro através das indústrias inseridas no sistema integrado. As críticas que Albino Gewehr veiculou nos jornais da região também demonstraram a manifestação de interesses da **Imprensa Corporativa do VRP** em cooperação com os propósitos da Indústria do fumo: foram dispostas em forma de notas, sem muito destaque. Já as informações dos atores que manifestavam interesses de sinal contrário, eram divulgadas em amplas reportagens, muitas vezes estampavam a capa dos veículos de comunicação.

Fora das regiões produtoras de tabaco também foram produzidas jogadas com o objetivo de acumulação de recursos políticos para atores que objetivavam manter as genoestruturas do jogo social. A **imprensa corporativa do VRP** promoveu o lançamento do Anuário Brasileiro do Tabaco em Brasília com a presença de autoridades políticas, na qual foi ressaltada a importância econômica do tabaco ao país. A direção **AFUBRA**, através de seu acervo de valores e conhecimentos, teve abertura para expor seus argumentos em reuniões no **CONICQ** e **Ministério da Saúde** e apresentar sua explicação sobre a situação dos fumicultores. Nessas reuniões Hainsi Gralow, mais uma vez, colocou impedimento a uma proposta de criação de um fundo para a reconversão produtiva. O Ministro da Saúde sugeriu a criação de um imposto especial de R\$ 0,50 por carteira de cigarro integralmente destinado a um fundo para financiar a migração de cultura agrícola dos fumicultores; Gralow afirmou ser inviável pois já havia muito imposto cobrado sobre os cigarros. Claramente, o presidente da **AFUBRA** apoiava nessas declarações o interesse da Indústria do tabaco.

Nessa jogada houve relações de cooperação entre atores ligados à indústria e à agricultura que, no ano anterior, protagonizaram relações de conflito quanto ao preço do tabaco. A direção da **FETAG**, contrariando a afirmação de poucos meses atrás de não mais negociar com o **SINDITABACO**, participou de reunião com representantes do Sindicato para definir o método de cálculo dos custos de produção do fumo. Isto ocorreu logo após a mobilização que

barrou a votação do projeto de lei que previa a ratificação brasileira à Convenção-Quadro ainda no ano de 2004. A negociação do preço do fumo na safra 2005 foi feita pelos mesmos atores dos anos anteriores e novamente foi caracterizada pela imposição unilateral do sindicato das indústrias e a reivindicação de reajuste por parte dos representantes dos fumicultores durante todo o ano. Porém, não houveram manifestações de agricultores contra a indústria, a única preocupação que permeou todos os atores ligados a cadeia produtiva do fumo naquele período foi a CQCT. As relações de cooperação entre fumicultores e indústria contra os atores que produziam fatos pela ratificação brasileira à Convenção-Quadro arrefeceu a luta dos produtores rurais frente às precárias condições de trabalho e remuneração impostas pelas indústrias. Essa cooperação do **SINDIFUMO** com **AFUBRA**, **FETAG** e **FARSUL** visou barrar a adesão brasileira ao Tratado.

**Figura 12 – Interesses manifestados pelos atores na campanha no VRP contra a ratificação da Convenção-Quadro**



A disseminação de ideias contrárias ao Tratado internacional antitabagista foi produzida, principalmente, pela **Imprensa Corporativa do VRP** e pela direção da **AFUBRA** desde a carta aberta à sociedade em palestra proferida pelo presidente da Associação. Consolidou-se na região a ideia de que a CQCT deveria ser combatida sem maiores discussões; qualquer manifestação de interesse de apoio à ratificação do Tratado era combatida.

O **SINDIFUMO** acumulou recursos políticos, passando em poucos meses de uma relação de conflito para de cooperação com os representantes dos fumicultores. Essa alteração das relações de conflito e cooperação no jogo social foi motivada pelo interesse desses atores de manterem os lucros que historicamente obtém com a fumiicultura: as empresas fumageiras com a acumulação de capital; a imprensa com os anunciantes e assinantes com recursos financeiros direta ou indiretamente provenientes da fumiicultura; associações e sindicatos através de seus filiados fumicultores.

A partir desse interesse, os representantes das indústrias e dos agricultores passaram a produzir, de maneira conjunta, fatos sociais. Esta situação produzida no jogo social consolidou fenoe estruturas que permitiriam a produção de jogadas como mobilizações contra a Convenção-Quadro por parte da população do VRP. Essas contestações sobre o tema, principalmente por parte dos fumicultores influenciariam a tramitação do projeto que discutia a ratificação do Tratado pelo **Senado** brasileiro. Além disso, possibilitaram a realização de audiências públicas nas regiões produtoras de fumo, as primeiras audiências fora de sede promovidas pelo **Senado Federal** na história.

#### **4.2.8 Apelo do setor produtivo do tabaco pela rejeição à CQCT nas audiências públicas nos estados produtores de tabaco**

Uma primeira audiência pública presidida pelo **Senado Federal** foi realizada no final de 2004 em Santa Cruz do Sul. Ela contou com a presença do Senador Eduardo Suplicy, na época Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e com o então relator do Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004, Senador Fernando Bezerra. A ocorrência desse evento foi fruto da utilização de recursos políticos e econômicos dos atores sociais ligados aos membros da cadeia produtiva do tabaco, e das manifestações da população do VRP que foi influenciada por esses atores. O Senado, embora tivesse interesse de aprovação da matéria em cooperação com o Governo Federal brasileiro, também era sujeito a forte *lobby* da Indústria do tabaco e dos parlamentares alinhados a este setor produtivo. Com as audiências públicas, o interesse do Senado era chamar a atenção do Poder Executivo para tomar as providências necessárias para resolver o impasse e legitimar a sua decisão.

Dirigentes da **AFUBRA** e da **FETAG**, com apoio da **FAMURS** e **FARSUL**, montaram uma estratégia e mobilizaram cerca de 10.000 fumicultores durante a passagem dos senadores por Santa Cruz do Sul. O **SINDIFUMO** e as indústrias fumageiras também tiveram envolvimento nessa ação, como na utilização de seus recursos econômicos em fretamentos de ônibus para os fumicultores. Porém, a exemplo de outras mobilizações, o sindicato das indústrias não expôs sua contribuição neste fato, a ideia era causar a impressão de que toda a mobilização partia dos pequenos agricultores. O interesse manifestado por esses atores, era de que o **Senado Federal** entendesse que o apelo pela rejeição da ratificação da Convenção-

Quadro fosse uma atitude originada exclusivamente pelos pequenos produtores rurais das regiões onde ocorriam as audiências

Diferentes atores discursaram na audiência em Santa Cruz do Sul, a maior parte deles expondo a situação do fumicultor e manifestando o interesse de rejeição à CQCT. O diretor do **SINDIFUMO** argumentou que o Brasil já possuía uma das legislações antitabagistas mais rigorosas do mundo e o que precisava ser combatido era o contrabando de cigarros; **Hainsi Gralow** argumentou a inexistência de outra cultura que garantisse a mesma lucratividade ao agricultor, o mesmo argumento foi sustentado pelos representantes da **FARSUL** e **FAMURS**; o representante do **Governo do Estado do Rio Grande do Sul** afirmou que a ratificação ao Tratado traria problemas sociais e econômicos aos estados do Sul do país.

Outros atores discursaram em apoio à ratificação do acordo pelo Senado. A freira Lourdes Dill, da **Diocese de Santa Maria**, contrapôs as informações dos atores que afirmavam não haver culturas substitutas ao tabaco, exemplificando o projeto de reconversão produtiva mantido pela organização religiosa com produção agroecológica de alimentos. Para **Albino Gewehr**, o Brasil deveria ratificar imediatamente a Convenção-Quadro pois tinha apenas duas opções: ratificar, participar das decisões sobre sua implementação e obter os recursos de cooperação internacional para reconversão; ou não-ratificar e aguardar as determinações dos países signatários. Os representantes dos órgãos ligados à saúde pautaram sua fala no objetivo principal da CQCT, os problemas de saúde causados pelo tabagismo. O **INCA** ao mesmo tempo que defendeu a ratificação, afirmou que uma série de garantias aos fumicultores deveriam ser asseguradas. O **Ministério da Saúde** e **CONICQ** pautaram a justificativa da ratificação aos problemas associados ao tabagismo. Diferente do que os atores sociais que estabeleciam relações de cooperação com o SINDIFUMO afirmavam, os atores que manifestavam interesse de rejeição às apelações contrárias a ratificação da CQCT tinham em sua apreciação situacional a consideração do fumicultor. Esses viam na ratificação do Tratado e na criação de um fundo para financiar a reconversão produtiva a possibilidade dos agricultores deixarem sua subordinação à Indústria fumageira.

A **imprensa corporativa do VRP**, que também convocou os fumicultores para mobilizarem-se, comemorou em sua reportagem os resultados dessa audiência. Conforme a matéria, ao chegar em Santa Cruz do Sul o relator do projeto havia previsto em menos de um mês a emissão de seu parecer sobre o projeto. Após o evento, ele classificou o tema como complexo, e afirmou que o relatório final não deveria ser emitido no curto prazo em virtude de sua preocupação com os fumicultores.

Após a alteração do relator do projeto no ano de 2005 as audiências públicas seguintes ocorreram nos estados com maior produção de tabaco no Brasil: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia. Todas as audiências contaram com a presença do novo relator, Heráclito Fortes (PFL-PI), e com espaços de fala de atores com diferentes explicações situacionais e manifestações de interesses no jogo social. Devido a terem ocorrido em territórios produtores de tabaco, a maior parte do público presente nas audiências era contrário à adesão brasileira ao Tratado internacional. A grande maioria eram fumicultores, que levaram consigo cartazes e demonstraram contrariedade à CQCT.

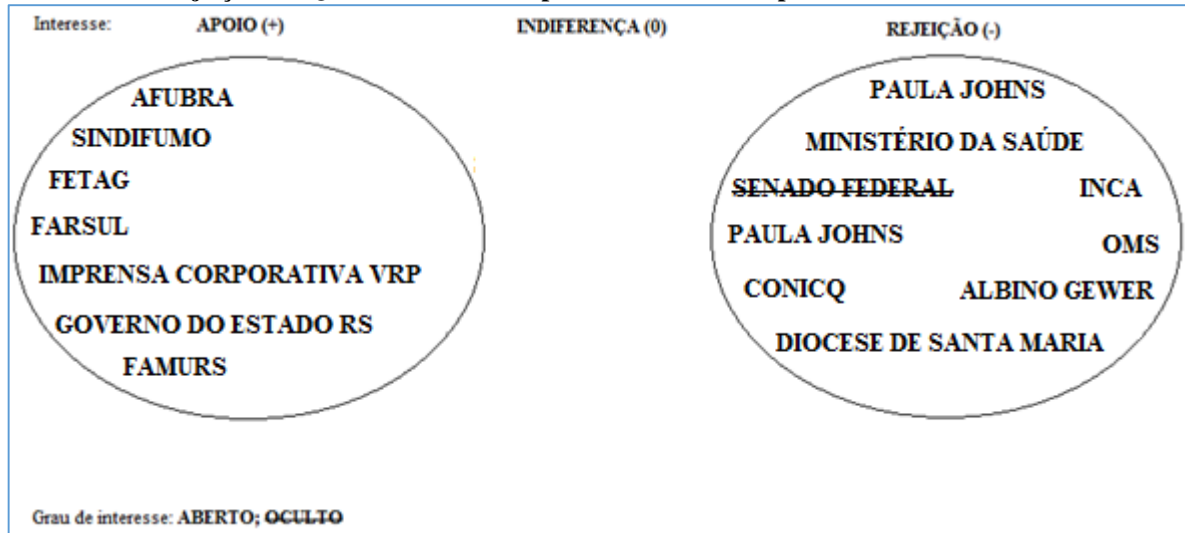
As falas dos atores sociais nessas quatro últimas audiências apresentaram as mesmas relações de conflito e cooperação do evento ocorrido em Santa Cruz do Sul. Porém, pela primeira vez no relato apresentado, atores sociais que representavam fumicultores manifestaram interesse de apoio à ratificação brasileira à CQCT. Foram eles a **FETRAF-SUL**, que já havia manifestado sua posição no Fórum Social Mundial de 2005 e o **MPA** que, no ano anterior em Brasília, havia se posicionado contrário à CQCT. Muito embora esses dois atores tiveram espaço de fala, não foi registrada maior presença de agricultores ligados ao Movimento e à **FETRAF-SUL** no auditório. Os produtores que se fizeram presentes manifestavam o interesse da direção da **AFUBRA**, **FETAG**, **FARSUL** e **SINDIFUMO**.

As audiências do Rio Grande do Sul e da Bahia tiveram o maior número de participantes. Na cidade gaúcha de Camaquã, o destaque dado **pela imprensa corporativa do VRP** foi para o embate entre **Hainsi Gralow** e **Paula Johns**. Em seu discurso, a antitabagista acusou o presidente da **AFUBRA** de não ter apoiado a criação de um fundo financeiro para reconversão da produção no início das discussões sobre a CQCT. A informação foi contestada pelo dirigente da associação dos fumicultores, sendo que este, em mais de uma oportunidade havia manifestado interesse de rejeição à criação de uma fonte de financiamento nesse sentido, em uma clara demonstração de contrariedade a qualquer projeto que pudesse reduzir significativamente o número de associados da **AFUBRA**. A audiência pública da cidade baiana de Cruz das Almas foi a que reuniu o maior número de pessoas, que também manifestaram contrariedade à Convenção-Quadro.

Essa sensibilização dos atores sociais quanto à situação dos fumicultores adiou a ratificação brasileira ao Tratado. No final de 2004, o então relator da matéria senador Fernando Bezerra pretendia emitir imediatamente o relatório que tendia a ser favorável à ratificação, mas a audiência de Santa Cruz do Sul lhe mostrou a exigência de cautela. Após, ocorreram mais três audiências nas regiões fumicultoras e quase um ano de debates.

Os atores sociais ligados à cadeia produtiva do tabaco, que manifestaram interesse de apoio nesse fato social, produziram acumulações de recursos políticos e organizacionais durante as audiências públicas. Esses eventos contaram com a presença maciça de agricultores e sociedade em geral das regiões fumicultoras que expressaram sua rejeição à CQCT.

**Figura 13 – Interesses manifestados pelos atores quanto ao apelo do setor produtivo do tabaco pela rejeição à CQCT nas audiências públicas nos estados produtores de tabaco.**



A direção da **AFUBRA** e da **FETAG** acumularam recursos políticos e organizacionais com sua atuação nas audiências, porque foram os principais responsáveis por mobilizar os agricultores a eles vinculados a participar das audiências e sensibilizar os senadores. Os demais atores que apoiaram o apelo do setor produtivo do tabaco contra a ratificação da CQCT também tiveram acumulações de recursos legais no processo. Em virtude de suas jogadas durante o período das audiências públicas, eles retardaram a votação que sinalizava ser desfavorável a seu interesse no jogo social. Um desses atores, que produziu essa acumulação foi o **SINDIFUMO** que, ao utilizar seus recursos políticos e econômicos, principalmente nos bastidores das discussões, produziu fatos no jogo.

#### 4.2.9 Ratificação brasileira à Convenção-Quadro

As diretorias da **AFUBRA**, da **FETAG** e da **FARSUL** manifestaram durante todo o processo de ratificação à CQCT seu interesse de rejeição. O principal argumento utilizado nas jogadas produzidas em relações de cooperação com representantes do **SINDIFUMO**, da **FAMURS** e pela **Imprensa** era a perda de postos de trabalho no país, a grande maioria na agricultura familiar. O **Senado Federal** ficou dividido entre essa explicação situacional, além do *lobby* da

Indústria fumageira e Senadores alinhados aos interesses dessa, e a explicação situacional dos atores ligados à saúde que argumentavam a urgência em conter o tabagismo: **INCA**, **Ministério da Saúde**, **CONICQ** e organizações antitabagistas com destaque à ONG tabaco zero liderada por **Paula Johns**. A diretoria da **OMS**, idealizadora do Tratado, esperava adesão imediata do país que foi o principal protagonista na negociação do texto, o que não ocorreu devido à pressão dos atores que manifestaram rejeição.

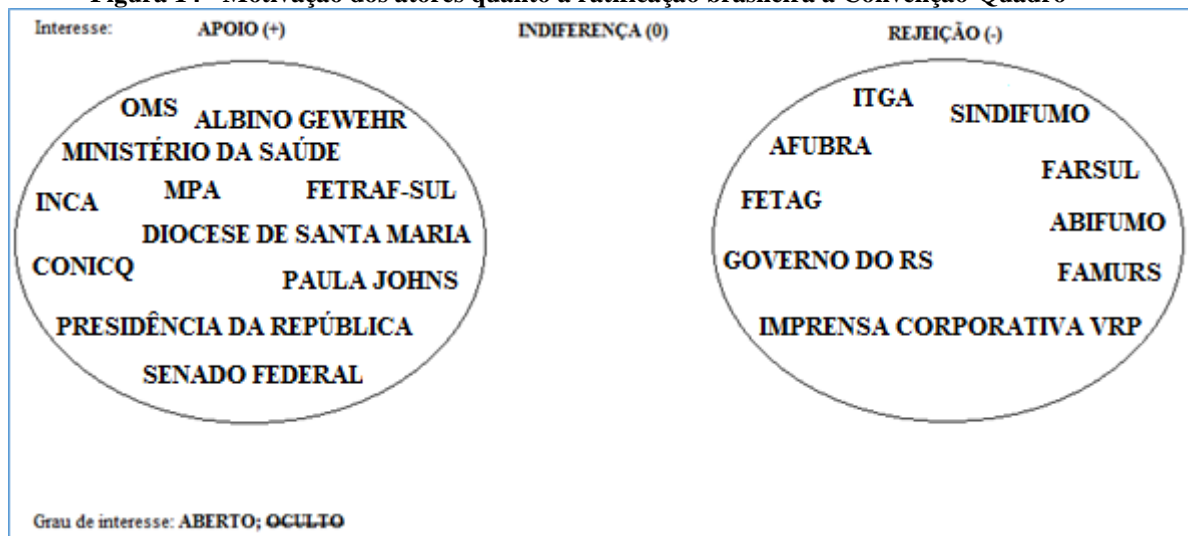
Após as jogadas produzidas por esses atores que manifestaram interesse de rejeição à CQCT, as reportagens da **imprensa corporativa do VRP** afirmavam que o parecer do relator Heráclito Fortes seria contrário à ratificação. Porém, uma declaração interpretativa do Tratado internacional elaborada por ministérios do Poder Executivo brasileiro direcionou sua decisão. Nela, o Governo Federal deu garantias de que, em caso de aprovação do projeto pelo **Senado Federal**, a fumicultura não seria restringida no Brasil. Como **Albino Gewehr** já havia afirmado durante todo o processo de ratificação, o texto da Convenção-Quadro não previa essa restrição aos signatários, só que o Senado esperava essa legitimação do Poder Executivo.

A **Presidência da República do Brasil**, que desde o início das tratativas manifestou interesse de apoio à ratificação do Tratado, se comprometeu a manter, através de diversos ministérios, um programa de assistência aos fumicultores. Esse programa auxiliaria a migração para atividades economicamente viáveis para os produtores de tabaco que a desejassem fazer. Com isso, o governo brasileiro buscou agradar aos atores com diferentes posições de interesse. Ao mesmo tempo, separou, em sua análise, produção de consumo: afirma continuar apoiando o setor produtivo do tabaco enquanto promoveria medidas de redução do tabagismo que, em cooperação com as outras nações signatárias, objetivaria reduzir a demanda de tabaco em escala global. Dessa forma, coopera com a Indústria multinacional do tabaco, que além de seu poder econômico e *lobby* também representa uma importante fonte de arrecadação de impostos aos cofres públicos; e participa de um Tratado que auxiliou a constituir por meio de seus embaixadores e que coloca o Brasil em mais uma arena de discussões internacional.

Após as garantias do Governo Federal, Heráclito Fortes emitiu relatório com parecer favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004. Justificou sua decisão, em parte, às garantias de que os fumicultores não teriam prejuízos caso desejassem manter sua atividade, e ainda receberiam apoio técnico e financeiro para migrar de atividade, caso desejassem. A matéria foi aprovada no plenário do **Senado Federal** em 27 de outubro de 2005. A assinatura brasileira ao Tratado e a declaração interpretativa foram depositadas junto à **OMS**, em Genebra, em tempo hábil para que o país pudesse participar desde as primeiras discussões no âmbito do acordo internacional.

A alternativa apresentada pelo Poder Executivo que objetivou resolver o impasse que havia sido gerado não era exatamente o resultado esperado pelos atores sociais com interesse de rejeição à ratificação brasileira à CQCT. Para estes, interessava a manutenção de sua lucratividade com a fumicultura, e os desdobramentos do Tratado eram vistos como uma possível ameaça. O descontentamento com o parecer e votação do **Senado** pôde ser percebido nas reportagens da **imprensa corporativa do VRP**. Nelas, a direção da **AFUBRA**, do **SINDIFUMO** e da **ABIFUMO** lamentaram o desfecho da discussão sobre a Convenção-Quadro dizendo que não havia sido isso que solicitaram. O Presidente da Associação das Indústrias ainda afirmou que a decisão do Congresso Nacional atendeu aos anseios da **Presidência da República** em buscar representatividade em arenas internacionais, em detrimento dos produtores de fumo. Até o final do processo os representantes da Indústria do tabaco utilizaram a situação dos fumicultores como álibi, enquanto suas reais manifestações de interesses e jogadas se referiam a sua obtenção de lucro.

**Figura 14 - Motivação dos atores quanto à ratificação brasileira à Convenção-Quadro**



Apenas o dirigente de uma indústria filiada ao **SINDIFUMO** admitiu que o resultado era satisfatório ao setor produtivo do tabaco. Para ele, os maiores beneficiados pela ratificação nos moldes que ocorreu foram os fumicultores, já que poderiam continuar com a produção de tabaco e ainda dispor de um programa de apoio caso decidissem alterar sua atividade. Também afirmou que os objetivos dos representantes da Indústria e dos agricultores foram atingidos, pois haviam pontos que garantiriam a continuidade da fumicultura no Brasil nos moldes que ela ocorria historicamente.

Os atores com interesse de apoio à ratificação do Tratado tiveram acumulações de recursos legais com este fato. Uma vez que o Brasil aderiu à CQCT, passou a se comprometer com uma série de determinações para frear o consumo de produtos originados do tabaco. A



operacionalização dessas medidas por esses atores não seriam possíveis sem a fenoestruturação no processo apresentado.

Já os atores que manifestaram interesse de rejeição à ratificação da CQCT acumularam recursos de poder que permitiram retardar a ratificação. Embora essas fenoestruturas criadas não tenham impedido a aprovação do documento em âmbito nacional, esta foi feita com ressalvas que reforçaram as garantias da continuidade da atividade econômica sem grandes alterações. Prova disso é a manutenção dos volumes de produção e da posição do Brasil como maior exportador mundial de tabaco no momento da realização dessa pesquisa, ou seja, quase 12 anos após a ratificação brasileira. Conforme as observações realizadas no campo, as relações de poder nesse jogo social também continuaram muito desiguais, principalmente no que concerne à subordinação dos fumicultores pelas empresas multinacionais fumageiras.

#### 4.3 RELAÇÕES DE CONFLITO E COOPERAÇÃO EVIDENCIADAS NO JOGO SOCIAL

Esta subseção sintetiza as relações de conflito e cooperação entre os atores sociais evidenciadas no jogo social. Essas constatações foram possíveis a partir da análise dos interesses manifestados pelos atores em cada fato social identificados e que foram dispostas na subseção anterior desse capítulo. A Teoria da Produção Social possibilitou o entendimento deste jogo como ele se apresenta na realidade: conflituoso, cooperativo, produzido por atores em constante produção social, o que impossibilita um entendimento sem considerar a situação dos atores. Conforme Matus (2005) relações de cooperação são aquelas onde os atores apresentam em determinada jogadas o mesmo sinal de interesse; já as relações de conflito são aquelas em que o interesse dos atores têm sinal contrário na jogada. O conflito e a cooperação são os polos extremos das relações sendo que, conforme Matus (1996b), dentre as relações conflituosas podem haver formas de cooperação de acordo com as estratégias dos atores sociais para perseguirem seus objetivos no jogo. O Quadro 4 sintetiza as relações de conflito e de cooperação verificadas nos nove fatos sociais evidenciados no período analisado do jogo social.

Quadro 2 – Síntese das relações de conflito e cooperação entre os atores sociais

FATO SOCIAL	APOIO (+)	INDIFERENÇA (0)	REJEIÇÃO (-)
Constituição da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)	CONICQ / INCA MINISTÉRIO DA SAÚDE OMS / PAULA JOHNS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		ABIFUMO / AFUBRA / FAMURS FARSUL / FETAG IMPrensa CORPORATIVA VRP ITGA / SINDIFUMO
Carta aberta da AFUBRA e fumicultores às autoridades sobre o Tratado internacional antitabagista	AFUBRA / FAMURS FARSUL / FETAG IMPrensa CORPORATIVA VRP SINDIFUMO		CONICQ / INCA MINISTÉRIO DA SAÚDE OMS / PAULA JOHNS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Contestações dos fumicultores na safra 2003	MPA	AFUBRA / FARSUL FETAG	IMPrensa CORPORATIVA VRP SINDIFUMO
Contestações ao preço do fumo na comercialização final da safra 2003	AFUBRA / FARSUL FETAG	MPA / IMPrensa CORPORATIVA VRP	SINDIFUMO
Contestações dos fumicultores na safra 2004	AFUBRA / ALBINO GEWEHR FAMURS / FARSUL FETAG / MPA		IMPrensa CORPORATIVA VRP SINDIFUMO
Tentativas de votação do projeto de ratificação à CQCT pelo Senado Federal	CONICQ / INCA MINISTÉRIO DA SAÚDE OMS / PAULA JOHNS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SENADO FEDERAL		ABIFUMO / AFUBRA FAMURS / FARSUL GOVERNO DO RS IMPrensa CORPORATIVA VRP ITGA / MPA / SINDIFUMO
Campanha no VRP contra a ratificação da CQCT	AFUBRA / FAMURS / FARSUL FETAG / IMPrensa CORPORATIVA VRP / SINDIFUMO	SENADO FEDERAL	ALBINO GEWEHR / CONICQ INCA / MINISTÉRIO DA SAÚDE OMS / PAULA JOHNS
Rejeição à CQCT nas audiências públicas nos estados produtores de tabaco	AFUBRA / FAMURS FARSUL / FETAG IMPrensa CORPORATIVA VRP SINDIFUMO		ALBINO GEWEHR / CONICQ DIOCESE DE SANTA MARIA SENADO FEDERAL / FETRAF-SUL MINISTÉRIO DA SAÚDE MPA / PAULA JOHNS / INCA
Ratificação brasileira à Convenção-Quadro	ALBINO GEWEHR / CONICQ DIOCESE DE SANTA MARIA FETRAF-SUL / INCA MINISTÉRIO DA SAÚDE / MPA OMS / PAULA JOHNS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SENADO FEDERAL		ABIFUMO / AFUBRA FAMURS / FARSUL FETAG / GOVERNO DO RS IMPrensa CORPORATIVA VRP ITGA / SINDIFUMO /

Conforme revelou a análise de interesses manifestados pelos atores sociais, houveram relações de cooperação entre os atores que representavam fumicultores e Indústrias. Essas relações ocorreram em todos os fatos sociais identificados que se relacionavam ao combate do tabagismo, com atenção especial à formulação e ratificação da Convenção-Quadro no período analisado. Em partes dos anos de 2003 e 2004 esses mesmos atores estabeleceram relações de conflito em fatos nos quais manifestaram interesses antagônicos no jogo, referentes a distribuição de renda na cadeia produtiva do tabaco, que desfavorece o agricultor. Porém, com a retomada das tratativas para ratificação da CQCT as relações entre representantes dos fumicultores e das Indústrias voltaram a ser de cooperação.

Já no início das discussões no VRP sobre o futuro tratado internacional de saúde pública, a **AFUBRA** protagonizou relações de cooperação com os representantes da indústria (**ABIFUMO**, **SINDIFUMO**). A Associação dos fumicultores, devido a sua influência na região dentre os agricultores, conseguiu convencer estes que a Convenção-Quadro acabaria com a fumiicultura. Para isso não apresentou as possibilidades de financiamentos de reconversão produtiva que eram previstos e, até mesmo, combateu a constituição de fundos de financiamento para os fumicultores migrarem de cultura, cooperando com os interesses da Indústria do tabaco que tem o Brasil como um dos principais produtores de sua matéria-prima no mundo. A **Imprensa Corporativa do VRP** teve papel importante de cooperação com esses atores, oferecendo espaços de fala e veiculando reportagens que enalteciam o setor produtivo do tabaco e posicionavam-se contrárias à explicação situacional dos atores que defendiam medidas antitabagistas e a migração da matriz econômica regional da fumiicultura para outras atividades. Outros atores sociais que representavam os agricultores e municípios fumicultores, como a **FAMURS**, **FETAG**, **FARSUL**, **ITGA** e **MPA** também cooperaram com os representantes das Indústrias fumageiras nesse momento. Eles desejavam, com essa cooperação, defender a fumiicultura, o que incluía a manutenção de seus filiados e, conseqüentemente o lucro das Indústrias fumageiras.

Já os atores sociais que estabeleceram relações de conflito com esses primeiros e cooperação entre si, manifestavam interesse de apoio à Convenção-Quadro por ver nela a possibilidade de enfrentar a Indústria do tabaco e frear o tabagismo em escala mundial. No campo da saúde pública do Brasil, a Organização proponente do tratado, a **OMS**, estabeleceu relações de cooperação com o **Ministério da Saúde**, o **INCA** e a **CONICQ**, organização criada para implementação do Tratado pelo País. Além disso, ativistas antitabagistas, como **Paula Johns**, protagonizaram relações de conflito com os atores que produziram jogadas movidas por interesse de rejeição à CQCT. A **Presidência da República** do Brasil também cooperava com

esses atores pois via no Tratado a possibilidade de participação do País em mais uma arena internacional de discussão. Porém, esse ator também cooperava com as operações da Indústria do tabaco através de benefícios fiscais e financiamentos, seja motivada pela arrecadação de impostos ou pela geração de divisas, já que quase 90% do fumo brasileiro é exportado. Essa cooperação da Presidência da República com atores de diferentes interesses no jogo pôde ser constatada também na negociação final para ratificação da CQCT pelo Senado Federal, garantindo que a fumicultura não seria restringida no País e que o acordo fosse aprovado.

O **MPA**, embora ter manifestado o mesmo sinal de interesse que os representantes da Indústria do tabaco nos primeiros fatos identificados que se relacionavam à CQCT, estabeleceu relações de conflito com esses atores questionando a relação de subordinação e exploração do trabalho dos fumicultores pelas indústrias. Nas negociações de reajuste do fumo os atores que representavam os produtores de tabaco colaboraram entre si ao contestarem a posição do Sindifumo de oferecer aumentos muito aquém do solicitado por esses. A **AFUBRA** e a **FARSUL** limitaram sua relação de conflito com o Sindicato das indústrias somente às mesas de negociação, enquanto o **MPA** e a **FETAG** promoveram manifestações e incentivaram os agricultores a realizar boicotes às empresas. Quanto a esses fatos, principalmente os boicotes à venda de tabaco, a **Imprensa Corporativa do VRP** manifestou interesse de rejeição e cooperou com o **SINDIFUMO**, devido a reflexos no comércio regional.

Após o anúncio de que a Convenção-Quadro poderia ser aprovada pelo **Senado Federal** em caráter de urgência, novamente os atores representantes dos fumicultores e das Indústrias voltaram a estabelecer relações de cooperação para barrar a ratificação brasileira ao Tratado. O **Governo do estado do Rio Grande do Sul** e a **FAMURS** que em nenhum momento manifestaram interesses nos impasses entre os agricultores e as empresas fumageiras demonstraram preocupação com o futuro da fumicultura e neste fato social cooperaram com os atores ligados à cadeia produtiva do tabaco. A **FETAG** que em assembleia realizada em 26 de julho de 2004 havia ratificado a decisão de não mais voltar a negociar com o **SINDIFUMO**, na primeira semana de setembro daquele ano já estava manifestando interesse em cooperação com o Sindicato e no final daquele mês participou em conjunto com **AFUBRA** e **FARSUL** de reunião sobre método de cálculo de preço com o representante das empresas fumageiras. Com isso, esses atores que representam os fumicultores auxiliaram a Indústria do tabaco e também mantiveram sua representatividade junto aos produtores de tabaco, seus associados e filiados.

A **AFUBRA**, **FETAG** E **FARSUL** não cooperaram com o **MPA** em algumas jogadas pois desejavam manter-se como as únicas representantes legítimas, ou seja, com direito de representar os fumicultores nas negociações com o **SINDIFUMO**. As contestações por parte

do Movimento contra às multinacionais fumageiras ultrapassavam a negociação de reajuste e criticavam as condições de trabalho e riscos ocupacionais da fumicultura dentro do Sistema Integrado. Esse ator, no último ano analisado não voltou a cooperar com a Indústria do tabaco e seus representantes no que concerne a fatos sociais relacionados com a Convenção-Quadro. Assim como **Albino Gewehr**, a **Diocese de Santa Maria** e a **FETRAF-SUL**, o **MPA** defendeu a ratificação à CQCT para que os fumicultores brasileiros pudessem acessar recursos de cooperação internacional e migrar da fumicultura para outras atividades, caso assim desejassem. Já os demais atores representantes dos fumicultores cooperaram com o **SINDIFUMO** no sentido de rejeitar a Convenção-Quadro até o final do período analisado.

## CONCLUSÕES

Este estudo respondeu quais foram os interesses manifestados pelos atores sociais interessados na fumicultura no Vale do Rio Pardo (VRP) nos anos de 2002 a 2005. O período analisado contemplou desde a constituição do texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) e início de sua discussão no VRP até sua ratificação pelo Brasil. Buscou-se na construção teórica de Carlos Matus os subsídios para identificar os atores sociais e os fatos sociais que permitiram analisar os interesses nesse jogo. A partir disso, foram analisados os interesses manifestados em cada fato social identificado e, conseqüentemente, as relações de conflito e cooperação evidenciadas nas jogadas.

A partir dessa delimitação no tempo foi construído um relato baseado, principalmente, na veiculação de informações pela imprensa corporativa do VRP. Com base no relato e nos atributos apontados por Matus (1996b) foram identificados os principais atores sociais do jogo social da fumicultura no VRP: AFUBRA, ABIFUMO, Albino Gewehr, CONICQ, Diocese de Santa Maria/RS, FAMURS, FARSUL, FETAG, FETRAF-SUL, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Imprensa Corporativa do VRP, INCA, ITGA, Ministério da Saúde, MPA, OMS, Paula Johns, Presidência da República do Brasil, Senado Federal Brasileiro e SINDIFUMO. Além de caracterizar cada um desses atores, foram identificados os recursos de poder que eles utilizaram no jogo social.

Foi possível observar diferentes interesses em disputa no jogo, atribuindo as características apontadas por Matus quanto à situação de cada jogador, e da existência de relações entre atores sociais que podem ser transitoriamente conflituosas e cooperativas. Além dos processos de constituição e de ratificação da CQCT, foram identificados fatos sociais ligados a interesses conflitantes entre fumicultores e a Indústria do tabaco, que também dizem respeito a esse jogo social e, por isso, foram analisados. Foram selecionados nove fatos sociais no período, com base em sua relevância no jogo e a existência de interesses em disputa. Esses acontecimentos foram sintetizados e foram identificados os atores neles interessados, o conteúdo desse interesse e as relações de cooperação e conflito.

Dentre as contribuições dessa pesquisa, a análise dos interesses em disputa nesse jogo social possibilitou compreender o porquê da ideia propagada no VRP de que a Convenção-Quadro tem como objetivo proibir a fumicultura no Brasil. Pois, a partir de jogadas produzidas por atores sociais, em especial pela AFUBRA e Imprensa Corporativa, a explicação situacional desses atores foi a única divulgada na região.

Além disso, embora não seja a principal questão dessa pesquisa, o estudo também fornece bases para compreender a dificuldade dos fumicultores de deixarem a subordinação das indústrias fumageiras e migrar para outras atividades agrícolas. A própria Associação dos Fumicultores, embora defenda uma produção diversificada nas propriedades fumicultoras, manifestou interesse de rejeição às propostas de criação de fundos e impostos especiais para financiar a reconversão produtiva. Deste modo, a AFUBRA joga de forma coerente por ser uma entidade que se mantém e obtém lucro em função da fumicultura. Além disso, possui amplas capacidades de produção social que utiliza em fatos sociais com relações cooperativas com a Indústria do Tabaco com interesse de apoiar a continuidade do polo de produção de fumo na região.

Os interesses manifestados por diversos atores sociais quanto ao jogo social analisado, expressam a cooperação de atores ligados à indústria, aos agricultores e a imprensa na continuidade da fumicultura nos moldes do atual Sistema Integrado de Produção. Nesse sentido, é difundido na região que não existem alternativas economicamente viáveis ao tabaco, contrariando o que a literatura que se propõe a analisar esse aspecto afirma (VARGAS e OLIVEIRA, 2012). Os próprios representantes desses agricultores, como demonstrado na pesquisa, produzem jogadas para a manutenção da fumicultura nos moldes atuais. Ou seja, a manutenção da exploração do trabalho desses agricultores e do lucro almejado pelas corporações multinacionais do tabaco através de relações de poder muito desiguais em favor dessas corporações.

Os representantes dos fumicultores nas instâncias de negociação com as indústrias (AFUBRA, FETAG e FARSUL) mostram-se satisfeitos com o sistema integrado, não o contestando, e mantendo-se desde então como as únicas organizações com recursos de poder políticos e legais para tal representação. O MPA pretendia produzir outros fatos sociais que extrapolariam a mera discussão de reajuste de preços. Essa possibilidade preocupava as indústrias e os atores acima citados, que também estavam confortáveis com a situação posta. Dentre os pontos de questionamento do MPA é possível destacar as questões de insalubridade e precarização das relações de trabalho, além dos riscos à saúde dos fumicultores. Esse último assunto, debatido pela literatura, não foi abordado pela imprensa corporativa do VRP em nenhum momento do período analisado. A baixa remuneração dos fumicultores pela indústria é contestada de forma muito tímida por seus representantes legítimos. Isso ocorre pois as empresas e o SINDIFUMO deixam claro que a fumicultura brasileira é estrategicamente viável pelo fato da Indústria conseguir adquirir sua matéria-prima a baixo custo. Uma vez que essas

entidades dependem dessa atividade econômica para manter seus filiados e associados, cooperam com o interesse da Indústria do tabaco no País.

Os fumicultores não foram identificados nesse estudo como um ator social por não atenderem aos requisitos de Matus (1996b) para tal, principalmente no que se refere à organização estável que lhes permitiria atuar com o peso de um coletivo. No período analisado, diferente do contexto da década de 1980 exposto por Etges (1991), não foi possível observar a constituição de um grupo organizado de luta, criado e formado por fumicultores para produzir fatos orientados por seus interesses no jogo. As mobilizações foram protagonizadas por Federações, Sindicatos e Movimentos sociais que não foram constituídos por fumicultores ou para defender suas pautas.

Essa discussão abre espaço para estudos futuros, que abordem o tema da existência de movimentos de luta dos fumicultores em diferentes períodos históricos, as tentativas e as dificuldades em organizar essa luta. Apenas através de sua organização os agricultores poderão fazer frente à subordinação e exploração do trabalho que estão submetidos pela Indústria do tabaco e legitimada pelos atores sociais que os representam atualmente.



## REFERÊNCIAS

A NOVA fábrica da Souza Cruz vai gerar riquezas, empregos e, acreditem um meio ambiente melhor. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 25 abr. 2003. *Gazeta Especial*, p. 12.

ACORDO TEM mais uma rodada de negociação. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 17 fev. 2003. *País/Mundo*, p. 10.

ACORDO SOBRE restrições destaca o Brasil. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 03 mar. 2003. *País/Mundo*, p. 12.

AFUBRA. Associação dos Fumicultores do Brasil. **Fumicultura no Brasil**. 2016. Disponível em <<http://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>> Acesso em 31 out. 2016.

ALMEDO esteve em Brasília lutando pelos fumicultores. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 17 set. 2004. *Geral*, p. 18.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 1997. Anual.

\_\_\_\_\_. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 1999. Anual.

\_\_\_\_\_. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2000. Anual.

\_\_\_\_\_. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2001. Anual.

\_\_\_\_\_. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2002. Anual.

\_\_\_\_\_. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2003. Anual.

\_\_\_\_\_. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2004. Anual.

APPEL JUNIOR, Jansle. Com preço baixo, produtor reduz a lavoura. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 05 ago. 2003. *Geral*, p. 6.

APROVADO acordo mundial para o controle do tabaco. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 22 mai. 2003. *País/Mundo*, p. 14.

ASSMANN, Rodrigo. Impasse na negociação do novo preço do fumo. **Gazeta do Sul**, 10 jan. 2004a. Capa.

\_\_\_\_\_. Fumicultores fazem dia de protesto em S. Cruz. **Gazeta do Sul**, 18 fev. 2004b. Capa.

ATÉ o presidente do INCA defendeu os fumicultores. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 07 dez. 2004. *Geral*, p. 7.

AUDIÊNCIA VAI debater fumicultura no Paraná. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 18 ago. 2005. *Geral*, p. 5.

AUDIÊNCIA pública avalia a Convenção-Quadro para o fumo. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 19 nov. 2004. Política, p. 5.

BARROS, Fernando. Fumo. **Gazeta do Sul**, 14 set. 2004. Panorama Geral, p. 2.

BELING, Romar. Setor fumageiro mostra sua força. **Gazeta do Sul**, 12 nov. 2004. Especial, p. 14.

BOEIRA, Sérgio Luís. **Atrás da cortina de fumaça: Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica**. Itajaí: Univali, 2002.

BOEIRA, Sérgio Luís; JOHNS, Paula. Indústria de Tabaco vs. Organização Mundial de Saúde: um confronto histórico entre redes sociais de *stakeholders*. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 4 n. 1, jan./jun. 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.136 de 13 de gosto de 1999**. Brasília, 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3136.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3136.htm)>. Acesso em: 09 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar. **Convenção Quadro para o Controle do Tabaco**. 2003. Disponível em: <<http://www2.INCA.gov.br/wps/wcm/connect/5a3abd004eb68a22a09bb2f11fae00ee/Conven%C3%A7%C3%A3o-Quadro+para+o+Controle+do+Tabaco+em+portugu%C3%AAs.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5a3abd004eb68a22a09bb2f11fae00ee>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar. **A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades**. INCA: Rio de Janeiro, 2004a.

\_\_\_\_\_. INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar. **Por que aprovar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco?** INCA: Rio de Janeiro, 2004b.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). **Parecer n. de 2005. [...] sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle e Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003**. Brasília, 2005. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/67812>> Acesso em: 21 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Instrução Normativa Nº 10, de 13 de Abril de 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=visualizarAtoPortalMapa&chave=1559235653>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar. **Anuário Brasileiro do Tabaco 2014: Uma visão parcial sobre a cadeia produtiva**. Rio de Janeiro, 27 fev. 2015. Disponível em: <<http://www2.INCA.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2015/anuari>>

[o brasileiro do tabaco dois mil e quatorze uma+ visao parcial sobre a+cadeia produtiv a>](#). Acesso em: 20 nov. 2016.

BRASIL apresenta texto sobre limitações. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 16 jan. 2003. Economia, p.10.

BUAINAIN, Antônio Marcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

BUROWSKI, José Augusto. Comércio pensa até em demitir. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 20 fev. 2004. Geral, p. 9.

CÂMARA promove evento sobre controle do tabaco. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 27 ago. 2003. Rural, p. 10.

CÂMARA Setorial do Fumo define primeiras ações de trabalho do setor. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 20 jan. 2004. Rural, p. 8.

CÂMARA SETORIAL defende acordo no preço do fumo. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 18 fev. 2004. Rural, p. 6.

CARÍSSIMI, Jaqueline. Venâncio dá exemplo de civilidade. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 17 set. 2004. Geral, p. 18.

COMISSÃO vai analisar tema antes da votação. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 07 dez. 2004. Capa.

CONVENÇÃO-QUADRO é uma guerra econômica. **Folha do Mate**, 10 dez. 2004. Rural, p. 13.

COSTA, Camila Furlan; GOULART, Sueli. O jogo social e a produção de acontecimentos no território: o caso da Rede Arrozeiras do Sul. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, p. 998-1014, out./dez. 2011.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. In: O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Artmed, 2006.

DESCONTENTE, agricultor planeja redução de área. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 05 ago. 2003. Capa.

DUAS entidades lançam campanha de pró-ratificação da Convenção-Quadro. **Folha do Mate**, 28 jan. 2005. Rural, p. 12.

EMPRESA deu início ao sistema integrado. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 25 abr. 2003. Gazeta Especial, p. 12.

ENCERRADA a safra 2004, indústria fumageira segue investindo no município. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 12 nov. 2004. Geral, p. 15.

ENTIDADES mobilizarão 10 mil fumicultores. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 19 fev. 2004. Rural, p. 7.

ESCLARECIMENTO. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 12 fev. 2004. Geral, p. 3.

ESSI, Glemerson Arandes. Convenção-Quadro e desarmamento. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 13 jul. 2005. Opinião, p. 4.

ESTADO é contra a extinção da lavoura de fumo. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 24 set. 2005. Capa.

ESTADOS UNIDOS se rendem à liderança mundial do Brasil. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 21 jun. 2003. Capa.

ESTEVES, Ana Margarida. **Cortinas de fumo, silêncios ensurdecedores: A tragédia humana da produção tabaqueira no Rio Grande do Sul, Brasil e a ação do projeto Esperança/Coesperança de Economia Social Solidária**. 05 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/artigo/tragedia-humana-da-producao-tabaqueira-no-brasil/46778>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

ETGES, Edeimar. Despreparo. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 17 set. 2004a. Geral, p. 18.

\_\_\_\_\_. Audiências com Senadores foram fundamentais para adiar votação. **Folha do Mate**, 17 set. 2004b. Geral, p. 20.

\_\_\_\_\_. Produtores abrem colheita do fumo com expectativa de uma supersafra. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 12 out. 2004c. Rural, p. 12.

\_\_\_\_\_. CUT. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 10 dez. 2004d. Rural, p. 12.

\_\_\_\_\_. Adesão à Convenção-Quadro pode ser votada por lideranças. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 24 jun. 2005a. Rural, p. 16.

\_\_\_\_\_. Cruz das Almas diz não à sua ratificação. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 14 out. 2005b. Geral, p. 17.

\_\_\_\_\_. Hainsi Galow quer a criação de um fundo para a reconversão. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 14 out. 2005c. Geral, p. 16.

\_\_\_\_\_. MDA apresenta proposta que não implica na proibição do tabaco. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 28 out. 2005d. Rural, p. 19.

\_\_\_\_\_. Allan Kardec diz que fumicultores foram os vencedores no Tratado. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 08 nov. 2005e. Geral, p. 8.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Sujeição e Resistência: Os Camponeses Gaúchos e a Indústria do Fumo**. Santa Cruz do Sul: Editora da FISC, 1991.

ETGES, Virgínia Elisabeta *et al.* O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS. **Textual**, Porto Alegre, v.1 n.1, p.14-21, nov. 2002.

FALK, João Werner *et al.* **Suicídio e doença mental em Venâncio Aires–RS: consequência do uso de Agrotóxicos Organofosforados?** Relatório preliminar de pesquisa. Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.

FAMURS. Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. **Apresentação institucional.** Porto Alegre, 2017a. Disponível em: <<http://www.famurs.com.br/institucional/apresentacao>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Produção de tabaco rende R\$ 65,3 milhões aos municípios.** Porto Alegre, 2017b. Disponível em: <[http://www.famurs.com.br/comunicacao/noticias/producaodetabacorender\\$653milhoesaosmunicípios](http://www.famurs.com.br/comunicacao/noticias/producaodetabacorender$653milhoesaosmunicípios)>. Acesso em: 09 fev. 2017.

FETRAF-SUL. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul. **Quem Somos.** Chapecó, 2017. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br/index.php/fetrafsul/quem-somos>>. Acesso em 01 mar. 2017.

FUMO: este negócio é muito sério. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 06 dez. 2004. Gazeta Especial.

GALBRAITH, John Kenneth. **Anatomia do poder.** São Paulo: Pioneira, 1984.

GEWEHR, Albino. Salvaguardas aos fumicultores. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 10 dez. 2004. Rural, p. 15.

\_\_\_\_\_. Para evitar olhares bitolados sobre a fumicultura. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 02 set. 2005. Rural, p. 24.

Governo Federal não deverá intervir nas conversações. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 19 fev. 2004. Rural, p. 7.

GRALOW EXPÕE realidade do setor no Ministério da Saúde. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 23 jul. 2005. Geral, p. 10.

GRALOW é o presidente da Câmara Setorial do Fumo. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 13 dez. 2003. Rural, p. 27.

HSSM entrega à comunidade amplo e moderno plantão de urgência. **Amigo do Hospital**, Venâncio Aires, jan. 2008. p. 6 e 7.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal de 2015.** 2016. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432260&search=rio-grande-do-sul>>. Acesso em 03 mar. 2017.

INVASÕES marcam a estréia do MPA nas negociações do fumo. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 14 fev. 2004. Capa.

ITGA. International Tobacco Growers' Association. About ITGA. 2017. Disponível em: <<http://www.tobaccoleaf.org/conteudos/default.asp?ID=7&IDP=2&P=2>>. Acesso em 09 fev. 2017.

KOLECZA, Bertrand. O fumo, a ONU e o PT. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 11 jan. 2005. Opinião, p. 4.

LULA e Bush anunciam decisão de criar relação mais estreita. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 21 jun. 2003. País/Mundo, p. 17.

MACHADO, Dejair. Senado Federal prepara relatório sobre o fumo. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 01 set. 2005a. Rural, p. 5.

\_\_\_\_\_. Gaúchos dizem não à Convenção-Quadro. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 24 set. 2005b. Rural, p. 27.

\_\_\_\_\_. Senado deve ficar contra a Convenção-Quadro. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 18 out. 2005c. País/Mundo, p. 13.

\_\_\_\_\_. Governo tenta fazer Senado aprovar ratificação. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 27 out. 2005d. Geral, p. 6.

\_\_\_\_\_. Senado aprova a Convenção-Quadro. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 28 out. 2005e. Economia, p. 11.

\_\_\_\_\_. Programa de reconversão pode ser inviável. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 01 nov. 2005f. Geral, p. 6.

MANIFESTO com 182 mil assinaturas pede a não-ratificação da Convenção-Quadro. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 10 jun. 2005. Rural, p. 8.

MANIFESTANTES do MPA tentam invadir empresa. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 10 jan. 2004. Rural, p. 11.

MANTOVANI, Emanuelli. Indústria corrige tabela de 10%. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 11 jan. 2005a. Rural, p. 7.

\_\_\_\_\_. Convenção-Quadro é destaque na reunião ordinária. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 07 jul. 2005b. Rural, p. 5.

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente**. São Paulo: FUNDAP, 1996a.

\_\_\_\_\_. **Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi: estratégias políticas**. São Paulo: Fundap, 1996b.

\_\_\_\_\_. **Política, Planejamento & Governo**. 1ª ed. Brasília: IPEA, 1993a. Tomo I.

\_\_\_\_\_. **Política, Planejamento & Governo**. 3ª ed. Brasília: IPEA, 1997. Tomo I.

\_\_\_\_\_. **Política, Planejamento & Governo**. 1ª ed. Brasília: IPEA, 1993b. Tomo II.

\_\_\_\_\_. **Teoria do jogo social**. São Paulo: FUNDAP, 2005.

MASSIERER, Carine. A cobertura jornalística sobre a Convenção-Quadro Internacional para o Controle do Tabaco e o meio ambiente: um estudo de caso dos jornais Zero Hora, Correio do Povo e Folha do Mate. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 3, 2005, Florianópolis. **Anais...** Brasília: SBPJor, 2005.

MELZ, Rodrigo Luís. A Produção Capitalista do Espaço para o Desenvolvimento do Polo Produtivo de Tabaco em Municípios do Vale do Rio Pardo/RS. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 9., 2016, Belo Horizonte.

MINISTRO defende reconversão antes da ratificação. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 14 out. 2005. Geral, p. 6.

MISOCZKY, Maria Ceci. **O campo da atenção à saúde após a Constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social**. Porto Alegre: Dacasa, 2002.

MOBILIZAÇÃO barra votação de projeto. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 15 set. 2003. Capa.

MOBILIZAÇÃO DE fumicultores dá um exemplo de civilidade. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 10 dez. 2004. Capa.

MOBILIZAÇÃO REUNIU 3 mil pessoas no Paraná. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 20 ago. 2005. Geral, p. 23.

MUELLER, Carla Cristiane. **A construção do conhecimento em comunidades rurais e a busca por uma educação do campo na região do tabaco**. 2015. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências: Química da Vida e da Saúde, Instituto de Ciências Básicas e da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MÜLLER, Igor. Gralow é o presidente da Câmara Setorial do Fumo. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 13 dez. 2003a. Rural, p. 27.

\_\_\_\_\_. Produtores rejeitam preço-base de R\$ 60,00. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 25 de setembro de 2003b. Rural, p. 9.

\_\_\_\_\_. Reunião do preço termina sem acordo. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 10 jan. 2004a. Rural, p. 10.

\_\_\_\_\_. SINDIFUMO divulga nota e dá negociações por encerradas. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 12 fev. 2004b. Rural, p. 8.

\_\_\_\_\_. Marcha acaba em protestos na Souza Cruz. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 19 fev. 2004c. Rural, p. 6.

\_\_\_\_\_. Exportações caem 7% no primeiro semestre. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 20 fev. 2004d. Rural, p. 9.

\_\_\_\_\_. Preço não terá novo aumento na safra atual. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 20 fev. 2004e. Rural, p. 8.

\_\_\_\_\_. Produtores farão negociações individuais. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 02 mar. 2004f. Rural, p. 9.

\_\_\_\_\_. Boa classificação é a esperança dos produtores. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 10 mar. 2004g. Rural, p. 8.

\_\_\_\_\_. Preço do fumo será negociado com as indústrias. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 30 jun. 2004h. Rural, p. 6.

\_\_\_\_\_. Governo suspende votação do projeto. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 15 set. 2004i. Geral, p. 8.

\_\_\_\_\_. Relator pede comissão para analisar tema. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 07 dez. 2004j. Geral, p. 6.

MÜLLER, Igor; SILVA, Rosemar. Ratificação será debatida antes da votação. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 29 jun. 2005. Economia, p. 12.

MÜLLER, Igor; SILVA, Simone. MPA faz assembleia no Centro e manifestação nas fumageiras. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 18 fev. 2004. Rural, p. 6.

MÜLLER, Igor; TESCHE, Otto; SILVA, Simone. Setor tenta evitar a Convenção-Quadro. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 14 set. 2004. Geral, p. 6.

NORHIA, Nitin. Introduction: is a network perspective a useful way of studying organizations: In: NORHIA, Nitin; ECCLES, Robert (ed.). **Networks and organizations: structure, form and action**. Boston: Harvard Business School Press, 1992.

NOVOS investimentos da *Souza* não vêm pra cá. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 05 jul. 2003. Capa.

NUNES, Maria Luiza. Mobilização barra votação de projeto. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 15 set. 2004. Capa.

OLIVEIRA, Cláudio. MPA pressiona fumageiras com marcha em defesa do fumicultor. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 14 fev. 2003a. Rural, p. 10.

\_\_\_\_\_. CTA doa 1.000 Kg de alimento ao “Parceiros do Fome Zero”. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 20 mai. 2003b. Cidade, p.3.

OMS avisa que não vai ceder à pressão do Brasil. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 29 jan. 2005. País, p. 20.

PERONDI, Miguel Ângelo. Prospecção de meios de vida alternativos ao cultivo do tabaco no sudeste do Paraná. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 675-696, set./dez. 2011.



PINTO, Fernanda de Almeida. **A organização do transporte coletivo urbano rodoviário de Porto Alegre: em benefício de quem?** 2014. 150f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PINTO, Fernanda de Almeida; MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael Kruter. A produção social do transporte coletivo urbano rodoviário de Porto Alegre – 2012-14. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 51, mai./jun. 2017.

PÓRTICOS. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 15 set. 2003. Panorama Geral, p. 2.

POWELL, Walter W.; SMITH-DOERR, Laurel. Networks and economic life. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard (Ed.). **The handbook of economic sociology**. Princeton: Princeton University, 1994, p. 368-402.

PRADO JUNIOR, Caio. 2ª ed. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1949.

PREÇO do fumo. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 12 fev. 2004. Geral, p. 3.

PRESIDENTE do Senado promete amplo debate. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 29 jun. 2005. Capa.

PRESSÃO suspendeu votação da Convenção-Quadro no Senado. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 15 set. 2004. Geral, capa.

PRODUTORES temem pelo fim do sistema integrado. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 27 mai. 2003. Rural, p. 8.

PROJETO ESPERANÇA COOESPERANCA. **Quem Somos**. 2017. Disponível em: <<http://www.esperancacooesperanca.org/quem-somos>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

QUEREM acabar com a fumicultura. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 05 set. 2004. Geral, p. 5.

REETZ, Erna. Recorde na produção de fumo está assegurado para essa safra. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 16 mar. 2002a. Rural, p. 8.

\_\_\_\_\_. OMS discute acordo para controle do tabaco. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 16 out. 2002b. Rural, p. 11.

REGIÃO mostra o tabaco que os estrangeiros queriam ter. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 13 nov. 2003. Rural, p. 8.

REUNIÃO da OMS preocupa fumicultor. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 16 jan. 2003. Capa.

SAI TEXTO final contra o fumo. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 14 mar. 2002. Geral, p. 10.

SANTA CATARINA analisa a Convenção-Quadro. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 30 ago. 2005. Rural, p. 6.

SCHEIBLER, Juliana Luísa. **A emergência de fóruns reguladores globais: Relações e conflitos entre atores locais no processo de regulação do tabaco**. 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SCHNEIDER, Sabrina. Texto que limita o fumo é considerado *light*. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 17 jan. 2003a. Geral, p. 9.

\_\_\_\_\_. José Bové diz que o fumicultor é submisso. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 27 jan. 2003b. Rural, p. 5.

\_\_\_\_\_. Fumo terá reajuste de 29% nesta safra. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 22 fev. 2003c. Rural, p. 18.

\_\_\_\_\_. Município buscará investimento da Souza Cruz. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 30 abr. 2003d. Rural, p. 7.

\_\_\_\_\_. Produção deve crescer para acompanhar mercado. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 03 ago. 2004a. Rural, p. 5.

\_\_\_\_\_. Indústria e produtor não chegam a acordo. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 29 set. 2004b. Rural, p. 3.

\_\_\_\_\_. Suplicy vem debater Convenção-Quadro. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 11 nov. 2004c. Rural, p. 8.

\_\_\_\_\_. Negociação do preço esbarra no custo de produção. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 09 dez. 2004d. Rural, p. 11.

\_\_\_\_\_. A Convenção-Quadro está em vigor. E agora? **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 03 mar. 2005a. Rural, p. 9.

\_\_\_\_\_. Produtores vão discutir a classificação nas empresas **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 08 abr. 2005b. Rural, p. 12.

SEFFRIN, Guido. **O fumo no Brasil e no mundo**. Santa Cruz do Sul: AFUBRA. 1995.

SETOR comemora resultado da audiência. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 07 dez. 2004. Geral, p. 6.

SETÚBAL, Nero. Compra do fumo começa de forma acanhada. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 13 jan. 2004a. Rural, p. 8.

\_\_\_\_\_. Retenção da entrega de fumo irá continuar. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 21 jan. 2004b. Rural, p. 9.

\_\_\_\_\_. FETAG ratifica que não negociará com o SINDIFUMO. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 27 jul. 2004c. Geral, p. 3.

\_\_\_\_\_. FETAG mobiliza os fumicultores em busca de apoio da sociedade. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 19 nov. 2004d. Geral, p. 8.

\_\_\_\_\_. Setor fumageiro quer evitar aprovação emergencial. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 03 jun. 2005. Geral, p. 3.

SINDITABACO. Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco. **A entidade**. Disponível em: <<http://SINDITABACO.com.br/a-entidade/fundacao-e-historico-das-denominacoes>> Acesso em: 18 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Associadas**. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/a-entidade/associadas/>> Recuperado em 12 jan. 2017.

SOGOCIO, Maria Pompeu de Sousa Campos. **O Brasil Adverte: Fumar é Prejudicial à Saúde: Análise do Processo de Ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**. 2008. 145f. Dissertação (Mestrado em Diplomacia). Diplomacia, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2008.

SOUZA CRUZ. **Sistema Integrado de Produção de Tabaco**. Disponível em: <<https://www.produtorsouzacruz.com.br/conheca-o-sistema-integrado>> Acesso em: 29 mar. 2016.

SPINK, Mary Jane Paris; LISBOA, Milena Silva; RIBEIRO, Flávia Regina Guedes. A construção do tabagismo como problema de Saúde Pública: uma confluência entre interesses políticos e processos de legitimação científica. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v. 13, n.29, p.353-65, abr./jun. 2009.

TESCHE, Otto. Produtores de fumo elaboram carta aberta. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 19 fev. 2002. Regional, p. 6.

\_\_\_\_\_. Setor se articula contra a Convenção-Quadro. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 10 set. 2004. Regional, p. 6.

\_\_\_\_\_. Acerto sobre preço do tabaco fica para janeiro. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 16 dez. 2016. Geral, p. 13.

TEXTO restringe participação de empresas. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 15 set. 2004. País/Mundo, p. 14.

TROIAN, A., EICHLER, M. L., DAL SOGLIO, F. K. A Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) as percepções de produtores de tabaco e agentes de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 10, n. 1, p. 281-304, jan./abr. 2014.

VARGAS, Marco Antonio; OLIVEIRA, Bruno Ferreira de. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **RESR**, Piracicaba, v. 50, n. 1, p. 175-192, jan./mar. 2012.

VOGT, Olgário Paulo. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849 – 1993)**. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 1997.

WHO. World Health Organization. **History of the World Health Organization Framework Convention on Tobacco Control**. Genebra, Suíça: WHO Press, 2009.

## **APÊNDICE A – RELATO DOS ACONTECIMENTOS NO JOGO SOCIAL DA FUMICULTURA NO VALE DO RIO PARDO (VRP) DE 2003 A 2005**

No Vale do Rio Pardo/RS, historicamente, as corporações do tabaco e atores sociais a esta ligados, mantêm mais ou menos inalteradas as genoestruturas do jogo social analisado. Isso é possível mediante a utilização de seus recursos de poder, sobretudo o econômico. A possibilidade de uma política de controle do tabaco a nível global provocou a mobilização dessa indústria para garantir a continuidade da obtenção de lucro. A partir daí, estabeleceram-se diferentes relações de conflito e cooperação entre atores interessados neste jogo social. Os fatos sociais que foram produzidos neste período fornecem bases para a análise dos interesses dos atores sociais na fumicultura no Vale do Rio Pardo/RS.

### **A proposição e confecção de uma política global de controle do tabagismo: o Brasil na liderança das negociações**

No ano de 1993 iniciaram as discussões sobre a viabilidade de um acordo internacional para o controle do tabaco. Em outubro de 1994 durante a 9ª conferência mundial sobre tabagismo e saúde, realizada em Paris, foi determinada a urgência em criar esse instrumento internacional para tal controle. No ano seguinte, 1995, uma resolução aprovada na 48ª Assembleia Mundial de Saúde<sup>18</sup> (AMS) oficializou a concepção de uma estratégia internacional para o controle do tabaco. Finalmente, em 1996, a AMS deliberou a preparação para uma Convenção-Quadro que atentasse ao controle do tabaco ao Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) (WHO, 2009).

Vários países já possuíam internamente ações com vistas à redução do consumo de produtos derivados do tabaco. Porém, na visão dos dirigentes dos órgãos de saúde dessas nações e da OMS, apenas ações a nível global poderiam efetivamente fazer frente à epidemia do tabagismo, maior causa evitável de mortes no mundo. Essas ações se faziam necessárias, porque as corporações do tabaco atuam no mercado mundial e possuem estratégias de produção,

---

<sup>18</sup> A Assembleia Mundial da Saúde é o principal órgão decisório da OMS. Participam nela delegações de todos os estados-membros da OMS; ocupa-se de uma agenda específica da saúde, preparada pelo Conselho Executivo. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/events/governance/wha/en/> Acesso em 02 dez. 2016.

distribuição e de *marketing* e propaganda que superam facilmente as ações antitabagistas localizadas (WHO, 2009).

Em 1999, durante a 52ª Assembleia Mundial da Saúde, a diretoria da OMS, juntamente com representantes dos Estados Membros da Organização das Nações Unidas (ONU), propôs a adoção do primeiro Tratado internacional de saúde pública da história, com o objetivo de frear o tabagismo e suas consequências à saúde humana. No ano seguinte, constituiu-se o Órgão de Negociação Intergovernamental (ONI), composto pelos 192 estados-membros da OMS para a discussão e construção dos termos do Tratado. O ONI foi presidido pelo então embaixador brasileiro Celso Amorim, de outubro de 2000 até novembro de 2001; e por Luiz Felipe de Seixas Corrêa, a quem coube a presidência no estágio final dos trabalhos do Órgão, de março de 2002 a maio de 2003. O processo foi iniciado por Audiências Públicas convocadas pela OMS, que intencionaram ouvir as partes interessadas na Convenção-Quadro. No total, 144 organizações, incluindo representantes da indústria, produtores de tabaco, consumidores e organizações de saúde pública participaram daquele debate (SOGOCIO, 2008).

O Anuário Brasileiro do Tabaco<sup>19</sup> (1997, p. 36), através da matéria “Alvo de campanhas tabagistas”, trouxe duras críticas do então presidente do Sindicato da Indústria do Fumo (SINDIFUMO)<sup>20</sup>, Sr. Hélio Fensterseifer, às organizações antitabagistas e suas proposições de políticas de controle ao tabaco<sup>21</sup> (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 1997, p. 36).

De maneira similar ao SINDIFUMO, a direção da *International Tobacco Growers' Association* (ITGA), entidade representativa dos produtores de fumo em nível mundial, reiterou sua posição contra as tratativas da OMS para firmar um acordo internacional. Para a ITGA esse Tratado visava acabar com a cultura do fumo. Essas afirmações foram feitas em um encontro da cúpula da organização em Santa Cruz do Sul que contou com a presença de dirigentes da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), com quem a ITGA possui uma estreita relação. Segundo parecer da AFUBRA, inexistia uma atividade agrícola substituta ao tabaco devido à baixa oscilação de preços deste produto no mercado e ao financiamento do produtor proporcionado pelo Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT). Desta forma, para a direção da associação dos fumicultores, o Tratado, que na época era chamado de Convenção

---

<sup>19</sup> O Anuário Brasileiro do Tabaco é produzido pela editora Gazeta, pertencente ao Grupo Gazeta de Comunicação, também proprietário do periódico Gazeta do Sul. Trata-se de uma publicação bilíngue (português e inglês) e emite informações e opiniões advindas, principalmente, das indústrias fumageiras sobre os principais acontecimentos do setor produtivo no ano a que se refere, bem como as expectativas futuras.

<sup>20</sup> O sindicato foi fundado em 1947 sob a denominação de Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo), mas em 2008, a entidade passou a ser denominada como Sinditabaco devido, principalmente, a proximidade da grafia do termo “tabaco” com sua tradução em inglês: *tobacco*.

<sup>21</sup> A reportagem exibe a fotografia de uma pessoa fumando e a frase destacada: “Fumicultura brasileira também está sendo perseguida por movimentos que procuram associar cigarro a problemas de saúde”.

Internacional para o Controle do Tabaco, representaria o caos social e econômico para as regiões fumicultoras, especialmente, aos produtores rurais (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2000).

Através de seus embaixadores, o Brasil era um dos líderes nas negociações do Tratado internacional junto à OMS; internamente atores ligados ao setor produtivo do fumo faziam oposição a essas propostas. Em reportagem intitulada “Informação freia o antitabagismo” (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2001, p. 52), o então presidente da AFUBRA, Sr. Hainsi Gralow, afirmou que o embaixador Celso Amorim havia sido orientado apenas por um lado da história: os órgãos de saúde e demais organizações contrárias ao tabaco. Com o respaldo da AFUBRA, a direção da ITGA alertou o embaixador brasileiro para a importância social e econômica da produção. Os argumentos que foram levados em reuniões com o presidente do Órgão de Negociação Intergovernamental (ONI) relatavam o número de empregos gerados no campo e na indústria; o rendimento financeiro aos agricultores em pequenas áreas de terra; a geração de divisas com a exportação; e a arrecadação de tributos para os países produtores e exportadores. Segundo o presidente da AFUBRA, tais argumentos fizeram com que a ONI brecasse a “campanha” contra o fumo (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2001, p. 52).

A direção da AFUBRA, através da utilização de seus recursos políticos, acervo de valores e de conhecimentos disseminou, conforme sua explicação situacional, as informações sobre a constituição do Tratado internacional antitabagista. Com isso mobilizou, principalmente no VRP, os fumicultores e a sociedade em geral contra a Convenção-Quadro.

Em fevereiro de 2002, foi veiculada no jornal Gazeta do Sul matéria com a chamada de capa: “Carta aberta pretende evitar o caos no fumo” (TESCHE, 2002, p. 6). A notícia dava conta do acontecimento da palestra “O fumo no mundo”, ministrada pelo Sr. Hainsi Gralow, presidente da AFUBRA, que teve como enfoque o Tratado da OMS durante a 6ª Festa Municipal do Fumo<sup>22</sup>, realizada em 2002 no interior de Venâncio Aires. Logo após a palestra, os fumicultores presentes, juntamente com Gralow, elaboraram uma carta aberta às autoridades. Não houve debate entre os fumicultores, a única situação apresentada e lavrada na carta foi a da presidência da AFUBRA (TESCHE, 2002, p. 6).

Segundo o periódico, com a carta idealizada a partir da fala do presidente da AFUBRA, os produtores objetivaram “mostrar a sua preocupação em relação ao pretendido desmonte do

---

<sup>22</sup> A Festa Municipal do Fumo envolve as seguintes localidades do interior do município de Venâncio Aires: Linha Tangerinas, Linha Hansel, Linha Bem Feita, Linha Sapé e Vila Arlindo. Acontece de forma itinerante nesses locais, com periodicidade bianual. Em sua programação, geralmente, acontecem falas de autoridades presentes, como presidentes de sindicatos de produtores rurais, representantes dos agricultores, e políticos identificados com a fumicultura municipal e regional.

setor devido às campanhas antitabagistas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde” (TESCHE, 2002, p. 6). Às declarações, foi anexado um abaixo assinado coletado na região do VRP, que foi apresentado em audiências com o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e outras autoridades. A partir deste momento, a imprensa corporativa do VRP passou a veicular reportagens contendo informações sobre a proposição do Tratado internacional de controle de tabaco. Nelas, os periódicos ressaltaram a importância do fumo para a região, e as ações da AFUBRA, SINDIFUMO e prefeitos do VRP para repudiar o acordo (REETZ, 2002a, p. 8; REUNIÃO..., 2002).

Em outubro de 2002 houve o último encontro promovido pela diretoria da OMS, em Genebra, para definição do anteprojeto do futuro Tratado internacional, sendo que a apresentação de um texto final do acordo estava prevista para o início de 2003. A Gazeta do Sul trouxe no dia 16 daquele mês uma matéria cuja chamada de capa alertava que o encontro da OMS fecharia o cerco contra o tabaco. Na notícia, em tom de preocupação, o jornalista menciona que além de uma série de medidas para reduzir o consumo de derivados de tabaco, havia a intenção de reduzir a oferta de fumo no mercado. Porém, a publicação não esclarece quais seriam as ações previstas para essa redução na produção de fumo e nem ao menos a fonte de base para tal afirmação; apenas relaciona imediatamente tal fato com a posição brasileira como segundo maior produtor mundial de fumo e a importância econômica do produto para a região do VRP (REETZ, 2002b, p. 11).

Na mesma matéria há uma nota, não comentada pela jornalista, que dá conta de uma denúncia feita naquela semana por pessoas de mais de 70 Organizações Não-Governamentais (ONG's) de todo o mundo, incluindo a brasileira Rede Tabaco Zero, contestando a influência da indústria para impedir a conclusão do acordo internacional para o controle do tabaco. As ONG's acusaram as empresas Philip Morris, Japan Tobacco e Brithish American Tobacco (BAT), esta última controladora acionária da Souza Cruz, de utilizarem seus recursos políticos e econômicos para convencer países a tomar posições que enfraqueçam o acordo. O relatório dessas organizações também mostrou que alguns governos, como do país africano Malawi foram subornados para que adotassem políticas que retardassem a conclusão do Tratado internacional. Quanto ao Brasil, a alegação do grupo era de que pessoas das indústrias e da AFUBRA estavam incentivando os fumicultores gaúchos a protestarem contra o acordo, e contra o fato de o país presidir as negociações (REETZ, 2002b, p. 11).

A direção da AFUBRA e do SINDIFUMO estabeleceram relações de cooperação nesse momento, os alertas que incentivavam os agricultores da região a manifestarem-se eram transmitidos unicamente pela associação dos fumicultores. É possível inferir que tal



posicionamento se tratou de uma estratégia para produzir acumulação para ambos atores sociais utilizando a proximidade da AFUBRA com os agricultores e os recursos políticos e organizacionais mobilizados.

O Anuário Brasileiro do Tabaco de 2002, também produzido pelo Grupo Gazeta de Comunicações, não repetiu o tom de preocupação quanto à formulação da Convenção-Quadro difundido na região através do jornal Gazeta do Sul. Em reportagem concedida à revista, o presidente da AFUBRA disse que a reunião da OMS de outubro daquele ano foi tranquilizadora para o setor do tabaco, principalmente, por trocar o discurso de “erradicação” por “controle”, o que seria fruto das contestações realizadas. O Sr. Gralow afirmou:

A elaboração de um texto moderado para servir de base à Convenção de Princípios sobre o Controle do Tabaco, que estabelecerá normas sobre o consumo de fumo e de derivados no mundo, é clara demonstração de que os argumentos irrefutáveis da cadeia produtiva estão sendo acatados pela grande maioria dos países produtores e/ou consumidores (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2002, p. 58).

Enquanto a Gazeta do Sul circula no VRP, o Anuário do Tabaco, que é produzido em publicação bilíngue, tem grande parte de sua tiragem encomendada pelo SINDIFUMO e pelas indústrias. Essa revista é distribuída por esses para seus parceiros comerciais ao redor do mundo como forma de divulgação da fumicultura brasileira. Quanto à imparcialidade e descaso com o fumicultor o Anuário é criticado pela direção do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA):

Antes de ser um veículo de comunicação preocupado com a realidade dos agricultores que plantam tabaco, a revista é uma fiel “porta-voz” das indústrias fumageiras que, por meio de entrevistas com representantes de sindicatos e associações que têm estreita relação com as grandes tabacaleiras (...). Desta forma, retrata, por meio dessa publicação, uma visão um tanto distorcida e nada imparcial sobre a realidade dos produtores de fumo no Brasil. (...) A revista é um folhetim das grandes tabacaleiras respaldado pelos sindicatos e associações patronais (INCA, 2015).

Similar explicação situacional, por parte do SINDITABACO, também estampa o Anuário Brasileiro do Tabaco de 2002. Nela, o presidente do sindicato, Claudio Henn, comemora que nas discussões da elaboração do Tratado ficou concluída a impossibilidade de financiamento aos fumicultores que desejassem deixar a fumicultura para produzirem alimentos. O líder da entidade afirma na entrevista que “os fortes grupos antitabagistas internacionais não tiveram êxito em uma proposta estratégica que buscava financiar a reconversão produtiva para a área de alimentos nas pequenas propriedades fumicultoras em todo o mundo” (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2002, p. 60). Segundo a revista, o motivo para não ter avançado a proposta de criar um fundo mundial para reconversão através de recursos internacionais foi a percepção de inviabilidade da mesma. Para o Sr. Claudio Henn, outro fator determinante para tal consenso, foi a participação do setor produtivo do tabaco na

reunião da OMS, em que foi demonstrado que há um Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) que dá suporte aos produtores rurais, da semente à responsabilidade social e, com outra cultura tal sistema desapareceria (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2002, p. 60).

A mesma reportagem sobre o fundo de reconversão produtiva também trouxe a posição do presidente da AFUBRA. O dirigente da entidade, que afirma que desde sua constituição apoia a diversificação das propriedades fumicultoras (SEFRIN, 1995), disse em tom otimista acreditar que as decisões a serem ratificadas em Genebra até o início de 2003 irão acabar com o debate sobre a reconversão produtiva. Quanto ao assunto, o Sr. Hainsi Gralow afirmou: “Nossos fumicultores podem ficar tranquilos, este tema, por um bom tempo, está superado pela sua inviabilidade” (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2002, p. 60).

No início de 2003 foi divulgada a proposta de texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), que fora redigida pelo embaixador brasileiro Luiz Felipe de Seixas Corrêa, e elaborada a partir das discussões nas reuniões da ONI. A notícia da Gazeta do Sul de 16 de janeiro daquele ano informa que a diretora da OMS aprovou o texto e solicitou que os demais países adotassem a redação apresentada como redação final do Tratado. Apesar da satisfação da OMS com os termos do acordo, ONG's antitabagistas os julgaram como demasiadamente brandos. Dentre essas organizações estava a brasileira Rede Tabaco Zero, presidida pela ativista Paula Johns. As críticas ao texto foram, principalmente, quanto à publicidade de cigarros, uma vez que ficou previsto apenas sua limitação e não a gradual eliminação como defendiam as organizações antitabagistas (BRASIL ..., 2003).

Face a essas críticas, o embaixador brasileiro reconheceu ser uma Convenção menos dura, mas de acordo com ele, com maior possibilidade de ratificação pelos países, já que muitas nações poderiam não aderir a um Tratado mais enérgico, o que seria uma morte virtual de todo o esforço de negociação (BRASIL ..., 2003). A influência das corporações de tabaco frente aos governos dos países fica clara no argumento do embaixador. Além disso, na constituição do Tratado o *lobby* das indústrias e de representantes de fumicultores em relação de cooperação com essas, como a AFUBRA e ITGA, refletiram no texto final.

O presidente da AFUBRA se mostrou otimista sobre o texto apresentado. Segundo Gralow os termos previstos não eram mais radicais que as medidas já praticadas no Brasil no que se refere a limitações na publicidade de cigarros. O presidente da associação elogiou o trabalho diplomático feito pelo embaixador Seixas Corrêa por acreditar que sem essa capacidade de negociação do representante brasileiro, a diretora da OMS, Sra. Gro Harlem Brundtland, jamais aceitaria um texto considerado *light* pelo dirigente da Associação. Em sua análise situacional o Sr. Hainsi Gralow destaca que o grande ponto positivo do documento foi

o fato de “o embaixador não ter cedido à pressão dos antitabagistas e de ter retirado uma cláusula que determinava que a saúde deveria ter prioridade sobre o comércio, caso existissem leis conflitantes no que se refere ao tabaco (SCHNEIDER, 2003a, p. 9).

Conforme o presidente da AFUBRA, a CQCT seria assinada até maio de 2003. Para Gralow, mesmo que seu texto não seja tão radical e não faça referência direta à produção de tabaco, suas tratativas merecem a atenção de toda a região fumicultora, pois só trará prejuízos aos agricultores por buscar redução de consumo do produto (SCHNEIDER, 2003a, p. 9). Fica perceptível, pelos termos da Convenção terem sido mais brandos do que o previsto, o resultado da articulação e *lobby* de atores sociais com interesse de rejeição ao acordo, através da utilização de seus recursos de poder. As jogadas realizadas com relações de cooperação entre esses atores gerou acumulação dentro do processo de produção social, em oposição aos atores sociais com interesse de apoio ao Tratado que tiveram uma desacumulação de recursos, devido ao texto prever ações que ficaram aquém de seus objetivos.

### **Contestações dos fumicultores contra as indústrias no verão de 2003**

De forma paralela às discussões da constituição da Convenção-Quadro, a imprensa corporativa do VRP passou a noticiar entre os meses de janeiro e fevereiro de 2003 protestos de fumicultores liderados pelo então recém constituído na região Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). No final de janeiro o ativista francês e representante da via campesina<sup>23</sup> internacional, José Bové, que participava do Fórum Social Mundial em Porto Alegre visitou lavoras de produção de fumo no VRP. Ele foi até a região a convite dos dirigentes do MPA para conhecer a realidade desses agricultores. Ele afirmou que os fumicultores são submissos, desconhecem os lucros da indústria e a realidade do mercado. Bové também questionou o fato dos fumicultores serem submetidos a jornadas de trabalho exaustivas, além de terem que obedecer ao procedimento de trabalho imposto pelo sistema integrado, tal como se fossem empregados dessas corporações, sem possuírem direitos trabalhistas, ou receberem

---

<sup>23</sup> Fundada no ano de 1993 na Bélgica, a Via Campesina é um movimento autônomo e plural que surgiu em defesa da agricultura sustentável como forma de promover a justiça social e dignidade dos camponeses em oposição aos interesses das corporações multinacionais do agronegócio que oprimem esses grupos e destroem os bens naturais. Em virtude das lutas que trava, reúne hoje milhões de camponeses, pequenos agricultores, estudantes, sem-terra, povos indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas do mundo todo. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44>> Acesso em 22 nov. 2016.

remunerações compatíveis por tais atividades (SCHNEIDER, 2003b, p. 5). No período da visita de José Bové estava ocorrendo as negociações para reajuste do preço do tabaco com fortes pressões dos fumicultores às indústrias, apoiados pelos integrantes do MPA.

O jornal Folha do Mate, de Venâncio Aires, publicou em fevereiro de 2003 a primeira matéria relevante para a fumicultura regional desde o início do período consultado, e esta foi sobre uma mobilização organizada pela direção do MPA. A reportagem teve como manchete de capa “Invasões marcam a estreia do MPA nas negociações do fumo” (INVASÕES..., 2005, capa), em tom de desprestígio ao Movimento e aos fumicultores que participaram da mobilização. Mais de 500 produtores de tabaco participaram de uma marcha pelo centro de Venâncio Aires que se estendeu até as dependências da empresa fumageira Dimon Tabacos Ltda. e depois seguiram de ônibus até a sede do SINDIFUMO em Santa Cruz do Sul. Nos dois locais, os manifestantes não foram recebidos por dirigentes das organizações e ocuparam suas dependências, onde entregaram panfletos com as reivindicações do grupo. Segundo a matéria, as principais solicitações eram: melhorias no preço pago ao fumicultor com adicional de insalubridade pelo manuseio de agrotóxicos; renegociação das dívidas; classificação do produto na propriedade rural; liberdade para o agricultor adquirir insumos fora do SIPT; e a migração do modelo tecnológico utilizado para a produção orgânica. Uma carta com tais reivindicações também foi dirigida especialmente ao presidente do Sindicato das Indústrias, Claudio Henn (OLIVEIRA, 2003a, p. 10).

As negociações das condições de contratação e preço do fumo<sup>24</sup> a ser pago aos agricultores não contou com a participação de representantes do MPA. Isto porque o Movimento não é reconhecido pelo SINDIFUMO como representante dos fumicultores nessas tratativas. Ao término das negociações da safra 2003 ficou estabelecido o índice de 29% de aumento, bem abaixo dos 100% solicitado pelos dirigentes do MPA, que argumentavam a grande elevação do custo de produção para aquela safra. Os demais pedidos feitos pelos agricultores em suas reivindicação também não foram atendidos (SCHNEIDER, 2003c, p. 18).

Os diretores da AFUBRA e das Federações de Agricultura e de Trabalhadores Rurais também haviam solicitado um aumento superior ao ofertado pela direção do SINDIFUMO e não concordaram com o percentual oferecido. Ou seja, a definição de preços a serem pagos aos fumicultores tratou-se de uma decisão unilateral por parte de diretores das indústrias e de seu

---

<sup>24</sup> O preço a ser pago pelo tabaco ao produtor tem a cada safra sua correção negociada entre as empresas, representadas pelo Sindifumo e os fumicultores, representados pela AFUBRA, pelas Federações dos Trabalhadores Rurais dos três estados sulinos (FETAG, FETAESC e FETAEP) e pelas Federações da Agricultura dos três estados do Sul (FARSUL, FAESC e FAEP).

sindicato, sem a concordância dos representantes dos fumicultores com direito de participar das negociações (SCHNEIDER, 2003c, p. 18). Muito embora esses representantes, durante toda a safra de 2003, procuraram reabrir as tratativas, em nenhum momento apoiaram as manifestações dos fumicultores organizadas pelo MPA.

### **Aprovação do texto final da Convenção-Quadro**

No mês de fevereiro de 2003 retornaram as notícias sobre a confecção do texto da CQCT, dando conta da ocorrência de uma reunião final em Genebra antes da aprovação da redação final do Tratado de controle do tabaco (ACORDO TEM..., 2003, p.10). Durante o encontro foi destacada a liderança brasileira na condução do acordo. Para a diretora da OMS, foi essencial que um país como o Brasil, que ao mesmo tempo era um líder em questões relacionadas a saúde pública no mundo, e segundo maior exportador mundial de tabaco tenha desempenhado papel tão importante nesse processo. Conforme a matéria, passavam das três horas da manhã de sábado quando o presidente das negociações, Luís Felipe Seixas Corrêa, “bateu o martelo e concluiu um trabalho de mais de 4 anos. Estava finalizado o primeiro Tratado internacional sobre saúde pública, que obriga os países a impor restrições ao comércio, propaganda e distribuição dos produtos” (ACORDO SOBRE..., 2003, p. 12).

O texto aprovado, que permaneceu como redação definitiva da Convenção-Quadro ressalta que o objetivo do Tratado é:

proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências [sic] sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco (BRASIL, 2003, p. 4).

Dentre os principais pontos do documento, destaca-se a cooperação internacional para a elaboração, atualização e execução de políticas de controle do tabaco; e a proteção das políticas nacionais contra os interesses da indústria do tabaco. As medidas previstas têm a pretensão de: reduzir a demanda por tabaco; reduzir a oferta de produtos oriundos do tabaco; proteger o meio ambiente; incluir questões de responsabilidade civil e penal nas políticas de controle do tabaco; e fomentar cooperação técnica, científica e intercâmbio de informação entre as Partes (BRASIL, 2003).

O texto ainda seria votado pelas nações após sua apresentação na Assembleia Mundial de Saúde em maio de 2003. Além disso, a Convenção-Quadro somente entraria em vigor após 90 dias do momento que fosse ratificada por, no mínimo, 40 países. Esta ratificação ocorreria conforme as legislações internas de cada país-membro das Nações Unidas (ACORDO SOBRE..., 2003, p. 12).

A Gazeta do Sul de 22 de maio de 2003 destaca a aprovação por unanimidade do texto da CQCT, oficializado no dia anterior, durante a 66ª Assembleia Mundial de Saúde. A diretora da OMS, Gro Harlem Brundtland, enfatizou que esse que era o primeiro Tratado internacional no campo da saúde foi uma decisão que iria salvar milhões de vidas. Ela afirmou que o cigarro mata por ano 4,9 milhões de pessoas no mundo. Além disso, a matéria relata a preocupação do condutor da constituição do texto, Luiz Felipe Seixas Corrêa, quanto a dúvida se países como Estados Unidos, Alemanha e China que respondiam juntos a cerca de 40% do número de fumantes no mundo iriam ratificar a Convenção-Quadro, já que não deram garantia disso durante as negociações. O embaixador brasileiro também previu que ao menos um ano decorreria até que a CQCT entrasse em vigor, ou seja, mediante a ratificação de no mínimo 40 nações (APROVADO..., 2003, p. 14).

### **Enquanto isso, na terra do fumo...**

A aprovação do texto da CQCT não teve muita repercussão pela imprensa corporativa do VRP, que passou a veicular matérias que promoviam o setor produtivo do tabaco. Os principais destaques foram a expansão da empresa Souza Cruz, a importância econômica dela para o VRP e as homenagens à empresa por seu pioneirismo na criação do sistema integrado. O jornal Gazeta do Sul, com a manchete de capa “100 anos de Souza Cruz: inaugurada a mais moderna fábrica de cigarro da América” trouxe um encarte especial sobre a história da empresa em que ressalta a importância dos investimentos dessa corporação para o estado do Rio Grande do Sul. Há, inclusive, uma homenagem da AFUBRA à empresa, afirmando que a fábrica localizada em Cachoeirinha/RS iria gerar riquezas, empregos, e um meio ambiente melhor em decorrência da criação de um parque ecológico em parte do terreno à ela destinada (A NOVA..., 2003).

Outra matéria deste periódico problematizou a restrição da participação de empresas do setor do tabaco nas ações oriundas do Tratado, e das relações entre essas empresas e o governo.

O texto da Convenção proibia, inclusive, que essas indústrias participassem de programas sociais públicos, como o Fome Zero, existente no Brasil naquele período. Sobre esse programa, a matéria jornalística ressaltou que a Souza Cruz pretendia doar 100 toneladas de alimentos por mês, e nos últimos meses havia distribuído alimentos à prefeituras (TEXTO..., 2003, p. 14). O jornal Folha do Mate também destaca a contribuição de outra indústria do tabaco ao programa Fome Zero, desta vez a CTA – Continental Tobaccos Alliance S.A., situada no município de Venâncio Aires: “Reforçando sua posição de vanguarda em ações de responsabilidade social no Município, a CTA Continental Tobaccos Alliance é uma das primeiras empresas locais a contribuir com os “Parceiros do Fome Zero”” (OLIVEIRA, 2003b, p. 3).

Para a diretora da OMS: “Governos não devem receber doações desse tipo de empresa, pois essas supostas doações vêm acompanhadas de pressões e de poder de influenciar as decisões do governo” (TEXTO..., 2003, p. 14). A posição da OMS é de que aceitando qualquer tipo de apoio do setor tabagista, o governo criaria uma relação que no futuro poderia o obrigar a tomar decisões que não prejudicassem essas empresas. Humberto Costa, então Ministro da Saúde, reconheceu que o tema das doações dessas indústrias necessitava de amplo debate pelo governo brasileiro, que ainda precisava fazer uma análise mais aprofundada da CQCT, e ter uma linha única de ação, de acordo com o Tratado que iria assinar (TEXTO..., 2003, p. 14). Doações como as acima exemplificadas são demonstrações da utilização de recursos econômicos pelas indústrias para acumulações de outros recursos de poder e acervos de valores, e possibilitar a produção de novos fatos sociais no jogo.

Em paralelo ao andamento da constituição do acordo para o controle do tabaco, ainda se desenrolava a comercialização da safra 2003, muito tumultuada devido aos impasses entre produtores e empresas. Nos primeiros meses de comercialização não houve o estabelecimento de um acordo de preço a ser pago pelo produto, permanecendo aquele oferecido unilateralmente pelo SINDIFUMO; e nos últimos meses de comercialização, em virtude de uma elevação na demanda internacional de fumo, ocorreu a oferta extraoficial de valores maiores do que os anteriormente fixados pelo produto. Através de “leilões de fumo” as indústrias ignoraram os volumes de produção estabelecidos nos contratos de compra e venda e não corrigiram o baixo valor pago aos agricultores que venderam sua produção no início da safra, fato que gerou grande insatisfação dentre estes (PRODUTORES..., 2003, p. 33).

Os produtores que se sentiram prejudicados reivindicaram um complemento de valor sobre o montante já comercializado, negado pelas diretorias das indústrias e pelo

SINDIFUMO<sup>25</sup>. De acordo com matéria veiculada na Gazeta do Sul, tal situação colocou em xeque a continuidade do sistema integrado. Durante Assembleia Geral da FETAG, o presidente da entidade, Ezídio Pinheiro, levantou a hipótese de que, em caso do término do SIPT, deveria ser organizada uma cooperativa de produtores. Na mesma data, 26 de maio de 2003, em reunião dos fumicultores ligados à FETAG com o SINDIFUMO, o presidente do sindicato das indústrias sentiu-se ameaçado pelos produtores e bradou: “Não adianta ameaçar com o fim do sistema integrado. Caso isso aconteça, o produtor será o principal prejudicado. Haverá o leilão do fumo e quando tiver produto no mercado o fumicultor não vai conseguir vender” (PRODUTORES..., 2003, p. 33). Face às declarações do Sr. Claudio Henn os produtores recuaram, afirmando não serem contra o SIPT, mas contra as diferenças nos preços registrados durante a safra.

**Figura 15 – Comunicado do SINDIFUMO sobre a finalização das negociações do preço do fumo**

**COMUNICADO**

**Preço do Fumo**


O Sindicato da Indústria do Fumo (SINDIFUMO), diante da polêmica em torno do assunto PREÇO DO FUMO, vem comunicar o seguinte:

- A safra de fumo 2002/2003, em fase final de comercialização, ao contrário da anterior, teve grande diminuição de produtividade e, conseqüentemente, uma quebra de cerca de 100 mil toneladas, devendo totalizar ao redor de 600 mil toneladas, volume bem inferior a previsão inicial de 700 mil toneladas;
- A qualidade desta safra, entretanto, apresentou-se excelente, o que proporcionou remuneração superior aos valores acordados do Protocolo firmado com as entidades representativas dos produtores (AFUBRA, FETAG, FARSUL, FETAESC, FAESC, FETAEP E FAEP);
- A grande demanda pelo fumo brasileiro, aliada à expressiva quebra de safra, motivou forte ação de atravessadores e de empresas que não atuam no sistema integrado, as quais não têm nenhum compromisso com os produtores e com o Sistema Integrado de Produção – vigente há mais de 80 anos – e atuam somente de forma oportunista;
- A ação desses “atravessadores” perturbou a comercialização do fumo nas últimas semanas, provocando fortes pressões de custo para as empresas que atuam no sistema integrado de produção, decorrentes das perdas do seu produto contratado junto aos seus produtores;
- O SINDIFUMO sente-se na obrigação de alertar aos produtores e às suas lideranças quanto aos seus compromissos com o futuro do Sistema Integrado de Produção, garantia de continuidade da fumicultura no Brasil e responsável por levar o país à condição de segundo maior produtor e de maior exportador mundial de fumo;
- Além disso, é importante que os produtores e suas lideranças tenham consciência de que esses “atravessadores” não assumem nenhum compromisso para as próximas safras, com relação à compra integral da produção, assistência técnica, fornecimento e financiamento de insumos e de custeio, repactuação de débitos, transporte da safra e, também, à remuneração com base em levantamentos de custos de produção;
- É importante lembrar que as empresas tradicionais e que atuam no Sistema Integrado de Produção sempre honraram os compromissos com seus produtores, independentemente do tamanho ou da qualidade das safras;

O SINDIFUMO sente-se no compromisso de assegurar a opinião pública e, principalmente, aos produtores de fumo e aos seus legítimos representantes, que o Sistema Integrado de Produção continuará sendo a base sólida da fumicultura no Sul do Brasil. A relação entre empresa e produtor de fumo, exemplo de sucesso deste importante segmento agroindustrial do Brasil, não deve ser prejudicada por ações oportunistas daqueles que não têm nenhum compromisso com o setor.

Diante disso, o SINDIFUMO – em respeito aos produtores e às suas lideranças e, também, para não criar falsas expectativas – considera que não há espaço para quaisquer discussões atinentes ao preço do fumo da atual safra.

Santa Cruz do Sul, 29 de Maio de 2003.



Fonte: COMUNICADO (2003, p. 7).

<sup>25</sup> Em casos de aumento do valor negociado pelo tabaco após o início da comercialização, os agricultores que efetuaram a venda recebem uma complementação de valor retroativa. Esta não fora realizada pela indústria na safra 2003, pois o preço oferecido acima da tabela não foi considerado como oficial pelas empresas.



Tal situação fez com que o SINDIFUMO emitisse em 29 de maio de 2003 um comunicado, publicado nos dois jornais consultados, e aqui reproduzido na Figura 15. Nele, o sindicato das indústrias ressalta que as estratégias de preços elevados das empresas foram consequência de uma inesperada frustração de safra e da ação de atravessadores oportunistas. A entidade enalteceu o sistema integrado, reafirmou que não reabriria a negociação de preço, e enfatizou que a mensagem se dirigia, principalmente, a fumicultores, e seus “legítimos representantes” (COMUNICADO..., 2003, p. 7). Com essa atitude, o SINDIFUMO assumiu como encerrada qualquer discussão sobre o tema do preço, e deu as costas às contestações dos fumicultores, ignorando mais uma vez as reivindicações do MPA, ao considerá-lo como ilegítimo.

### **Apoio do Governo Federal brasileiro à Convenção-Quadro**

Vários foram os fatores apontados para justificar a liderança brasileira nas negociações do texto do Tratado. O estudo de Sogocio (2008) teve como objeto a diplomacia brasileira nas tratativas da Convenção-Quadro. Conforme a autora, a legitimidade conferida ao Brasil se deu em razão de: o país já ser referência mundial com relação ao controle do tabagismo, ao possuir uma série de legislações e regulamentos que antecedem o acordo; a singularidade do Brasil, por ser um dos maiores produtores e exportadores de fumo e ao mesmo tempo implementar ações antitabagistas; o então crescente reconhecimento do país como ator relevante nas relações internacionais; e o reconhecimento internacional das capacidades de negociação dos embaixadores brasileiros, Celso Amorim e Luiz Felipe de Seixas Corrêa (SOGOCIO, 2008). Boa parte desses atributos também foram argumentados pela diretora da OMS, Sra. Gro Harlem Brundtland quando da aprovação do texto da CQCT (ACORDO SOBRE..., 2003, p. 12).

Após a conclusão dessa negociação e consequente aprovação do que viria a ser o texto definitivo da CQCT, abriu-se a assinatura aos países. O Brasil, na pessoa do presidente Lula, foi o segundo signatário do acordo; o assinou no primeiro dia disponível para tal ato, 16 de junho de 2003. Conforme o ordenamento jurídico brasileiro, os Tratados internacionais assinados são submetidos a aprovação pelo Congresso Nacional para a posterior ratificação (BRASIL, 2004b). Ou seja, ainda havia necessidade de sua tramitação e aprovação pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, para enfim ser sancionado pelo Presidente da República.

Quanto ao destaque brasileiro na composição de um acordo internacional e na imediata assinatura pela Presidência da República, é importante destacar que neste período o Brasil buscava maior reconhecimento e maior participação nas arenas de decisão global sob a liderança do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Um exemplo desse fato pôde ser visto na própria Gazeta do Sul, que retratou naquela época em reportagem de capa o encontro entre Lula e o então presidente estadunidense, George W. Bush sob a manchete: “Estados Unidos se rendem à liderança mundial do Brasil” (ESTADOS UNIDOS..., 2003, capa). A matéria trata do encontro dos dois presidentes na Casa Branca, que culminou em acordos de cooperação entre os países e no reconhecimento do governo do país da América do Norte quanto ao crescimento brasileiro enquanto importância política e econômica no mundo (LULA..., 2003, p. 17).

A condução de um acordo internacional que envolvia todos os Países Membros da ONU, contribuía para a acumulações de recursos políticos para o Brasil em um jogo social mais amplo do que o da fumicultura. Na região do Vale do Rio Pardo circularam informações de que a aprovação da CQCT estaria relacionada com a busca do Brasil por uma vaga no Conselho de Segurança da ONU (KOLECZA, 2005, p. 4; ESSI, 2005, p. 4).

Sobre a assinatura do Presidente da República à CQCT em junho de 2003, reportagem do Anuário Brasileiro do Tabaco mais uma vez suavizou a polêmica, afirmando que pouco se alteraria com o Tratado. A matéria “Tempestade em copo d’água” salienta que a legislação antitabagista brasileira já era uma das mais severas do mundo e que a maior alteração seria a criação de salvaguardas para que o fumicultor adotasse culturas alternativas, em caso de séria crise no setor do tabaco, situação que o presidente da AFUBRA nem cogitava ocorrer (ANUÁRIO..., 2003, p. 75). Os jornais da imprensa corporativa regional não abordaram mais o assunto, e focaram as notícias na promoção das empresas fumageiras, na renda gerada no VRP em virtude do setor produtivo, e no considerado *case* de sucesso, o SIPT (EMPRESA..., 2003, p. 12).

Segundo o presidente da AFUBRA, Hainsi Galow, o sistema integrado diferencia a produção de fumo das outras culturas, uma vez que o fato de garantir a compra dos volumes produzidos tranquiliza o agricultor. Além desses fatores, o fornecimento dos insumos agrícolas com pagamento após a colheita, e a assistência técnica da indústria durante toda a safra são apontados pelo dirigente da associação como grandes benefícios do SIPT e o grande segredo do sucesso da fumicultura no Sul do Brasil. Portanto, para Galow, é inviável a alteração da matriz produtiva em regiões como o VRP, pois outra cultura agrícola não irá dispor um sistema como esse. Segundo o dirigente da AFUBRA, “Se não fosse esse sistema de sintonia entre os

setores da cadeia produtiva, o Brasil não seria o que é dentro do cenário mundial da produção de fumo” (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2003, p. 118).

A edição de 2003 do Anuário Brasileiro do Tabaco traz uma reportagem que contém a entrevista de um fumicultor do município de Vera Cruz/RS, no VRP. Este afirma: “Se não fosse o sistema integrado, eu não estaria mais plantando fumo. Outra cultura não me daria os lucros e a tranquilidade que eu tenho ao produzir tabaco” (ANUÁRIO..., 2003, p. 121). A reportagem ainda afirma que o SIPT tem o significado de qualidade de vida aos fumicultores.

A imprensa corporativa do VRP, através de seus jornalistas, afirmou que o sistema integrado garantia o expressivo número de fumicultores e volume de tabaco produzido na região. Esse foi o período do relato aqui feito em que mais destaque o SIPT teve por essa imprensa. Isso ocorreu em um contexto imediatamente posterior à ameaça de grupos de fumicultores e atores sociais em criarem alternativas ao sistema vigente; e da discussão de culturas substitutas ao tabaco no âmbito da CQCT.

### **Tramitação da CQCT na câmara dos deputados ofuscada no Vale do Rio Pardo pela promoção do setor produtivo do tabaco.**

Durante o segundo semestre de 2003 as discussões acerca da Convenção-Quadro permaneceram esquecidas pela imprensa do VRP; no mês de agosto, apenas uma pequena nota informava a agenda de um seminário promovido pela câmara dos deputados. O Seminário Internacional sobre a Convenção-Quadro que ocorreu em 27 de agosto, no auditório do espaço cultural Zumbi dos Palmares, em Brasília, foi realizado a pedido de deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) que compunham a Comissão de Seguridade Social e Família (CÂMARA..., 2003, p. 10). Nas edições subsequentes o periódico não mencionou os resultados e debates desse Seminário, e nem mesmo a tramitação e votação da matéria pela Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados aprovou a ratificação brasileira à CQCT em maio de 2004, sob número de Projeto de Decreto Legislativo 1281/2004. Apenas alguns meses depois, quando a matéria foi apresentada no Senado Federal, sob Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004, é que foi veiculada a informação da aprovação nos dois jornais consultados, além do Anuário Brasileiro do Tabaco, que foi lançado após a CQCT já estar circulando no Senado (MÜLLER, TESCHER e SILVA, 2004, p. 6; ANUÁRIO..., 2004, p. 134).

De forma geral, as matérias que fizeram referência ao setor do tabaco neste período continuaram com o intuito de promoção e de otimismo em relação à fumicultura no VRP<sup>26</sup>. Em novembro de 2004, a Gazeta do Sul trouxe uma reportagem sobre o 9º Seminário Internacional do Tabaco, ocorrido em Porto Alegre, que contou com mais de 200 especialistas em fumo de todas as partes do mundo. A reportagem enfatizou que o VRP é o maior polo exportador de fumo no mundo e vitrine do setor no Brasil, e afirmou que os visitantes ficaram impressionados com a qualidade superior das plantas da região e teceram elogios ao sistema integrado existente no Sul do Brasil. O evento foi promovido por uma indústria chilena de fertilizantes em parceria com o SINDIFUMO e a AFUBRA (REGIÃO..., 2003, p. 8).

Naquele momento, foi oficializada a criação de um fórum de debates do setor produtivo fumageiro, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco. O dirigente da AFUBRA, Sr. Hainsi Gralow, foi nomeado como o primeiro presidente da Câmara. Além dessa entidade, outros representantes dos agricultores e das indústrias, Ministérios, Secretarias, e outras organizações compunham o fórum de discussões<sup>27</sup>. As reuniões da Câmara Setorial seriam realizadas de forma itinerante a cada 90 dias e teriam como objetivo o debate de pautas referentes à fumicultura e o encaminhamento de soluções conjuntas entre seus membros, organizados em grupos temáticos para tratar de temas específicos. Esta foi a 15ª câmara do agronegócio instalada pelo Governo Federal<sup>28</sup> (MÜLLER, 2003a, p. 27).

---

<sup>26</sup> Algumas das manchetes veiculadas no jornal Gazeta do Sul durante o segundo semestre de 2003, com vistas a demonstrar a importância e o otimismo em relação ao setor produtivo do tabaco: Safra de fumo 2004: produção deve crescer 30%"; "A vitrina da produção de tabaco Brasil é aqui"; "Previsão para a próxima safra será superada"; "Sindifumo estima colheita de 830 mil toneladas"; "Fumo: distrito industrial vira um canteiro de obras"; "Fumo deve liderar ranking das exportações".

<sup>27</sup> Integrava a Câmara Setorial do Fumo no momento de sua constituição os seguintes órgãos: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, Secretaria da Defesa Agropecuária, Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Banco do Brasil, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Saúde, Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul, Secretaria da Agricultura de Santa Catarina, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Organização das Cooperativas Brasileiras, Associação Brasileira dos Produtores de Sementes, Associação Brasileira da Indústria do Fumo, Agência de Promoção de Exportações do Brasil, Sindicato da Indústria do Fumo, Sindicato da Indústria do Fumo do Rio de Janeiro, Associação dos Fumicultores do Brasil, Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Afins, Associação Nacional de Defesa Vegetal, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul, Movimento dos Pequenos Agricultores, Central Única dos Trabalhadores e Sindicato da Indústria do Fumo da Bahia. A reportagem acrescenta que até a realização da primeira reunião, agendada para janeiro de 2004, o Ministério da Justiça também deverá ganhar representatividade dentro da Câmara Setorial. Disponível em: MUELLER, Igor. Gralow é o presidente da Câmara Setorial do Fumo. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 13 dez. 2003. Rural, p. 27.

<sup>28</sup> A criação das Câmaras Setoriais, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) está relacionada com a ideia de um agrupamento de representantes dos organismos, órgãos e entidades, públicas e privadas, que compõem os elos de uma cadeia produtiva do agronegócio. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas/informacoes-gerais>> Acesso em 26 dez. 2016.

Dentre as pautas de conflito entre os membros da Câmara Setorial, a edição da Gazeta do Sul destacou uma fala do representante do MPA sobre a relação de exploração entre indústria e fumicultor. Hainsi Gralow, da AFUBRA, falou da necessidade de melhor distribuição de renda entre os membros da cadeia produtiva do tabaco. Porém, com avaliação situacional distinta daquela do MPA, Gralow centralizou o problema na “fatia” arrecadada através de impostos pelo Governo, e não àquela correspondente às indústrias (GRALOW..., 2003, p. 27). Quanto a essa discussão, como já demonstrado no Quadro 5, é de apenas 2,43% a margem líquida que coube aos fumicultores com a venda total de cigarros no Brasil na safra de 2015. Um dos grupos temáticos criados no âmbito da Câmara Setorial do Tabaco teve o objeto da distribuição de renda, um segundo o contrabando de cigarros e um terceiro discutiria as relações do setor produtivo do tabaco com a OMS, com claro objetivo de contestar a Convenção-Quadro (CÂMARA..., 2004, p. 8).

### **Impasse entre fumicultores e indústrias na negociação do preço do fumo para a safra 2004**

Os principais fatos noticiados na imprensa regional no início de 2004 se referem aos impasses entre fumicultores e a indústria do tabaco. Os embates aconteceram em virtude da insatisfatória negociação sobre os valores praticados na venda da safra 2004, e ao rigor das empresas na classificação do fumo<sup>29</sup>. As empresas argumentaram a impossibilidade de melhor remunerar os fumicultores pelo recorde de produção e conseqüente grande oferta de tabaco para as indústrias.

No dia 09 de janeiro de 2004 foi realizada, na sede da Federação de Agricultura do Estado de Santa Catarina (FAESC), em Florianópolis, a primeira reunião entre representantes dos fumicultores (AFUBRA, Federações de Agricultura e de Trabalhadores na Agricultura) e das indústrias (SINDIFUMO) para a definição do preço do tabaco para aquela safra. O encontro, que perdurou 4 horas com momentos de tensão entre as partes, não resultou em nenhum acordo.

---

<sup>29</sup> Há uma classificação do tabaco feita pela indústria, que leva em conta seus aspectos quanto a posição na planta, coloração e qualidade conforme Instrução Normativa Nº 10 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2007). Há um valor fixado para cada classificação, que a cada safra tem sua correção negociada entre as empresas e os representantes dos fumicultores. Essa classificação é dada na empresa por um “comprador de fumo” em presença do fumicultor. Embora haja uma instrução normativa que balize essa classificação, esta pode variar e é alvo de negociação entre as partes. Em safras que as empresas alegam menor demanda por tabaco, a classificação se torna mais rígida, ao passo que uma demanda maior também confere menor rigor na definição da classe a ser paga.

Os representantes dos fumicultores solicitaram um aumento de 79,2% em relação à safra anterior. Esse percentual foi requerido em virtude do expressivo aumento de valores dos insumos agrícolas e outros custos de produção, o que culminaria em um preço máximo de R\$ 112,65 pela arroba do fumo de maior qualidade (BO1). Porém, o Sindicato das indústrias ofereceu apenas 17,6%, percentual que passou a ser aplicado provisoriamente a partir do dia 12 de janeiro, data de início da compra daquela safra, com o preço máximo de R\$ 73,95 por arroba do tabaco tipo BO1. O presidente da AFUBRA e demais representantes dos fumicultores ficaram frustrados com a proposta do SINDIFUMO que, segundo eles, se fez presente na reunião sem o intuito de negociar, mas apenas de anunciar um termo unilateral a ser efetivado. Parte da variação abrupta entre as duas propostas decorreu das distintas formas de cálculo utilizadas pelas partes: as empresas não contabilizaram o reajuste feito no final da safra 2003, sob a alegação de que este preço era apenas valor da ocasião da baixa oferta do produto. Portanto, para as indústrias, tratava-se de um bônus e não deveria ser incorporado ao cálculo (MÜLLER, 2004).

Enquanto a reunião acontecia em Florianópolis, em Santa Cruz do Sul ocorria uma manifestação de fumicultores que já havia sido anunciada pelo MPA. Cerca de 500 agricultores realizaram o protesto nas imediações do Distrito Industrial do município e caminharam até os portões da empresa Universal Leaf Tabacos. Lá um grupo pulou o portão e adentrou as dependências da empresa fumageira, que estava guarnecida pelo Batalhão de Operações Especiais (BOE) da Brigada Militar. Antes mesmo da chegada dos manifestantes, os policiais do BOE estavam preparados para agir, uma vez que, imediatamente após o anúncio da mobilização do MPA, a assessoria jurídica do SINDIFUMO e de suas filiadas ingressaram na justiça com um recurso de interdito proibitório, que foi deferido e determinava a aceleração de processo de reintegração de posse e multa diária de R\$ 50.000,00 em caso de ocupação. Houve confronto entre agricultores e policiais, resultando em 12 pessoas feridas, a imediata expulsão violenta dos manifestantes e isolamento da propriedade da multinacional (MANIFESTANTES..., 2004, p. 11).

**Figura 16 – Enquanto entidades de produtores e indústrias se reuniam em Florianópolis, MPA e Brigada Militar entravam em confronto em Santa Cruz do Sul**



Fonte: Assmann (2004a).

Dentre várias reivindicações feitas pelos integrantes do MPA, as principais diziam respeito à falta de abertura do SINDIFUMO para dialogar com o Movimento e a baixa valorização do tabaco pelas empresas. Embora tivessem encaminhado com antecedência uma pauta de reunião para o SINDIFUMO, os representantes deste argumentaram não ter tempo para receber os fumicultores, em virtude da reunião que ocorreu em Florianópolis na mesma semana. A diretoria do MPA garantiu que ainda tentaria mais uma vez o diálogo com o Sindicato, desta vez na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco (as duas organizações eram partes do fórum). Quanto ao preço solicitado para a comercialização da safra 2004, os fumicultores vinculados ao MPA exigiam um valor superior àquele que estava sendo solicitado pela direção da AFUBRA e dos outros representantes dos produtores que tinham o direito de participar das tratativas. Este valor foi pichado pelos manifestantes na fachada das empresas Dimon do Brasil e Souza Cruz sob os dizeres: “BO1 a R\$ 137,00” (MANIFESTANTES..., 2004, p. 11).

Após um mês de atraso em relação a safras anteriores teve início a comercialização da safra 2004 com volumes bem abaixo dos esperados pelas indústrias. Os agricultores estavam utilizando a estratégia de retardar ao máximo a comercialização à indústria, com o intuito de pressionar por um aumento superior ao oferecido pelas empresas. Tal prática fora incentivada

pela direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul e do MPA. Alguns produtores, porém, confessaram à reportagem da Gazeta do Sul que precisavam comercializar ao menos parte de sua produção, devido às dívidas acumuladas durante o cultivo (SETÚBAL, 2004a, p. 8). A diretoria da FETAG fez a mesma recomendação de boicote aos fumicultores em sua assembleia. Já a AFUBRA, através de seu presidente, mostrou-se indignada com a situação que o produtor se encontrava, mas não fez a orientação de não vender o tabaco, afirmando que havia contatado o SINDIFUMO nos últimos dias e que estava otimista quanto à possibilidade de uma oferta mais generosa por parte das indústrias (SETÚBAL, 2004, p. 8). Vale frisar que o tabaco é um produto perecível, e seu armazenamento pelo fumicultor por período superior a um ano é inviável. Portanto, o produtor apenas tem a opção de adiar por alguns meses a comercialização, mas se manter o produto estocado para anos futuros tem o risco de perder toda a produção.

No dia 30 de janeiro, em uma segunda rodada de negociações, as direções das indústrias concederam um reajuste de 27,05%, e os representantes dos agricultores fizeram a contraproposta solicitando apenas o aumento do custo de produção apurado, que foi de 53,30% em relação à safra anterior. Como a reunião terminou sem acordo, a Indústria praticou até o final daquela safra os 27,05% de aumento, a arroba do fumo BO1 passou a valer definitivamente R\$ 76,20 naquele ano, último valor ofertado pela indústria.

A Gazeta do Sul de 12 de fevereiro de 2004 teve como manchete de capa a notícia de que o SINDIFUMO havia posto fim às negociações sobre o preço do fumo, informação que é esclarecida em um comunicado emitido pela direção do Sindicato e veiculado na mesma edição (Figura 17). A nota procura explicar, na análise situacional da diretoria do SINDIFUMO, os motivos da variação tão grande entre a sua proposta de reajuste e a dos fumicultores, justificando que o percentual oferecido é o máximo. Com isso, o Sindicato tentava isentar as indústrias de críticas pelo não-fechamento do acordo, afirmando que não havia mais espaço para discussão do preço do fumo para a safra 2004 e advertindo que o reajuste solicitado pelas organizações representantes dos fumicultores inviabilizaria a fumicultura brasileira. Além disso, o comunicado encerra afirmando que os fumicultores precisam considerar outras vantagens que a cultura proporciona, todas relacionadas ao SIPT (ESCLARECIMENTO..., 2004, p. 3).



Figura 17 – Esclarecimento do SINDIFUMO sobre o final das negociações de preço do fumo na safra 2004

## Esclarecimento

### Preço do Fumo

O **Sindicato da Indústria do Fumo (SINDIFUMO)**, quanto ao **PREÇO DO FUMO**, vem esclarecer o seguinte:


- As negociações do preço do fumo entre o SINDIFUMO e as entidades representativas dos fumicultores (AFUBRA e Federações de Agricultura e de Trabalhadores na Agricultura) sempre tiveram o levantamento dos custos de produção como um dos principais elementos de referência;
- A negociação do preço do fumo da presente safra, **encerrada no último dia 30 de janeiro**, não culminou em acordo devido à expressiva diferença entre os custos de produção apurados por ambas as partes, que teve como divergência a forma de valorização da mão-de-obra, o item mais representativo do custo. A propósito, no Protocolo assinado na safra passada, havia sido acordada a revisão da forma de valorização da mão-de-obra, o que não foi atendido pela representação dos produtores;
- Por esta razão, o SINDIFUMO, em sua proposta, valorizou a mão-de-obra com uma sistemática que considera vários aspectos da economia e que resultou numa **variação de 19,4%**. Este percentual é superior aos índices de reajuste salarial praticados pela maioria dos setores, tanto na agricultura como na indústria;
- Já a representação dos agricultores apurou uma variação **superior a 45%** na mão-de-obra em relação à safra passada, percentual irreal na atual conjuntura econômica. Assim, o custo de produção apurado por estas entidades registrou aumento de 53,3%, que foi o índice pleiteado na última reunião de negociação já citada. Este percentual, se aplicado sobre a base de cálculo estabelecida no Protocolo da safra passada, representa um **aumento 60,6%**, o que é totalmente impraticável e inaceitável e que, certamente, **inviabilizaria a fumicultura brasileira**;
- O índice mínimo de **27,05% de aumento** para o preço do fumo sugerido pelo SINDIFUMO, somado ao reajuste de 23% concedido na safra passada, representa a reposição integral da variação dos custos de produção apurados pela indústria nos últimos dois anos, que é de 56,27%. Este aumento, além de remunerar adequadamente a mão-de-obra dos agricultores, também cobre integralmente a variação dos demais itens do custo de produção, que foram **pesquisados em conjunto** pela indústria e pela representação dos produtores, como os insumos agrícolas e a lenha;
- Também convém esclarecer que, conforme estabelecido no Protocolo firmado em 20.02.2003, a base de cálculo para as negociações do preço do fumo da safra atual é a tabela da safra 2001/2002 acrescida de 23% (BO1 = R\$ 4,00 p/kg), que foi o aumento negociado no ano passado. Portanto, **é incorreto aplicar qualquer índice sobre o preço praticado na última comercialização**, pois aqueles valores estavam acrescidos em 6% a título "compensação por frustração de safra", válidos, portanto, somente para o ano passado;
- O SINDIFUMO está convicto de que o **aumento de 27,05%** vai manter uma significativa rentabilidade na fumicultura, responsável, em parte, pelo expressivo aumento de área plantada nas últimas safras e que deverá se repetir também na próxima;
- Além disso, o SINDIFUMO lembra que os fumicultores integrados também precisam considerar outras vantagens que a cultura do fumo proporciona e que não existem em outras atividades agrícolas, como a assistência técnica gratuita, o acesso a novas tecnologias, os insumos de alta qualidade, os financiamentos de custeio e de investimento com aval da indústria, a não utilização do troca-troca na cobrança dos financiamentos, o pagamento no quarto dia útil após a compra, o frete e o seguro do transporte da produção por conta das empresas, a repactuação de débitos e, o mais importante, a garantia de compra integral da safra contratada.

Diante do exposto, o SINDIFUMO – em respeito aos produtores e as suas lideranças formais – considera que, na atual safra, **não há mais espaço para quaisquer discussões com relação ao preço do fumo**. Ao mesmo tempo, **reitera a necessidade de reavaliar toda a sistemática de levantamento de custos de produção**.

O SINDIFUMO entende que a cadeia produtiva do fumo, desenvolvida há mais de 80 anos na região Sul, tornou-se modelo para qualquer atividade agrícola e mantém o Brasil na liderança das exportações mundiais.

Santa Cruz do Sul, 12 de fevereiro de 2004.

**Sindicato da Indústria do Fumo - SINDIFUMO**



Fonte (ESCLARECIMENTO..., 2004, p. 3).

Sem terem conhecimento de que tal nota seria publicada pela entidade, Albino Gewehr que representava a Central Única dos Trabalhadores (CUT) na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, representantes da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), da FETAG, da AFUBRA e da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) haviam protocolado no dia anterior um relato da situação e pedido de apoio nas negociações ao Ministro da Agricultura. O esclarecimento emitido pela direção do SINDIFUMO, que surpreendeu esses atores, foi publicado pela imprensa corporativa do VRP um dia antes de uma nova articulação de movimentos sociais e outras representações

dos agricultores, que cobriam do Sindicato das indústrias a reabertura das negociações (MÜLLER, 2004, p. 8). Os representantes dos fumicultores continuaram com tentativas de reabertura de negociação, mas o SINDIFUMO fechou os canais de diálogo, sob o argumento de que a nota que divulgara seria o último comunicado sobre o tema. Além dessa postura de definição de preços de forma unilateral muito abaixo do que os agricultores defendiam ser o aumento do custo de produção, de acordo com MÜLLER (2004, p. 8) a classificação dada ao tabaco também estava rigorosa, reduzindo ainda mais os valores médios pagos ao fumicultor, com o agravo da insatisfação no campo.

Em 17 de fevereiro cerca de 1.500 fumicultores de Rio Pardo, Venâncio Aires, Candelária e Santa Cruz do Sul realizaram manifestações em suas cidades. No final do dia se concentraram em Santa Cruz do Sul, onde acamparam para uma reunião na manhã seguinte no centro daquele município e posterior marcha pelas ruas até o portão das empresas fumageiras. Tal encontro foi organizado pela coordenação do MPA e o objeto do protesto era a crítica ao fechamento das negociações do preço do tabaco por parte do Sindicato das indústrias. Também solicitavam o atendimento de outras reivindicações, como a redução do número de classes de tabaco, o que beneficiaria os fumicultores. Os representantes do MPA também conseguiram finalmente agendar uma reunião com a direção do SINDIFUMO, a ser realizada na manhã do dia seguinte (MÜLLER e SILVA, 2004, p. 6).

**Figura 18 – Fumicultores de diversos municípios do Vale do Rio Pardo saíram em marcha para pedir a retomada das negociações do preço do tabaco**



Fonte: Assmann (2004b)

Durante a marcha em direção ao distrito industrial de Santa Cruz do Sul o Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar (BOE) guarneceu as dependências de todas as empresas fumageiras, mas o ato dos fumicultores ocorreu apenas em frente à Souza Cruz. Durante duas horas os produtores trancaram a entrada dessa indústria, munidos de cartazes que demonstravam seu descontentamento face ao descaso em relação a suas pautas desatendidas. De acordo com o então coordenador do MPA, Sr. Wilson Rabuske, o motivo pelo qual o ato se

deu apenas em frente à Souza Cruz foi o fato dessa empresa supostamente ter a maior resistência a uma nova abertura para negociações. A reunião entre representantes do MPA do SINDIFUMO não trouxe nenhum resultado imediato aos fumicultores, pois de acordo com representantes do Sindicato seu presidente não estava em Santa Cruz do Sul. Mesmo assim, a coordenação do Movimento saiu otimista do encontro, por considerar a possibilidade da reabertura das negociações para a safra, e também por terem percebido que a reunião foi um grande avanço para o reconhecimento do MPA na negociação do preço, classificação e outras questões ligadas ao setor (MÜLLER, 2004c, p. 6).

Na reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, a principal pauta a ser tratada, além do andamento do trabalho dos grupos temáticos sobre contrabando de cigarros e distribuição das rendas, seria a criação de um grupo temático sobre o antitabagismo e, principalmente, sobre a CQCT. Porém, o tópico mais discutido no encontro foi o impasse entre indústrias e fumicultores quanto ao preço do tabaco. Pela falta de tempo, a reunião acabou sem tratar sobre a criação de um grupo temático com atenção às ações antitabagistas no Brasil (CÂMARA SETORIAL..., 2004, p. 7). A questão do preço pago ao produtor emergiu naquele momento, e o antitabagismo, com destaque à Convenção-Quadro, foi uma questão deixada em segundo plano na reunião. Isto difere do ano de 2003, principalmente nos primeiros meses, quando a imprensa regional, as indústrias e fumicultores com seus respectivos representantes estavam alinhados em relações de cooperação na rejeição à Convenção-Quadro.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a quem os fumicultores tentaram recorrer para solicitar a reabertura das negociações, permaneceu indiferente frente ao conflito de interesses. O presidente do SINDIFUMO reiterou não discutir mais sobre preço de fumo naquele ano e disse acreditar que o Governo não tinha como intervir nas negociações. Claudio Henn sustentou tratar-se de uma atividade privada e, por isso, dificilmente os Ministérios tentariam alguma medida mais enérgica para atender ao pleito dos fumicultores. O dirigente ainda salientou que as indústrias também encaminharam ao Ministro da Agricultura uma cópia da nota de esclarecimento sobre o fim das negociações, e finalizou afirmando que a decisão das indústrias e do sindicato de encerrar as negociações foi “fundamentada em números e fatos” e que a entidade estava à disposição do governo para qualquer tipo de explicação (GOVERNO..., 2004, p. 7).

Tal impasse nas negociações e a manutenção do boicote de entrega do fumo começaram a se refletir no comércio regional. A capa da Gazeta do Sul de 20 de fevereiro atribuiu a crise no comércio de cidades do VRP aos baixos volumes de tabaco comercializados até então. Na reportagem, representantes de Câmaras de Dirigentes Lojistas e empresários de toda a região

se mostraram preocupados com os reflexos da situação no comércio e admitiram demissões por conta do baixo faturamento. Além do fato de que consumidores do interior não procuravam o comércio, na área urbana a situação era similar, pois com os baixos volumes de tabaco nas indústrias, essas contratavam poucos safrististas<sup>30</sup> (BUROWSKI, 2004, p. 9). No final do segundo semestre de 2004, mesmo com o recorde de produção previsto, o balanço das exportações gaúchas de fumo para a primeira metade do ano indicou uma redução de 7% que, em grande parte, foi atribuída pelo presidente do SINDIFUMO à retenção de fumo protagonizada pelos agricultores (MÜLLER, 2004d, p. 9).

Face às diversas manifestações que haviam ocorrido nas últimas semanas e a retenção do produto no campo, o presidente do SINDIFUMO convocou uma coletiva de imprensa para reafirmar que não haveria negociação. Claudio Henn afirmou para a imprensa corporativa: “A cada três dias está surgindo um movimento novo pressionando pelo aumento, o que acaba gerando intranquilidade e uma falsa expectativa nos produtores e na comunidade” (MÜLLER, 2004d, p. 8). O dirigente do sindicato ainda disse ter certeza de que o aumento oferecido pelas indústrias remuneraria devidamente os fumicultores. No final da entrevista, Henn deixou um recado sobre a postura do SINDIFUMO: “Quaisquer movimentos e manifestações futuras não resultarão na reabertura das negociações” (MÜLLER, 2004e, p. 8).

No dia 1º de março, fumicultores carregando bandeiras da FETAG ocuparam as ruas de Santa Cruz do Sul em marcha, e novamente ouviram a negativa de negociação do presidente do SINDIFUMO. Então decidiram alterar sua estratégia e buscar uma negociação direta com cada empresa, ignorando o sindicato patronal. Cerca de 2.000 fumicultores interditaram as ruas no centro de Santa Cruz, queimaram manocas de tabaco<sup>31</sup> e conduziram cartazes com palavras de ordem. Dirigentes da FETAG, da AFUBRA e FARSUL decidiram montar um plano de ação para se dirigirem a cada indústria negociar individualmente o aumento e também acompanhar a classificação do tabaco. Durante uma assembleia improvisada em frente ao Aquarius Hotel em Santa Cruz, onde ocorrera a reunião com o SINDIFUMO, alguns fumicultores e dirigentes da FETAG falaram da necessidade de reduzir a oferta de fumo para o próximo ano. O Vice-presidente da Federação bradou: “Plantamos bastante e estamos ganhando pouco. Agora vamos plantar pouco para ganhar bastante e nos livrar das dívidas com as multinacionais” (MÜLLER, 2004f, p. 9).

---

<sup>30</sup> Modalidade de contratação das indústrias fumageiras, através de contratos temporários que visam suprir sua necessidade de mão-de-obra sazonal durante o período de recebimento de tabaco, geralmente, entre janeiro e agosto de cada ano.

<sup>31</sup> A manoca de fumo é composta por cerca de 50 folhas do produto. Essas manocas são colocadas em fardos prensados de cerca de 50 quilos, que é a forma com que o produto é enviado à comercialização.

De maneira geral, o consenso geral entre fumicultores e suas representações era de não abrandar a luta até conseguir melhorar suas condições de contratação, mesmo que isso demandasse manter a rotina de manifestações até o final da safra. Nota-se, nesse contexto apresentado, relações de cooperação entre os atores sociais identificados na pesquisa como representantes dos fumicultores; e relações de conflito destes com o SINDIFUMO.

Após percorrer 9 das 12 principais indústrias fumageiras da região e receber apenas negativas, os representantes dos fumicultores (AFUBRA, FETAG e FARSUL) convenceram-se de que a estratégia da negociação individual também não resultaria em uma revisão do reajuste pago ao agricultor, e depositaram a única esperança de melhor remuneração em uma classificação menos rigorosa do produto (MÜLLER, 2004g, p. 8).

Sob a chamada de capa “Fumicultor confia em ganho extra na venda”, a matéria da Gazeta do Sul traz a visão do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)<sup>32</sup> de Santa Cruz do Sul sobre a classificação do produto. Para ele, em algumas empresas, a compra estava mais favorável ao produtor do que nas primeiras semanas. Traz também a opinião de um dirigente da Souza Cruz, que afirma que quanto mais fumo fosse enviado para as empresas, naturalmente, melhor seria a classificação (MÜLLER, 2004g, p. 8). Com essa reportagem a Gazeta do Sul demonstrou um claro posicionamento contra o boicote realizado pelos fumicultores. Ela transmite a mensagem de que embora não houvesse possibilidade de reajuste para o ano, o agricultor poderia ter ganhos extras com a classificação. Porém, a opinião do presidente do STR não demonstrava com clareza uma política de classificação vantajosa ao produtor; e o dirigente da Souza Cruz claramente tentava pressionar o envio de fumo sem explicar de que forma a classificação poderia melhorar com maiores volumes de entrega.

Embora os fumicultores estivessem dado continuidade às reivindicações no decorrer da comercialização da safra, não alcançaram seu objetivo de revisar os valores, e restou para eles planejar novas formas de negociar as condições para os próximos anos. A FETAG, FARSUL e a AFUBRA garantiram que iriam continuar a fazer o levantamento dos custos de produção junto aos fumicultores, e que a negociação seria feita entre estes e cada empresa (MÜLLER, 2004h, p. 6). A direção da FETAG ratificou em 26 de julho, em assembleia entre os presidentes de STR's, a decisão de não mais negociar com o SINDIFUMO. Além da questão do preço, a reunião levantou outros pontos que comprovariam a falência das negociações com o SINDIFUMO: o não fornecimento de uma cópia do contrato celebrado entre fumicultores e indústrias; a baixa participação dos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão

---

<sup>32</sup> Os STR's são vinculados às Federações de Trabalhadores na Agricultura e sua atuação se dá em âmbito municipal.

Rural (EMATER) no processo de classificação do tabaco nas empresas fumageiras; e a proposta do SINDIFUMO da formação de uma Comissão Técnica Mista, que trabalharia para apurar um único custo de produção de maneira conjunta. Esta Comissão utilizaria a metodologia de cálculo proposta pelo SINDIFUMO, que prejudicaria o fumicultor (SETÚBAL, 2004c, p. 3).

No início de agosto, o representante da ITGA, o português António Abrunhosa, esteve em Santa Cruz do Sul para prestigiar a assembleia anual ordinária da AFUBRA, além de participar de um seminário sobre fumiicultura no município de Rio Pardo. Em Rio Pardo, Abrunhosa contestou a OMS e apresentou um cenário com perspectivas de aumento na demanda por tabaco, principalmente pelo aumento de importação por parte da China além do deslocamento da produção dos países da América do Norte e Europa para a América Latina e África. Esse aumento de demanda contrastava com as informações apresentadas pela Sra. Tânia Cavalcante, coordenadora da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ), que também discursou no mesmo seminário (SCHNEIDER, 2004a, p. 5).

A reportagem da Gazeta do Sul também trouxe a opinião do presidente da AFUBRA, Hainsi Gralow, que acompanhou o representante da ITGA na entrevista à imprensa e também desqualificou a palestra de Tânia Cavalcante. Para o dirigente da entidade, a fala da Sra. Tânia deixou os fumicultores preocupados com o futuro, uma vez que os alertou para reflexos imediatos na exportação de tabaco, e da necessidade de buscarem imediatamente alternativas de renda. Gralow ainda acusou Cavalcante de estar contra o produtor ao sugerir outras culturas agrícolas que podem ser desenvolvidas em pequenas propriedades. Ele questionou uma suposta mudança do discurso entre aquele defendido em Genebra e o apresentado naquele momento em solo brasileiro: “Lá, diziam que não tinham nada contra os produtores, que eles podiam continuar plantando. Agora, dizem que eles devem buscar outras formas de sobrevivência” (SCHNEIDER, 2004a, p. 5). Com isso, mais uma vez, a imprensa corporativa do VRP se posicionou contra argumentos que questionavam as atitudes do setor produtivo do tabaco, oferecendo espaços mais amplos de explicação da situação de atores sociais com interesse de rejeição à CQCT.

## **Possibilidade de votação em caráter de urgência do Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004 e criação de clima de mobilização no Vale do Rio Pardo**

No Senado Federal a Convenção-Quadro foi apresentada em setembro de 2004 sob Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004. Essa apresentação se deu através de uma audiência que contou com a exposição do tema por representantes do Ministério da Saúde e de outros órgãos que combatiam o tabagismo, como o INCA. A audiência seria realizada na Comissão de Relações Exteriores do Senado e posteriormente a matéria iria ser votada em caráter de urgência. Face a notícia desse possível andamento e aprovação, atores sociais representantes da fumicultura no VRP foram até a capital federal na tentativa de influenciar os políticos brasileiros a não aderirem à CQCT. Representantes da FAMURS, SINDIFUMO, Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO), AFUBRA, e FARSUL formaram uma comitiva designada com o objetivo de evitar que o Brasil ratificasse a Convenção-Quadro. A mobilização formada por esses atores sociais visava representar o setor produtivo do tabaco na audiência.

Para o prefeito de Vera Cruz, Heitor Petry, que integrava a comissão do setor fumageiro e era presidente da FAMURS, seria um grande erro ratificar a Convenção-Quadro sem antes criar alternativas de renda para a região, especialmente para os fumicultores. Ele afirmou que isso poderia levar o VRP à situação de miserabilidade. Petry também manifestou que a luta que a comissão ligada à fumicultura iria protagonizar seria uma luta de “Davi contra Golias” frente aos atores com posições contrárias ao fumo, que segundo ele tinham grande poder de influência política (TESCHE, 2004, p. 11).

A mobilização da sociedade no VRP foi provocada por um apelo da direção da AFUBRA em comunicado veiculado nos jornais da imprensa corporativa da região, intitulado “Querem acabar com a fumicultura” e reproduzido na Figura 19. O comunicado conclama toda a sociedade regional a enviar mensagens eletrônicas e faxes aos Senadores dos três estados do Sul e ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, solicitando a rejeição à Convenção-Quadro. A publicação ainda orienta os leitores a argumentarem os impactos sociais e econômicos nas regiões fumicultoras em caso de aprovação do Tratado (QUEREM... 2004, p. 5).

Figura 19 – Comunicado da AFUBRA solicitando a mobilização da região produtora de tabaco

## QUEREM ACABAR COM A FUMICULTURA

O Senado Federal está prestes a aprovar, em audiência pública marcada para esta quarta-feira, dia 15 de setembro, o documento que pretende acabar com a fumicultura no Brasil, extinguindo com o emprego de 2,4 milhões de brasileiros. Além dos empregados diretos e indiretos do setor, a medida inviabilizaria a fonte de renda de 192 mil pequenos agricultores, que encontram no tabaco o digno sustento das suas famílias.

**A CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO NÃO PODE SER RATIFICADA PELO BRASIL.**

A hora é agora. Não vamos nos omitir. O desenvolvimento do seu município e região também depende de você. Estão todos convocados a evitar o caos social: fumicultores, lideranças políticas, dirigentes de entidades, líderes comunitários e todo o cidadão.

A Câmara dos Deputados já aprovou, por voto de liderança, o decreto Legislativo PDS 602/2004, que quer associar o Brasil ao Combate Mundial do Fumo. O país que exporta 85% das 850 mil toneladas produzidas nos três estados do Sul do Brasil depende economicamente deste mercado.

Paradoxalmente, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemora a recuperação da economia e a geração de 1,3 milhões de empregos, os senadores querem acabar com os 2,4 milhões de empregos gerados pela fumicultura.

Já temos o apoio de alguns deputados e senadores. Porém, o lobby dos antitabagistas é muito forte. Precisamos muito mais a nosso favor. Você pode ajudar. **MAS É URGENTE.**

Se você não pode ir a Brasília no dia 15 de setembro, faça **O QUANTO ANTES** uma carta ou abaixo-assinado e envie para os endereços de fax ou e-mails das autoridades relacionadas abaixo. **PELO CORREIO SEU DOCUMENTO CHEGARÁ TARDE DEMAIS.**

Você também pode e deve - enviar a sua manifestação ao próprio presidente **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**. Não deixe de usar os argumentos de cunho econômico e social do seu município e região.

Contamos com você!

### LIDERANÇAS A QUEM VOCÊ DEVE ENVIAR A SUA MANIFESTAÇÃO:

Presidente do Senado, José Sarney  
e-mail [sarney@senador.gov.br](mailto:sarney@senador.gov.br) Fax (61) 311-1513

Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, senador Eduardo Suplicy  
e-mail [eduardo.suplicy@senador.gov.br](mailto:eduardo.suplicy@senador.gov.br) Fax (061) 311-2816

Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha  
e-mail [dep.joopaolocunha@camara.gov.br](mailto:dep.joopaolocunha@camara.gov.br) Fax (61) 215-2715

Ministro da Saúde, Humberto Sérgio Costa Lima  
e-mail [gabin@saude.gov.br](mailto:gabin@saude.gov.br) Fax (61) 224-8747/225-9632

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues  
e-mail [gm@agricultura.gov.br](mailto:gm@agricultura.gov.br) Fax (61) 226-8091

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Furlan  
e-mail [gm@desenvolvimento.gov.br](mailto:gm@desenvolvimento.gov.br) Fax (61) 2109-7230

Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim  
e-mail [clamorim@mre.gov.br](mailto:clamorim@mre.gov.br) Fax (61) 411-6993

Câmara Setorial do Fumo  
e-mail [camarasetorialfumo@afubra.com.br](mailto:camarasetorialfumo@afubra.com.br) Fax (51) 3715-1130

Vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Marcelo Crivella  
e-mail [crivella@senador.gov.br](mailto:crivella@senador.gov.br) Fax (061) 311-2211

Senador Cristóvão Buarque (DF)  
e-mail [cristovam@senador.gov.br](mailto:cristovam@senador.gov.br) Fax (61) 311-2874

Senador Paulo Paim (RS)  
e-mail [paulopaim@senador.gov.br](mailto:paulopaim@senador.gov.br) Fax (61) 311-5235

Senador Pedro Simon (RS)  
e-mail [pedro.simon@senador.gov.br](mailto:pedro.simon@senador.gov.br) Fax (061) 311-1304

Senador Sérgio Zambiasi (RS)  
e-mail [sergio.zambiasi@senador.gov.br](mailto:sergio.zambiasi@senador.gov.br) Fax (61) 311-2944

Senadora Ideli Salvatti (SC)  
e-mail [ideli.salvatti@senadora.gov.br](mailto:ideli.salvatti@senadora.gov.br) Fax (061) 311-2880

Senador Jorge Bornhause (SC)  
e-mail [bornhause@senador.gov.br](mailto:bornhause@senador.gov.br) Fax (61) 311-1822

Senador Leonel Pavan (SC)  
e-mail [pavan@senador.gov.br](mailto:pavan@senador.gov.br) Fax (61) 311-4197

Senador Alvaro Dias (PR)  
e-mail [alvarodias@senador.gov.br](mailto:alvarodias@senador.gov.br) Fax (61) 311-2941

Senador Flávio Arns (PR)  
e-mail [flavioarns@senador.gov.br](mailto:flavioarns@senador.gov.br) Fax (61) 311-1935

Senador Osmar Dias (PR)  
e-mail [osmardias@senador.gov.br](mailto:osmardias@senador.gov.br) Fax (61) 311-2740

Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva  
e-mail [pr@planalto.gov.br](mailto:pr@planalto.gov.br) Fax: (61) 411-2222

(Por favor, envie cópia do seu documento para [afubra@afubra.com.br](mailto:afubra@afubra.com.br))



Fonte: (QUEREM..., 2004, p. 5).

A edição da Gazeta do Sul que veiculou esse comunicado trouxe opiniões com prognósticos alarmantes a respeito do futuro da fumicultura e da região. As reportagens afirmavam que, se aprovada, a Convenção-Quadro significaria a extinção do emprego de cerca



de 2,4 milhões de brasileiros. A matéria inicia com um relato sobre o aposentado Aloísio Konzen, que disse ter se desesperado com a nota da AFUBRA publicada no dia anterior, e ter pedido a ajuda do filho para enviar imediatamente seu manifesto por e-mail aos senadores gaúchos e catarinenses, pedindo para que a ratificação à CQCT fosse rejeitada. Ainda segundo a reportagem:

Assim como o aposentado, entidades, associações e prefeituras do Vale do Rio Pardo – região onde mais se produz e se beneficia fumo no Brasil – estão se preparando para atender ao chamado da AFUBRA e tentar convencer os senadores a não aprovarem a ratificação da Convenção-Quadro (MÜLLER, TESCHER e SILVA, 2004, p. 6).

De forma similar, no jornal Folha do Mate foram publicadas reportagens especiais sobre a possibilidade de votação da CQCT pelo Senado. A manchete de capa desta edição foi: “Região mobilizada contra o fim da cultura do fumo” (REGIÃO MOBILIZADA, 2004, capa). A manchete era acompanhada de uma fotografia de uma lavoura de tabaco com legenda que afirmava que o principal produto da economia do VRP estava ameaçado de ser erradicado. Abaixo-assinados pedindo a rejeição à Convenção-Quadro também foram criados na região (REGIÃO MOBILIZADA, 2004, capa). É importante frisar que o texto da CQCT não previa o fim do cultivo do tabaco. A disseminação dessa desinformação na região foi uma produção dos atores sociais que buscavam o apoio da população local e acumulações de recursos de poder para produzirem fatos sociais com vistas a impedir a ratificação da CQCT pelo Brasil.

A Gazeta do Sul de 14 de setembro de 2004 teve como manchete de capa a mobilização da região do VRP contra a aprovação da CQCT no Senado, e o pedido de ajuda ao então governador gaúcho, Germano Rigotto, que garantiu total apoio ao setor produtivo. Rigotto prometeu *lobby* junto aos senadores, já que para o governador vários estados brasileiros tinham no setor uma importante fonte de riqueza (MÜLLER, TESCHER e SILVA, 2004, p. 6).

A comissão criada para defender o setor produtivo do tabaco estava preparada para participar da audiência pública no Senado. Para Eduardo Suplicy, então senador do PT paulista e presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, onde a matéria estava sendo analisada, o objetivo do encontro era abrir espaço de argumentação para os dois lados da polêmica. Segundo Suplicy, já existia um parecer da comissão favorável à ratificação, e a tendência era de que o tema fosse aprovado na plenária (MÜLLER, TESCHER e SILVA, 2004, p. 6).

Tal mobilização dos atores sociais com interesse de rejeição à ratificação da CQCT no Senado Federal objetivava produzir uma jogada que levasse a retardar ao máximo a votação na plenária e barrar a adesão brasileira ao Tratado. O presidente da AFUBRA relatou à reportagem da Gazeta do Sul sua estratégia para a audiência pública: “Vamos pedir que os antitabagistas

nos apresentem outra cultura que tenha os mesmos rendimentos que a do fumo. Além disso, vamos querer dez anos de experiência nessa nova cultura para depois sim voltar a discutir a ratificação da convenção”. Esta estratégia buscava desconsertar os atores sociais com interesse de apoio à ratificação do acordo internacional. A reportagem também trouxe, brevemente, a opinião do representante do Ministério da Saúde na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, Jorge Kell. Para ele, a ratificação brasileira à CQCT não representaria o fim da fumicultura, mas a não adesão do país poderia sim representar um risco maior, visto que neste caso o Brasil não teria assento para negociar os protocolos do acordo. O INCA também se pronunciou nesse sentido, ao afirmar que a Convenção-Quadro não previa nenhuma restrição que prejudicasse os fumicultores, mas que pretendia construir estratégias de apoio técnico e financeiro para a transição econômica dos agricultores que desejassem desempenhar outras atividades (MÜLLER, TESCHER e SILVA, 2004, p. 6).

Poucos meses após as manifestações pela redefinição do preço do fumo, os fumicultores e alguns de seus órgãos representativos estabeleceram relações de cooperação com as indústrias fumageiras e ao antes contestado SINDIFUMO para reivindicar a manutenção das genoestruturas vigentes nesse jogo social. O resultado dessas relações de cooperação foram comemoradas e estamparam as capas dos jornais Gazeta do Sul e Folha do Mate. O jornal santacruzense noticiou: “Mobilização barra votação de projeto” (NUNES, 2004, capa); e a Folha do Mate: “Pressão suspendeu votação da Convenção-Quadro no Senado” (PRESSÃO..., 2004, capa). Os dois veículos de comunicação enviaram jornalistas à Brasília atendendo ao convite do presidente da AFUBRA, que fez questão que a imprensa corporativa regional demonstrasse à população do VRP a união dos atores sociais que impediram a imediata votação do projeto de ratificação da CQCT pelo Brasil. A imprensa corporativa do VRP passou a intensificar as publicações sobre o tema a partir dessa nota publicada pela AFUBRA, bem como emitir editoriais contrários ao Tratado.

Etges (2004a) descreve como uma verdadeira peregrinação o movimento do setor produtivo do tabaco junto aos gabinetes do Senadores. Assim como havia anunciado, o presidente da AFUBRA efetivou sua estratégia de alegar a inexistência de outra fonte de renda alternativamente viável aos produtores. Além de suas argumentações orais, Gralow entregou o seguinte texto aos parlamentares:

Entendemos que a ratificação da Convenção-Quadro contra o fumo não pode ser aprovada sem antes ser definido:

1 – a apresentação de alternativas viáveis, com garantia de preço e de mercado; quais as atividades/culturas podem substituir o fumo a médio e longo prazo?; e, definir antes todo o processo de reconversão.

2 – definição dos recursos para reconversão: de onde virão os recursos que atendem 226.650 famílias? Com quem fica a administração dos recursos? Qual a garantia de que os recursos estarão disponíveis em tempo hábil? Serão necessários, no mínimo, dez anos de experiências com outras atividades.

Quando tiverem sido encontradas alternativas que realmente substituam o fumo, o projeto de ratificação pode voltar a ser apresentado (ETGES, 2004a, p. 20).

Etges (2004a) também traz o discurso de vários senadores, orientados pela explicação situacional dos atores sociais com interesse de rejeição à ratificação da CQCT, que utilizaram a palavra na tribuna para demonstrar a preocupação com a renda dos trabalhadores e a economia dos municípios situados nas regiões fumicultoras.

Após a intensa mobilização em Brasília, e da sociedade no VRP, o Governo Federal, através do então Ministro da Casa Civil José Dirceu solicitou a suspensão do projeto, tanto na Comissão de Relações Exteriores quanto sua votação na plenária. O Ministro manifestou o desejo de que o tema fosse amplamente discutido, com agendamento de novas audiências públicas, inclusive, fora de Brasília, nas regiões produtoras de tabaco. Suplicy concordou que os produtores tinham o direito de se manifestar e essas audiências públicas descentralizadas teriam esse objetivo (MÜLLER, 2004i, p. 8).

No entanto, embora os fumicultores tenham se feito presentes em Brasília e se mobilizado no VRP, só o fizeram sob influência das informações que lhes foram passadas por parte da AFUBRA e do SINDITABACO que os alarmaram com informações, ao menos em parte, distorcidas e exageradas, como foi possível observar nas matérias apresentadas. As indústrias e seus representantes, que possuíam interesse de rejeição à votação do Senado, mantiveram-se na retaguarda da mobilização para defenderem-se das críticas dos atores favoráveis ao Tratado.

**Figura 20 - Gralow (centro) falando à Suplicy (esquerda) sobre a importância da fumicultura, sob a atenta observação do presidente do SINDIFUMO, Claudio Schneider (ao fundo)**



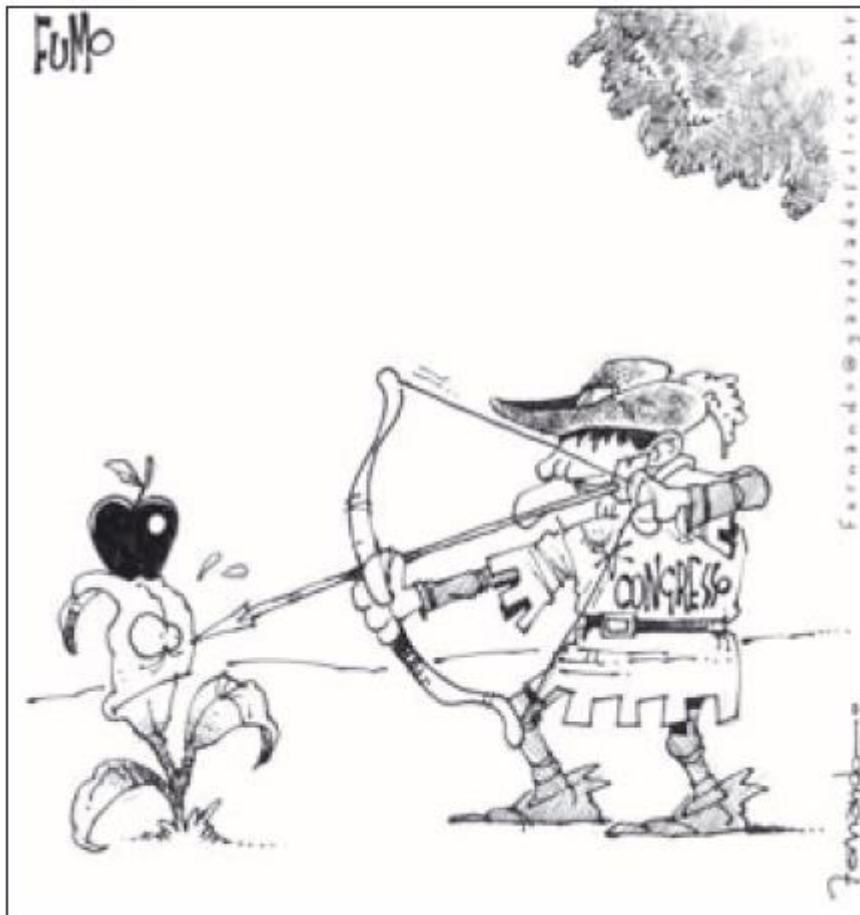
Fonte: (ETGES, 2004a, p. 20).

As opiniões de jornalistas e as entrevistas concedidas por alguns fumicultores deixaram claro o clima que se instalou no VRP: o Tratado que estava em iminência de ser ratificado pelo país levaria a região ao caos instantaneamente. A Folha do Mate até mesmo denominou a CQCT como “Convenção-Quadro de Controle ao Plantio de Fumo” e também “Convenção-Quadro para a extinção da fumicultura no Brasil” (ALMEDO..., 2004, p. 18). Na imprensa corporativa do VRP, quando eram publicadas falas dos atores com interesse de apoio ao Tratado, em seguida eram desqualificadas por alguém contrário à ratificação brasileira. Um exemplo foi o caso em que a senadora do PT catarinense, Ideli Salvatti, disse ser a favor da reconversão produtiva e tal posição foi desqualificada por ela não ter respondido prontamente ao repórter da Gazeta do Sul qual seria a cultura agrícola que iria substituir o fumo (MÜLLER, 2004h, p. 8).

O MPA também participou da audiência realizada em Brasília e um fumicultor vinculado ao Movimento discursou. O jornalista do periódico Folha do Mate fez duras críticas a ele, por ter o considerado despreparado para proferir a fala. A crítica inicia quando, conforme o jornal, o integrante do Movimento teve “a petulância” de solicitar ao então Senador do PMDB gaúcho, Pedro Simon, que lesse uma carta redigida pelo MPA, mensagem que apoiava a não-ratificação do Tratado. Mas segundo a notícia, o produtor teria se contradito quando em seu discurso fez críticas à situação atual da fumicultura, às Federações de Agricultura, à AFUBRA e principalmente, às indústrias fumageiras. A matéria encerra advertindo que da próxima vez o Movimento deveria escolher melhor quem representá-lo para não “cair no ridículo” e não gerar novamente desconforto. Segundo a reportagem, isso teria acontecido nessa oportunidade em que, inclusive, os demais fumicultores presentes (convidados pela AFUBRA e FARSUL) o vaiaram (ETGES, 2004b, p. 18).

Nota-se, entre os fumicultores, a existência de diferentes análises situacionais conforme o ator social ao qual eram vinculados. Nas jogadas relacionadas à CQCT os diferentes atores ligados à fumicultura rejeitavam a medida. Porém, principalmente os agricultores vinculados ao MPA, ao mesmo tempo em que cooperavam no sentido de tentar barrar a ratificação do Tratado, mantiveram relações de conflito no que concerne a insatisfatória representação dos fumicultores nas negociações de condições de contratação e da relação de exploração desses agricultores pela indústria.

**Figura 21 – Charge com arqueiro representando o congresso, frente a uma planta de tabaco com uma maçã no topo, e a flecha pronta para ser disparada na planta. A charge ilustra a forma com que a imprensa corporativa do VRP tratou o tema da tramitação da CQCT no Senado Federal**



Fonte: Barros (2004, p. 2).

### **Estancado o desespero, a disseminação de ideias contrárias à ratificação brasileira à CQCT continua no VRP e no meio político**

Poucos dias após a histórica mobilização de atores sociais ligados à fumicultura em Brasília, iniciaram as negociações dos termos para comercialização do tabaco para a safra 2004/2005. Atores sociais que mantiveram relações de cooperação voltaram a estar de lados opostos para negociar. Frente a frente, estavam a direção do SINDIFUMO representando as empresas fumageiras e da AFUBRA, FETAG e FARSUL apresentando as propostas pelos agricultores. Essa primeira reunião ocorrida em Santa Cruz do Sul teve por objetivo apenas definir a forma de cálculo do preço do fumo, mas não resultou em acordo, pois o representante do sindicato das indústrias argumentou que a mão de obra familiar deveria ser calculada com valor inferior ao daquela contratada (SCHNEIDER, 2004b, p. 3).

As relações de cooperação ocorridas a partir de setembro de 2004 entre os atores sociais envolvidos diretamente no setor produtivo do fumo brasileiro impactaram a dinâmica do jogo social. A AFUBRA e a FETAG, que dois meses antes haviam afirmado não mais negociar termos da comercialização do fumo com o SINDIFUMO, voltaram a se reunir com a entidade. A direção da FETAG, inclusive, havia ratificado um documento em assembleia realizada no final de julho daquele ano, afirmando que não negociaria mais com o sindicato das indústrias. Tal configuração demonstra a acumulação de recursos políticos do SINDIFUMO no processo de produção social, reestabelecendo relações de cooperação com atores com quem no momento anterior haviam tido relações de conflito devido à divergência de interesses, que os favoreciam e prejudicavam os agricultores.

Mesmo com a orientação feita pela direção da FETAG para a redução de área plantada pelos fumicultores para reduzir a oferta de produto, foi estimado em 5% o aumento do plantio para a safra 2005, o que indicava novo recorde de produção. Além da promoção do setor produtivo do tabaco, as matérias da imprensa corporativa do VRP continuavam criticando a possível ratificação da Convenção-Quadro e atribuindo a ela o sinônimo de término instantâneo da fumicultura (ETGES, 2004c, p. 12).

Apesar de veicular que a CQCT acabaria com a fumicultura no país, a imprensa corporativa regional destacou os altos investimentos das indústrias fumageiras no VRP (ENCERRADA..., 2004, p. 15). O Anuário Brasileiro do Tabaco (2004) traz, inclusive, uma saudação aos leitores redigida pelo então Governador gaúcho, Germano Rigotto, que fala da expansão do setor fumageiro no Estado sob título “Um setor que não pára [sic] de investir” (ANUÁRIO..., 2004, p. 8).

O presidente de uma indústria fumageira elogiou em reportagem a mobilização ocorrida em setembro no VRP. Ele exemplificou que em Venâncio Aires, cidade que sedia a fábrica de sua empresa, foram coletadas mais de 18 mil assinaturas em repúdio à Convenção-Quadro em apenas 24 horas. O dirigente mostrou-se entusiasmado com o apoio de políticos brasileiros. Também avaliou positivamente a realização de audiências públicas nas regiões produtoras, anunciadas pelo Senado Federal. Quanto às discussões propiciadas por essas audiências, afirmou na entrevista:

Acredito que vamos fazer com que as pessoas que têm uma antipatia gratuita com a indústria do fumo, vão passar a ser neutras. (...) É preciso que todas as forças vivas das comunidades onde se planta fumo, os produtores sobretudo, na sua simplicidade e sutileza, façam o protesto e espero que quando acontecer essa audiência pública, seja em Venâncio Aires, em Santa Cruz, Porto Alegre, seja onde for, nós vamos estar presentes com tratores, cavalos, bicicletas, carro, caminhão. Todos têm que estar lá presentes, demonstrando a pujança, a riqueza que toda essa região movimenta e direta ou indiretamente fazem as cidades crescerem. As indústrias estão trabalhando

paralelamente e toda grandeza econômica que é este fator chamado fumo. Temos que fazer esta demonstração e que todos estejam preparados para em novembro, realizarmos esta grande mobilização, ordeira, com respeito às instituições e às leis. Devemos mostrar nosso repúdio a este verdadeiro crime que querem cometer contra nosso produtor, operário. Quem realmente vai perder são os menos favorecidos e o próprio governo, que vai deixar de arrecadar alguns bilhões de dólares de receitas com exportações e bilhões de reais em impostos que o fumo proporciona, sem contar os mais de 2,4 milhões de empregos (CONVENÇÃO-QUADRO..., 2004, p. 16).

A Folha do Mate, em edição de meados de novembro, trouxe o relato de deputados estaduais, da região do VRP, que ocuparam a tribuna da Assembleia Legislativa gaúcha para manifestar o repúdio à CQCT. A matéria é encerrada com a seguinte informação: “No Brasil, a polêmica envolve o artigo 17, que trata da diminuição gradativa das lavouras de fumo no planeta, reconversão que será incentivada com financiamentos nacionais e internacionais para os produtores investirem em outras culturas” (AUDIÊNCIA...; 2004, p.5). O artigo 17 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco diz respeito a apoio a atividades alternativas economicamente viáveis, e possui a seguinte redação: “As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte” (BRASIL, 2003, p. 14). Portanto, o apoio aos fumicultores é apresentado pela imprensa corporativa do VRP como prejudicial a eles, assim como o presidente da AFUBRA afirmou desde o início das tratativas da Convenção-Quadro pela OMS (ANUÁRIO..., 2002, p. 60).

Ciente das informações sobre a Convenção-Quadro e a ratificação brasileira, disseminadas por atores sociais envolvidos na fumicultura e pelas indústrias do tabaco, o Ministério da Saúde, através do INCA, publicou no final de 2004 um estudo para desmistificar inverdades divulgadas sobre o assunto. A publicação, produzida por pessoas do Instituto, afirma que a atual polêmica em torno da ratificação da CQCT resultou, na verdade, da “colocação em prática das usuais estratégias da indústria do tabaco para retardar ações que contrariam seus interesses” (BRASIL, 2004a, p. 11). Tal publicação buscou esclarecer o objeto do Tratado conforme sintetizados no Quadro 6.

**Quadro 3 – Mitos sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**

<b>MITO</b>	<b>VERDADE</b>
A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco tem como objetivo extinguir a lavoura de fumo.	O objetivo da CQCT é frear a epidemia de tabagismo. Em nenhum momento, no texto da Convenção, existe a menção de proibir os países de plantarem fumo, assim como não há nenhuma conotação de obrigatoriedade da substituição do fumo por outras atividades.
A ratificação da Convenção - Quadro significa diminuição dos graus de liberdade do país na definição de políticas para o setor. Políticas públicas de incremento de renda,	A implementação das medidas da Convenção-Quadro não tem caráter compulsório. Ela não impõe restrições à produção, nem aos subsídios à produção, nem ao consumo ou ao comércio de fumo. A linguagem contida no seu texto oferece uma flexibilidade que permite aos países adotarem as medidas propostas respeitando os seus limites constitucionais. Sobre o financiamento através do PRONAF, a Resolução n.º 2833/2001 do Banco

emprego e produção, como o PRONAF que tem como um dos seus principais beneficiários o produtor de fumo, poderiam contradizer o espírito do acordo.	Central já havia vedado desde abril de 2001 a concessão de crédito relacionado com a produção de fumo, em regime de parceria ou integração com a indústria do tabaco, utilizando recursos do Tesouro Nacional.
Se o Brasil ratificar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, o Banco do Brasil ficará proibido de emprestar dinheiro para o cultivo de fumo	O texto da CQCT não menciona nenhuma proibição nesse sentido. O que há é uma tendência mundial pela redução de financiamento ao cultivo de tabaco, que vinha ocorrendo independente da Convenção-Quadro. O próprio Banco Mundial, que nas décadas de 1970 e 1980 inseriu o tabaco em sua política de produtos rentáveis para países em desenvolvimento, reconheceram que o consumo e a produção de tabaco representam um entrave para o desenvolvimento dos países, e mudou a sua política operacional no sentido de proibir o financiamento da produção de tabaco.
Se o acordo vigorar... 33 mil empregos nas cidades e mais de 100 mil no campo serão cortados no Estado (RS), que também diminuirá em 15% as exportações.	As várias afirmativas nesse sentido que foram disseminadas tentam criar uma falsa ideia de que ao entrar em vigor a Convenção vai reduzir drasticamente e instantaneamente o número de empregos e as exportações. Segundo projeções da <i>Food and Agriculture Organization of United Nations</i> (FAO) até 2010 há previsão de aumento da demanda por Tabaco em decorrência do aumento populacional, sobretudo do tabaco proveniente de países da América Latina e África, devido ao menor custo de produção. Portanto, os reflexos da CQCT devem ser sentidos apenas pelos filhos e netos dos atuais fumicultores.
A produção de fumo gera riquezas.	No Brasil o consumo de tabaco compete com o de alimentos dentro do orçamento de uma família, principalmente, nas de baixa renda. Quanto a produção do tabaco, no que se refere aos indicadores socioeconômicos (educação, renda, saneamento e saúde), análise do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico de 2000, conduzida pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do RS, apurou que a região do Vale do Rio Pardo, grande produtora de tabaco no país, ocupa o 21º lugar dentre 22 regiões selecionadas para essa análise. Outra pesquisa realizada nas safras de 1999/2000 e 2000/2001 por Etges et al. (2002) revelou uma renda média líquida de cerca de 1/3 de salário mínimo por trabalhador nas lavouras de tabaco no VPR.
A Convenção foi negociada de forma pouco transparente e sem a participação dos fumicultores.	O Tratado foi negociado durante 4 anos e acordado entre 192 países, contando com a participação de organizações não-governamentais, bem como da própria indústria do tabaco e de setores afins.
Que a Convenção só entre em vigor quando os agricultores tiverem feito a conversão para outros cultivos.	Há preocupação expressa no texto quanto a proposição de alternativas economicamente viáveis à produção de tabaco como parte das Políticas Nacionais para o Controle do Tabaco. A preocupação do Tratado diz respeito à saúde e bem-estar da população em geral, incluindo os fumicultores. Ao ratificar a Convenção os países se incluem nas futuras discussões e pactuações para captação de apoio técnico e financeiro para viabilizar alternativas à produção de fumo.
A Convenção foi aprovada do dia para noite sem uma discussão mais ampla na Câmara dos Deputados.	Os trâmites da Convenção-Quadro na Câmara dos Deputados tiveram início em 27 de agosto de 2004, quando ela foi oficialmente apresentada no Seminário Internacional sobre a Convenção-Quadro. Sua aprovação ocorreu em 14 de maio de 2004, quase 9 meses após a apresentação.
As pequenas experiências com alternativas não podem ser aplicadas no nível macro. São 500.000 pessoas envolvidas na produção	O discurso de que não há nada mais rentável do que o fumo é falso. Existem experiências na região Sul do Brasil de fumicultores insatisfeitos com sua situação de vida e que migraram para outras atividades. São exemplos que não podem ser subestimados o Projeto Esperança da Diocese de Santa Maria/RS e o Projeto CAPA liderado em Santa Cruz do Sul pela Igreja Luterana. Essas pequenas experiências devem ser fortalecidas pela política agrícola, no que se refere à obtenção de suporte técnico e financiamento.
Aguardar outros países produtores como os EUA ratificarem para depois o Brasil ratificar	Essa ação não faz nenhum sentido, pois a CQCT não obriga ninguém a parar de plantar ou exportar. Países ricos, como os EUA, adotaram programas de redução de plantio de fumo antes do Tratado. Não ratificando, o Brasil estará sendo excluído do processo de cooperação técnica e financeira para a reconversão. Perdem todos, principalmente os fumicultores.

Fonte: adaptado de Brasil (2004a).



## **Influência política e primeira audiência pública promovida pelo Senado em uma região produtora**

O lançamento do Anuário Brasileiro do Tabaco 2004, foi realizado em Brasília com a participação de mais de 150 convidados. Além de membros da cadeia produtiva do tabaco, estavam presentes representantes do Ministério da Agricultura, da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do Banco do Brasil, parlamentares, dentre outros (BELING, 2004, p. 14). A matéria que exhibe o evento, intitulada “Setor fumageiro mostra sua força” traz trechos do discurso do diretor-presidente do Grupo Gazeta, o Sr. André Luís Jungblut, que destacou a importância do setor fumageiro para o Brasil, e encerrou sua fala expondo sua preocupação quanto ao tema da CQCT:

Fica claro o quanto é gigantesca e desafiadora qualquer tarefa que se proponha encontrar alternativas para os produtores de fumo, sem afetar de maneira drástica a estrutura social e econômica de 759 municípios produtores do Sul e de dezenas de municípios no Nordeste. (...) qualquer decisão – pública ou privada – que vier a ser tomada, deve levar em conta as dimensões deste cenário. Não só pela riqueza que gera, mas pelo patrimônio firmado na cultura e na tradição de centenas de comunidades (BELING, 2004, p. 14).

As audiências públicas e visitas às regiões produtoras de tabaco tiveram sua confirmação pelo Senador Eduardo Suplicy no início de novembro. O parlamentar confirmou ao presidente da AFUBRA, Sr. Hainsi Gralow, sua presença em Santa Cruz do Sul no dia 06 de dezembro de 2004, assim como o fez o senador Fernando Bezerra, do PTB potiguar, relator do projeto que tramitava no Senado. Também iriam integrar a comitiva os senadores gaúchos Paulo Paim (PT-RS), Pedro Simon (PMDB-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Para Gralow, a receptividade de Suplicy e Bezerra à ideia de uma audiência na região produtora de tabaco foi resultado do esforço de todas as entidades ligadas à cadeia produtiva do fumo e da mobilização da população, principalmente no VRP (SCHNEIDER, 2004c, p. 8).

Iniciaram, então, as ações de atores sociais para mobilizar autoridades e a sociedade em demonstrar seu interesse de rejeição à CQCT durante a vinda da comitiva designada pelo Senado Federal para conhecer a produção de tabaco no VRP. Um grupo de fumicultores, acompanhados por representantes da FETAG, realizou, em 18 de novembro de 2004, um ato na Praça da Matriz no Centro Histórico de Porto Alegre, e depois se encaminhou ao Palácio Piratini e à Assembleia Legislativa. Nestes locais, foram recebidos por autoridades políticas e entregaram documentos com sua reivindicação, o pedido para que a sociedade e os políticos se posicionassem contra a Convenção-Quadro (SETÚBAL, 2004d, p. 8). Os atores sociais do VRP

com interesse de rejeição à CQCT também definiram estratégias para mobilizarem, pelo menos, 10 mil fumicultores para receberem a comitiva que participaria da audiência pública no auditório da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) em 6 de dezembro daquele ano. Da reunião que definiu formas de divulgação aos agricultores, participaram representantes da AFUBRA, FETAG, FAMURS, FARSUL e Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A AFUBRA convocou seus associados, assim como a FETAG através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios (ENTIDADES..., 2004, p. 9).

A edição da Gazeta do Sul de 06 de dezembro de 2004, data da visita da comitiva do Senado Federal a Santa Cruz do Sul, trouxe um caderno especial sobre a fumicultura e a preocupação com a ratificação da Convenção-Quadro. Tal caderno fala da importância socioeconômica do tabaco para o VRP e para o Brasil, geração de impostos, a posição que o Brasil ocupa dentre os maiores produtores de fumo do mundo, e a quantidade de hectares plantados que aumentava a cada safra. Também foram apresentadas as medidas ambientais adotadas pelo setor produtivo, no sentido de redução do efeito estufa, desmatamento e utilização de agrotóxicos, além de ações sociais desenvolvidas pelas indústrias como o incentivo para que os pais fumicultores mantenham os filhos na escola. As reportagens também afirmam que o tabaco é o produto mais rentável em propriedades com as características encontradas no VRP: pequenas e com relevo acidentado em sua maioria; e por isso, não haveria possibilidade de uma reconversão produtiva com atividades economicamente viáveis. Cada página do encarte possuía um *banner* de alguma entidade do VRP argumentando a necessidade de rejeição à Convenção-Quadro, dentre elas, associações comerciais, industriais, sindicatos de trabalhadores rurais e de trabalhadores da indústria do tabaco. Em nenhum momento, neste caderno especial, são mencionadas entrevistas ou *banners* de indústrias fumageiras, ou do SINDIFUMO (FUMO..., 2004, Gazeta Especial).

A previsão de 10.000 fumicultores mobilizados para recepcionar a comitiva concretizou-se mesmo sob forte chuva, sendo que parte deles dividiram-se entre os trevos de acesso à Santa Cruz do Sul, por onde passaram as autoridades. A matéria sobre a mobilização ainda apontou a forma com que parte desses produtores rurais chegaram até os locais estratégicos, bem como quem patrocinou tal transporte: “Somente uma empresa fumageira do município mobilizou cem ônibus de Venâncio Aires e outras regiões produtoras para integrar-se ao evento” (CARÍSSIMI, 2004, p. 13).

**Figura 22 – Fumicultores de diversos municípios saudando os senadores e demais autoridades que vieram até o Vale do Rio Pardo/RS**



Fonte: (MOBILIZAÇÃO DE..., 2004, capa)

Após a passagem dos políticos e início da audiência pública nas dependências da UNISC, os fumicultores que deram as boas-vindas nos trevos de acesso dirigiram-se até o pavilhão do parque da Oktoberfest em Santa Cruz do Sul. De lá, eles puderam acompanhar a audiência por meio de um telão, assim como as autoridades em audiência também os visualizavam em um dispositivo instalado no auditório da UNISC (CARÍSSIMI, 2004, p. 13).

**Figura 23 – Fumicultores lotaram o ginásio poliesportivo do Parque da Oktoberfest em Santa Cruz do Sul para pedirem a rejeição à ratificação da CQCT.**



Fonte: (COMISSÃO..., 2004, capa).

Pode-se observar que o jornal Folha do Mate, em diversos momentos enfatizou e elogiou o comportamento dos fumicultores durante a mobilização como “ordeiros” e até mesmo como “civilizados” (MOBILIZAÇÃO DE..., 2004, capa; CARÍSSIMI, 2004, p. 13). Essa posição da

imprensa corporativa implicitamente critica as mobilizações ocorridas nas reivindicações por melhores condições de trabalho e remuneração, com marchas, ocupações de pátios das empresas fumageiras e do SINDIFUMO protagonizadas principalmente pelo MPA<sup>33</sup> (OLIVEIRA, 2003a, p. 10; ETGES, 2004a, p. 18).

Como resultados da audiência pública, foi possível destacar a avaliação do relator, Senador Fernando Bezerra, de que a questão é complexa e, portanto, seria criada uma comissão mista com representantes dos governos federal, estadual, fumicultores, indústria do tabaco e antitabagistas para discussão da ratificação brasileira à CQCT, precedendo qualquer parecer da Comissão de Relações Exteriores do Senado sobre a matéria. Esta avaliação foi referendada pelo senador Eduardo Suplicy, que disse ter certeza que o relator iria considerar a riqueza dos depoimentos ouvidos durante o debate. Conforme a reportagem publicada pela Gazeta do Sul, ao desembarcar na UNISC, Bezerra havia previsto a emissão do parecer sobre a matéria ainda em 2004, mas ao deixar a audiência, afirmou que não havia data para concluir o documento, em função de se tratar de um assunto muito delicado. O relator ainda frisou: “Eu defendo a saúde das pessoas, mas seria insana a adoção de qualquer medida sem antes pensar nas conseqüências [sic] que ela traria para os produtores de fumo” (MÜLLER, 2004j, p. 6).

Os atores sociais que se mobilizaram para que tal audiência acontecesse comemoraram os resultados do evento. Cada entidade ou personalidade inscrita teve 5 minutos para apresentar sua argumentação. O presidente do SINDIFUMO destacou em sua fala que o Brasil já possuía uma das legislações antitabagistas mais severas do mundo, com restrições à propaganda de cigarro, advertências estampadas nos maços do produto e alta carga tributária. Sobre os tributos incidentes no cigarro, o dirigente do sindicato os classificou como incentivo ao aumento do contrabando, afirmação que foi reforçada pelo então prefeito de Santa Cruz do Sul, Sérgio Moraes (PTB-RS), em seu discurso. Já o presidente da AFUBRA abriu mão de sua fala para apresentar um vídeo nos minutos a ele reservados. Reforçando sua tese de que o rendimento financeiro obtido pelos pequenos agricultores com o tabaco supera outras atividades possíveis, o vídeo exibiu fumicultores falando que possuíam boas condições financeiras, e ao final apresentou um estudo do perfil socioeconômico dos fumicultores produzido pelo Núcleo de Pesquisas da Universidade de Santa Cruz do Sul (NUPES/UNISC) (SETOR..., 2004, p. 6).

---

<sup>33</sup> Para exemplificar a distinção feita pela Folha do Mate aos diferentes atores sociais que protagonizaram as ações, seguem, respectivamente algumas manchetes de matérias sobre as mobilizações de contestação ao preço do tabaco e as contrárias à ratificação da CQCT: “Despreparo” e “Invasões marcam a estreia do MPA nas negociações do fumo”; “Mobilização de fumicultores dá um exemplo de civilidade” e “Venâncio dá exemplo de civilidade”

Além dos pronunciamentos acima apresentados, a Gazeta do Sul destacou a fala de outros atores sociais presentes, alguns com interesse de apoio à ratificação da CQCT. Fazendo um contraponto com o vídeo apresentado pela AFUBRA, o presidente da Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS), Luís Carlos Correia da Silva, apresentou um paciente com enfisema pulmonar atribuída ao consumo de cigarro. A freira Lourdes Dill, do Projeto Esperança/Coesperança ligado à Diocese de Santa Maria/RS da Igreja Católica, fez o discurso mais duro contra a produção de fumo, a classificou como a “cultura da morte” e solicitou imediata ratificação ao Tratado. A religiosa foi vaiada pelos fumicultores, assim como os demais atores que posicionaram-se favoráveis à Convenção-Quadro (ATÉ..., 2004, p. 7). Albino Gewehr, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, também manifestou seu apoio à ratificação da CQCT. Para ele, apenas mediante a adesão à Convenção-Quadro os fumicultores brasileiros teriam possibilidade de receber benefícios técnicos e financeiros da cooperação internacional para reconversão produtiva. Segundo Gewehr, o país tinha duas opções: ratificar o Tratado e participar das discussões e protocolos; não ratificar e aguardar as decisões que deverá cumprir (ETGES, 2004d, p. 12).

Contra a ratificação do Tratado, o vice-governador gaúcho, Sr. Antônio Hohfeldt, atacou a CQCT e, principalmente, seu artigo 17º por não detalhar de que forma seria feita a reconversão produtiva. O representante do Governo gaúcho afirmou que o acordo traria sérios problemas econômicos e sociais para os três estados do Sul, além do estímulo ao contrabando. A FARSUL e a FAMURS também discursaram no sentido de defesa e preocupação com a fumicultura. A sessão foi finalizada pelo então reitor da UNISC, Sr. Luiz Augusto Campis, que falou que o cultivo de tabaco faz parte da cultura dos descendentes alemães. Em meio ao discurso, o deputado estadual Osmar Severo (PTB-RS) surpreendeu aos presentes na audiência ao entrar no auditório carregando um pé de fumo que foi entregue ao senador Suplicy, conforme exibido na Figura 24. Com essa ação inesperada pelos presentes, o parlamentar pretendeu mostrar para os senadores que a discussão sobre a aprovação da CQCT deveria considerar desde a atividade agrícola, e não apenas os aspectos relacionados ao consumo do tabaco (ATÉ..., 2004, p. 7).

**Figura 24 – Sob aplauso dos que participavam da audiência pública, o deputado estadual Osmar Severo (esquerda) entrega um pé de fumo ao senador Eduardo Suplicy (centro)**



Fonte: (ATÉ..., 2004, p. 7).

O presidente do INCA, José Gomes Temporão, também participou da audiência. Após declarar a posição de apoio à ratificação da CQCT, Temporão enfatizou sua preocupação com os fumicultores, falando da necessidade de inclusão de uma série de salvaguardas aos produtores devido a eventuais efeitos colaterais do Tratado que poderiam ser sentidos em longo prazo. Ele não deixou de argumentar sobre os males à saúde provocados pelo cigarro que, estima-se, mata 5 milhões de pessoas no mundo a cada ano (ATÉ..., 2004, p. 7). A imprensa corporativa do VRP mostrou-se surpresa com o fato do presidente do INCA ter demonstrado atenção aos efeitos que a Convenção-Quadro poderá trazer no futuro aos produtores de tabaco. A explicação situacional dessa imprensa consultada afirma que todos os atores com interesse de apoio à CQCT estão contrários aos fumicultores.

A Folha do Mate, em sua edição de 10 de dezembro de 2004, trouxe uma nota assinada pelo Sr. Albino Gewehr da CUT. Nela, Gewehr afirma que acompanha os debates sobre a CQCT desde a proposição da política de saúde global para conter o tabagismo. Com menção às mobilizações ocorridas no VRP contra a Convenção-Quadro, ele critica o que classifica como falsa polêmica e distorção de informações realizada por membros do setor produtivo do tabaco, por carecerem de sustentação em suas afirmações. Isto porque quando o texto da Convenção-Quadro foi concluído em 2003, ele trouxe em seus artigos 4, 17 e 26 garantias aos fumicultores, uma vez que os governos signatários se comprometeriam a financiar uma reconversão produtiva caso a produção de tabaco fosse afetada pelo acordo. Naquele momento, os atores sociais da cadeia produtiva do tabaco no VRP retornaram satisfeitos de Genebra, por considerarem o acordo *light*, e portanto fizeram silêncio durante sua tramitação por 9 meses na Câmara dos Deputados. Entretanto, assim que a matéria foi apresentada no Senado Federal, a inércia foi repentinamente quebrada pela chamada da AFUBRA com o comunicado “Querem acabar com

a fumicultura” emitido em 5 de setembro de 2004 (GEWEHR, 2004, p. 15). Conforme o representante da CUT, haviam intenções que motivavam a Associação dos Fumicultores a proceder assim:

Desta forma a AFUBRA agrada a indústria do fumo e reabre seu canal de diálogo com a indústria, redimindo-se de ter proposto a distribuição da renda do setor, permanecendo como “negociadora do preço do fumo” e permitindo aos seus aliados políticos o uso desta polêmica em pleno período eleitoral. A partir daí ouve-se os mais diversos absurdos como “Convenção vai erradicar o fumo”, “Governo Federal quer acabar com o fumo”, “o que será de Santa Cruz sem o fumo”, Fulano vai a Brasília defender fumicultores”, “ciclana não sabia o que votou”, “Beltrano conseguiu adiar votação no Senado”, “Novos prefeitos se mobilizam. O problema dos fumicultores agora também é nosso” etc... Instalaram um clima de terror sem fundamentar suas “preocupações”” (GEWEHR, 2004, p. 15).

Albino Gewehr também criticou a condução das discussões na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, da qual ele fazia parte, por consumir a maior parte do tempo de trabalho apenas na questão do contrabando de cigarros, tema que interessava à indústria. A temática da melhor distribuição de renda entre os membros do setor produtivo (maior remuneração aos fumicultores), inicialmente proposta pelo presidente da AFUBRA, causou enorme mal estar quando debatida. Isto porque a direção do SINDIFUMO alegou que a criação de um fundo de valorização do trabalho dos fumicultores, que foi cogitada, inviabilizaria a fumicultura brasileira, que apenas ocupa a posição de maior exportador em decorrência de sua matéria prima barata. Gewehr encerrou a nota lamentando a polêmica criada artificialmente nas regiões produtoras de tabaco, e reafirmou que tal desinformação tem a única finalidade de sucumbir a discussão sobre a distribuição de renda gerada no setor (GEWER, 2004, p. 15).

Naquele momento, final de 2004, 36 países haviam ratificado a CQCT, sendo que a mesma só vigoraria 90 dias depois que 40 nações aderissem. A Indústria do tabaco estava obtendo êxito em sua estratégia, que como exposto pelos representantes do INCA, consistia no retardamento de assuntos que contrariavam seus interesses (BRASIL, 2004a).

### **Negociação arrefecida do preço do fumo para a safra 2004/2005**

Dois dias após a audiência pública, ocorreu na mesma cidade, Santa Cruz do Sul, a reunião para negociação do preço do tabaco na safra 2004/2005. A exemplo da safra anterior, as entidades que participaram das negociações tiveram divergências quanto ao método de cálculo do custo de produção, e houve novo impasse. Com uma diferença de quase 100% entre os cálculos de custo de produção entre as partes, nem mesmo foram apresentadas propostas de

reajuste e uma nova reunião fora agendada para 10 de janeiro de 2005. Novamente a diferença pode ser explicada pela menor valorização da mão-de-obra familiar pela indústria; o sindicato foi enfático em afirmar que dificilmente alteraria seu cálculo de custo de produção. Além do SINDIFUMO, participaram da reunião, como representantes dos fumicultores, a AFUBRA, a FETAG e a FARSUL, além das Federações da Agricultura e dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina e Paraná (SCHNEIDER, 2004d, p. 11).

Em abril, apenas 25% dos volumes produzidos de tabaco haviam sido comercializados, frente a previsão da indústria de mais de 50% até aquele mês. A direção da AFUBRA, FARSUL, FETAG e fumicultores vinculados a estes atores ainda tentavam reajuste no preço pago ao produtor. Porém, assim como afirmado desde janeiro por Claudio Henn, presidente do SINDIFUMO, a entidade não alterou mais o valor por ela oferecido. Além do preço fixado abaixo do esperado, a classificação do tabaco novamente gerou enorme descontentamento dos agricultores. Os fumicultores também relataram estar desviando seu volume de tabaco contratado através do SIPT para atravessadores que ofereciam um valor um pouco maior pelo produto (SCHNEIDER, 2005a, p. 12).

O SINDIFUMO aplicou unilateralmente 10% de aumento ao fumo, percentual que havia apresentado em dezembro de 2004 como seu cálculo de aumento no custo de produção, ato contestado pela direção da AFUBRA, FARSUL e FETAG, que solicitaram 26% de correção na tabela de preços do fumo. Esses três representantes dos produtores de fumo anunciaram buscar a negociação individual com cada empresa, ação que não gerou resultados assim como na safra anterior. Não houveram mobilizações por parte dos fumicultores e o percentual definido pelo sindicato das indústrias foi mantido até o final da safra (MANTOVANI, 2005a, p. 7).

Repetindo o impasse dos anos anteriores, persistiu a decisão unilateral e inflexível do SINDIFUMO sobre os preços pagos aos fumicultores e mais uma vez as discussões se prolongaram até o final da safra. Porém, não foram noticiados registros de manifestações por parte dos fumicultores, apenas modestas críticas disparadas por estes e pelas diretorias da AFUBRA e FETAG. Esse arrefecimento por parte dos produtores pode ser explicado, dentre outros eventuais motivos, pelas relações de cooperação entre estes e a indústria do tabaco na “luta contra os antitabagistas”.



### **Convenção-Quadro entra em vigor e aumenta a pressão pela definição brasileira**

Em reunião da Câmara Setorial de Tabaco de 2005, ocorrida aos 26 dias do mês de janeiro, dois atores sociais manifestaram publicamente seu interesse de apoio à ratificação da CQCT: a CUT, através de Albino Gewehr e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL). Tais posições haviam sido divulgadas no dia anterior, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, onde os atores lançaram a campanha pró-ratificação da Convenção-Quadro. Gewehr argumentou que o Peru foi o 40º país a aderir ao Tratado, fato que o sacramentou, e que o Brasil não deveria deixar de participar das discussões. Tais posições desagradaram outros integrantes da Câmara Setorial, que seguiam com a afirmação de que primeiro era preciso discutir alternativas viáveis à fumicultura (DUAS..., 2005, p. 12).

A Sra. Vera da Costa e Silva, diretora do programa da OMS para o controle do cigarro, veio a público manifestar que tomou conhecimento de que o Brasil estava tentando adiar o início das discussões e de Protocolos pelos países signatários da CQCT, e comunicou o país de que não iria ceder a essa pressão. A denúncia foi feita face a comunicações que o Senado Federal teria estabelecido com representantes de outros países, no intuito de aguardar a ratificação brasileira, para então contar com o Brasil nessas decisões. Para a especialista da OMS que criticou a postura do Senado brasileiro, “O lobby da indústria é forte e o Brasil só perde ficando fora da convenção” (OMS..., 2005, p. 20). A matéria esclarece que a posição do Senado naquele momento era pela ratificação, porém sua alegação para postergar a votação era o impacto sobre os fumicultores, sabidamente polemizado pelos atores sociais com interesse na manutenção das genoestruturas do setor, além dos fumicultores subordinados a estes e temerosos pela perda de sua principal fonte de renda. E essa circunstância precisaria de um direcionamento antes da aprovação do projeto.

No final de fevereiro de 2005, a CQCT entrou em vigor. Naquele momento, já eram 57 os países que haviam aderido à Convenção-Quadro. Em fevereiro de 2006, a diretoria da OMS, em conjunto com os representantes das nações que aderissem até novembro de 2005, iria iniciar os debates dos protocolos que definiriam a forma como os 38 artigos do acordo internacional seriam aplicados. Jorge Kell, membro da CONICQ explicou que, sem ratificar o acordo, o Brasil não seria contemplado com recursos de fundos internacionais e, politicamente, poderia haver perdas de posição do país, em instâncias como a Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo. Sobre a polêmica levantada na região do VRP sobre “o temido artigo 17”

(ANUÁRIO..., 2004, P. 123), Kell afirmou: “A reconversão de cultura não é obrigatória. Deixar de plantar fumo é uma decisão de cada agricultor. Aqueles que quiserem, receberão ajuda. Mas se o Brasil não está interessado, por que eles vão mandar dinheiro para os produtores daqui?” (SCHNEIDER, 2005b, p. 9).

Já no Senado Federal, a comissão mista com representantes dos governos federal e estaduais, produtores, indústrias e antitabagistas não foi criada assim como prometido pelo Senador Fernando Bezerra, que era o relator da matéria. Em entrevista concedida à Rádio Gazeta AM, pertencente ao Grupo Gazeta de Comunicações, Bezerra justificou a não criação da comissão às discussões sobre o orçamento da União no final de 2004, e algumas mudanças ocorridas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Dentre essas mudanças destacou a troca da presidência, em que Eduardo Suplicy foi substituído por Cristovam Buarque, que na época era senador pelo PT do Distrito Federal; e o fato do próprio Fernando Bezerra ter passado à suplência da Comissão, fato que não lhe dava certeza se continuaria atuando como relator da matéria. Bezerra também manifestou que desejava conversar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o assunto: “Ele é o juiz dessa questão. Se há divergência entre dois ministros de Estado – da Saúde e da Agricultura –, cabe a ele arbitrar” (SCHNEIDER, 2005b, p. 9).

### **Novo pedido de urgência na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004 provoca mais uma vez a mobilização do Vale do Rio Pardo.**

No início do mês de junho de 2005 o Ministro da Saúde, Humberto Costa, fez um pedido ao então presidente do Senado, Renan Calheiros, para que a CQCT fosse votada em regime de urgência (SETÚBAL, 2005, p. 3). Tal solicitação mobilizou mais uma vez os atores sociais que buscavam a manutenção das genoestruturas do jogo social em questão, e dirigiram-se imediatamente do Vale do Rio Pardo a Brasília. A notícia foi informada da seguinte forma pela imprensa corporativa do VRP:

O sinal de alerta está aceso outra vez no setor fumageiro. Na próxima semana representantes da indústria e dos produtores de tabaco irão a Brasília para uma missão nada fácil: impedir que o projeto de decreto legislativo que ratifica a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco seja aprovado em regime de urgência no Senado (SETÚBAL, 2005, p. 3).

Humberto Costa apresentou a Calheiros um abaixo-assinado com mais de 24 mil assinaturas manifestando apoio à ratificação da CQCT. O ministro solicitou que tal matéria fosse à votação até o final de outubro de 2005, limite para o Brasil poder participar da primeira sessão da Conferência das Partes (COP)<sup>34</sup>, em que se discutiriam mecanismos de implementação do Tratado. O Presidente do Senado defendeu a proposta do ministro e manifestou a intenção de formatar, junto com outros líderes partidários, um calendário que permitiria a votação emergencial do acordo. A mobilização dos atores sociais ligados ao setor fumageiro, como descrita acima, pretendia buscar o apoio dos senadores que compõem as três Comissões que analisam a matéria: Relações Exteriores e Defesa Nacional, Ação Social, e de Agricultura e Reforma Agrária. Nessas Comissões também existiam parlamentares sensibilizados sobre a importância econômica do setor produtivo, devido às investidas anteriores destes atores sociais (SETÚBAL, 2005, p. 3).

O presidente do SINDIFUMO, Claudio Henn, emitiu um comunicado no final do dia 23 de junho de 2005, em que manifestou sua preocupação quanto à informação de aceitação por parte de Renan Calheiros da votação do projeto em caráter de urgência:

(...) dentro da linha do que aconteceu na Câmara dos Deputados, tomamos conhecimento a pouco de que há um movimento para levar à plenária do Senado, já na próxima quarta-feira, 29, através de um acordo de lideranças, a aprovação da ratificação da Convenção-Quadro. Para tanto, as três comissões nem apreciariam/aprofundariam o estudo da matéria, agilizando a sua aprovação antes do recesso. Diante disso, o Sr. Hainsi Gralow e outras pessoas já estão contatando senadores e deputados objetivando conseguir uma audiência com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para terça-feira, 28, oportunidade em que entregaríamos as mais de 175 mil assinaturas conseguidas até agora. Naturalmente, serão feitos também contatos com os senadores das três comissões (ETGES, 2005a, p. 16).

Em resposta à iniciativa do Ministro da Saúde, os atores sociais do VRP com interesse de rejeição à ratificação da Convenção-Quadro viajaram a Brasília para a audiência com o Presidente do Senado, Renan Calheiros. Levaram consigo um abaixo assinado de mais de 182 mil assinaturas contrárias ao acordo e dados atualizados sobre a fomicultura Brasileira, com o objetivo de sensibilizar Calheiros sobre a importância socioeconômica do tabaco para o Brasil e da rejeição que a CQCT possui junto às populações dos municípios fomicultores. Ou seja, a intenção desses atores era de reverter a posição adotada pelo presidente do Senado (MANIFESTO..., 2005, p. 8).

---

<sup>34</sup> A Conferência das Partes é a instância deliberativa da Convenção-Quadro, formada por todos os Estados Partes, aqueles que ratificaram o acordo. Responsável por promover e facilitar a transferência de conhecimento técnico, científico e jurídico especializado e de tecnologia, com apoio financeiro garantido nos termos do tratado, servindo a COP como mecanismo essencial da cooperação internacional da Convenção-Quadro (BRASIL, 2003).

A audiência com Renan Calheiros aconteceu em 28 de junho de 2005, um dia antes da data em que estava agendada a votação no plenário do Senado do Projeto de Decreto Legislativo 602/2004. Porém, conforme reportagem da Folha do Mate, o deputado federal Luiz Carlos Heinze do PP gaúcho, ao qual a notícia atribuiu a função de “protagonista de costura política que pretendia impedir a votação do projeto em regime de urgência” (MANIFESTO..., 2005, p. 8), afirmou ter garantido o apoio do PSDB para adiamento da votação. Conforme Heinze, a base aliada do Governo Federal já possuía assinaturas necessárias para colocar o projeto na pauta do plenário, mas segundo detalhou o parlamentar: “conseguimos ‘fechar’ a negociação que exige um parecer técnico da Comissão de Agricultura antes que a proposta seja votada em regime de urgência” (MANIFESTO..., 2005, p. 8).

Após a reunião, Renan Calheiros garantiu que não colocaria a pauta em votação antes de um amplo debate, e disse que atenderia ao pedido da comitiva de realizar mais audiências públicas em regiões produtoras de fumo. A comitiva, que além de representantes do setor fumageiro dos três estados do Sul e da Bahia, era composta por uma série de parlamentares defensores do setor fumageiro, levou ao presidente do Senado dados econômicos sobre o tabaco e seus produtores, bem como as assinaturas contra a ratificação do Tratado, que já excediam as 195 mil. Os atores sociais da região do VRP que participaram da audiência saíram otimistas com o acolhimento de suas reivindicações por Renan Calheiros. Hainsi Gralow comemorou a possibilidade de novas e mais amplas discussões sobre o tema, e ironizou: “Ele teve uma grande surpresa ao ver o abaixo-assinado com quase 200 mil assinaturas, pois já havia se emocionado com a lista de 24 mil nomes entregues pelo Ministério da Saúde” (MÜLLER e SANTOS, 2005, p. 12). O presidente do SINDIFUMO também considerou que o dia de mobilização em Brasília foi um importante passo dado contra a ratificação da CQCT e afirmou: “felizmente agora haverá a possibilidade de debater as consequências [sic] da Convenção-Quadro em novas audiências públicas nas regiões fumageiras” (MÜLLER e SANTOS, 2005, p. 12).

**Figura 25 – Renan Calheiros recebe das mãos de parlamentares e atores sociais envolvidos na fumicultura as assinaturas coletadas nas regiões produtoras de tabaco, e garante amplo debate quanto a CQCT**



Fonte: (PRESIDENTE..., 2005, capa).

Além do presidente do Senado, o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, também manifestou apoio ao setor fumageiro. A imprensa corporativa do VRP novamente afirmou que a grande polêmica acerca do Tratado é seu artigo de número 17, o qual prevê a “substituição da lavoura de tabaco” (MÜLLER e SANTOS, 2005, p. 12). Mais uma vez os atores sociais com interesse de rejeição ao Tratado atingiram seu objetivo: a postergação da votação do projeto de ratificação.

Na reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, ocorrida em julho de 2005, a questão da Convenção-Quadro consumiu a maior parte do tempo do encontro. Os presentes afirmaram que a ação mais importante naquele momento era garantir a ocorrência das audiências públicas em municípios produtores de fumo, assim como garantido pelo novo relator da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, Heráclito Fortes. Antes de adentrarem no tema da CQCT, a discussão que mais avançou foi a temática do contrabando de cigarros, que, segundo o presidente da AFUBRA, prejudicava muito todo o setor produtivo do tabaco. A temática da distribuição de renda no setor produtivo também estava agendada para debate, mas não ocorreu (MANTOVANI, 2005b, p. 6).

No início de agosto, a manchete de capa do jornal de Santa Cruz do Sul trouxe o descontentamento dos fumicultores com o baixo preço oferecido pelas indústrias, a rigorosa classificação do produto e, com isso, a conseqüente intenção destes em reduzir o plantio para a safra 2006 (DESCONTENTE..., 2005, capa). Frente às seguidas argumentações da diretoria da AFUBRA, sobre a alta rentabilidade financeira da lavoura, as notícias davam conta da insatisfação desses agricultores. O motivo para o descontentamento não estava relacionado a preocupações com a CQCT, mas sim aos insatisfatórios preços pagos pela indústria. As

empresas foram inflexíveis nas negociações do valor da tabela de preços e definiram classes de compra inferiores às esperadas pelos fumicultores na venda do produto. O temor dos produtores rurais entrevistados era de não conseguir cobrir os custos de produção, por isso muitos afirmaram que reduziriam em até 50% o número de pés de fumo plantados para a próxima safra. Segundo o agricultor santa-cruzense João Fernando Cunha, “Nunca estive tão ruim como esse ano. São muitas despesas e o fumo não sobe. Há três anos está com o mesmo preço, enquanto adubo e insumos e mão-de-obra aumentaram muito” (APPEL JUNIOR, 2005, p. 6).

Consultado sobre o assunto, o presidente da AFUBRA disse que tal situação era reflexo da insatisfação dos fumicultores com a postura da indústria fumageira nas negociações. Atenuando as contestações, Gralow disse que o quadro não é alarmante e afirmou: “Vejo como um ajustamento da produção brasileira, que é necessário. Só não quero nem imaginar que isso possa ser o princípio dos efeitos da Convenção-Quadro” (APPEL JUNIOR, 2005, p. 6).

### **Audiências públicas nas regiões produtoras de tabaco para definição do parecer sobre o projeto de ratificação à CQCT**

No mês de agosto de 2005 foram divulgados os prováveis locais de ocorrência das audiências públicas para tratar da Convenção-Quadro, que seriam promovidas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. A primeira delas em Irati/PR, já confirmada para o dia 19 daquele mês; além de audiências em Tubarão/SC, Camaquã/RS, Maceió/AL ainda a serem confirmadas e agendadas (AUDIÊNCIA VAI..., 2005, p. 5). Com base nas informações levantadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, nessas audiências públicas seria emitido um relatório final quanto a sua posição frente ao projeto da ratificação da CQCT (MACHADO, 2005a, p. 5).

O secretário da AFUBRA, Romeu Schneider, mostrou-se satisfeito com a realização das audiências públicas e afirmou: “Eventos oficiais como este fazem com que cada vez mais pessoas tenham conhecimento da importância socioeconômica do setor fumageiro” (AUDIÊNCIA VAI..., 2005, p. 5). Schneider também destacou a importância da participação dos fumicultores e da comunidade em geral nessas audiências públicas: “É a oportunidade de o produtor mostrar a preocupação com a manutenção da sua atividade e fonte de sobrevivência. Assim como é importante a presença dos demais segmentos que dependem economicamente do cultivo do fumo” (AUDIÊNCIA VAI..., 2005, p. 5).

A audiência pública realizada na Câmara de Vereadores de Irati/PR reuniu cerca de três mil pessoas. A sessão foi presidida pelo vice-presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, senador Flávio Arns, e acompanhada pelo relator do projeto, senador Heráclito Fortes. Fortes avaliou que “O debate ocorreu de forma civilizada e foi muito produtivo, pois as audiências públicas são justamente para ver *in loco* a realidade do setor e para ouvir o sentimento das camadas que não têm assento no Congresso Nacional”. Flávio Arns considerou fundamentais os depoimentos ouvidos em Irati para a elaboração do relatório que apontaria uma posição sobre a ratificação. O senador admitiu que havia muita insegurança diante dos órgãos públicos sobre o assunto, mas afirmou que “eventos como este auxiliam a diminuir as tensões entre as mais diferentes opiniões, daí a importância de ocorrerem fora de Brasília e junto às comunidades diretamente interessadas”, (MOBILIZAÇÃO REUNIU..., 2005, p. 23). Ainda restavam as audiências públicas previstas para acontecer em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Em Santa Catarina, a audiência pública que ocorreu em Florianópolis reuniu cerca de duas mil pessoas, em sua maioria fumicultores, que pediram, através de cartazes e faixas, a continuidade da fumicultura no Brasil. A sessão foi conduzida pelo relator do projeto 602/2004, Heráclito Fortes, e a fala de maior destaque para a imprensa corporativa do VRP foi a do secretário da AFUBRA, Romeu Schneider. Para este, a ratificação da CQCT iria tirar empregos do Brasil, devido à produção migrar para outros países produtores, e a elevação de impostos sobre os cigarros iria contribuir com o contrabando. Quanto a resistência dos agricultores em permanecer na fumicultura Schneider afirmou: “o fumicultor não é bobo, se há alta concentração de cultivo de tabaco em algumas regiões, é porque o agricultor percebe ser a cultura mais rentável” (SANTA CATARINA..., 2005, p. 6). Embora a maior parte dos presentes na reunião manifestasse seu interesse de rejeição à ratificação, o governo daquele estado manifestou seu apoio ao Tratado e à reconversão produtiva (SANTA CATARINA..., 2005, p. 6).

A Gazeta do Sul apresentou atores sociais que nessas audiências posicionaram-se a favor da ratificação: Albino Gewehr, representantes da FETRAF-SUL, do MPA, e dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. Além disso, o governo do Paraná, terceiro maior estado produtor de fumo no Brasil, também se posicionou favorável à adesão ao Tratado, assim como o governo de Santa Catarina já havia feito. Conforme a matéria, tais posicionamentos foram justificados pela alegação de que, com a adesão, o país teria condições de buscar subsídios internacionais para implantar novas culturas em substituição ao fumo (MACHADO, 2005a, p. 5).

Naquela altura, 1º de setembro de 2005, mais nações já haviam aderido à CQCT, incluindo 9 dos principais países importadores do fumo brasileiro, dentre eles a China, que também era o maior produtor (MACHADO, 2005a, p. 5). O argumento utilizado pelos atores sociais com interesse de rejeição à ratificação do acordo, de que nações com relevância econômica no setor do tabaco não haviam aderido, não era mais válido. Continuavam então, nas audiências públicas, insistindo na informação de que sua aprovação geraria o desemprego dos fumicultores brasileiros. Agora, a expectativa desses atores era sensibilizar o relator do projeto 602/2004 na audiência realizada no estado com o maior número de fumicultores no Brasil, em Camaquã/RS.

No segundo dia do mês de setembro, Albino Gewehr publicou uma opinião no jornal Folha do Mate sobre o desenrolar da ratificação brasileira à CQCT naquele momento. Nela, Gewehr expõe o fato de que mais de 85% do fumo brasileiro era comercializado pelas indústrias nacionais *in natura* ao exterior, onde era manufaturado sem gerar muitos empregos ao setor industrial brasileiro. Ele prosseguiu em sua crítica com dados de que o Brasil é um dos países no mundo em que o fumicultor recebia o mais baixo valor pelo quilo de fumo produzido<sup>35</sup>, e por isso é um dos países em que essa indústria possui a maior lucratividade. Albino Gewehr exemplificou essa informação com o fato de que a empresa Souza Cruz dobrou seu Patrimônio Líquido em apenas dois anos (GEWEHR, 2005, p. 24).

De acordo com a análise situacional feita por Albino Gewehr, o Brasil possuía uma legislação antitabagista mais avançada do que preconizava a Convenção-Quadro, e essa era a principal preocupação das indústrias multinacionais do tabaco quanto a ratificação brasileira. Conforme a avaliação de Gewehr, se o Brasil fizesse parte do Tratado, a tendência é que os outros países signatários também adotassem medidas já consolidadas no Brasil: restrição à propaganda, proibição de venda a menores de idade, combate ao contrabando, dentre outras. Após voltar a criticar as indústrias e a AFUBRA por seu *lobby* contra a ratificação, distorção de informações, e reafirmar que a Convenção-Quadro apresenta salvaguardas aos fumicultores, Albino Gewehr concluiu enfatizando a necessidade de políticas para a reconversão produtiva e a urgência na aprovação da CQCT pelo Brasil:

O Brasil necessita de uma política nacional para reconversão da cultura do fumo para outras culturas. Não se pode admitir que um país que tenha tanta terra produtiva, não consiga estabelecer uma política agrícola que possibilite que os produtores que hoje são dependentes da produção de fumo tenham condições de produzirem alimentos.  
(...)

---

<sup>35</sup> Segundo o relato de Albino Gewehr, as mesmas empresas multinacionais que pagavam aos fumicultores estadunidenses cerca de U\$\$ 6,00/kg, aos europeus U\$\$ 10,00/kg e aos japoneses até U\$\$ 18,00, pagavam aos fumicultores brasileiros entre U\$\$ 1,00 e U\$\$ 1,50/kg.



O Brasil, que lidera uma cruzada mundial de combate à fome e que reivindica assento no Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas), pode cair em descrédito se neste momento recuar neste importante Tratado mundial de saúde pública, dobrando-se aos interesses multinacionais do tabaco e seus aliados (GEWEHR, 2005, p. 24)

Sob manchete de capa “Estado é contra extinção da lavoura de fumo” (ESTADO..., 2005, capa), a Gazeta do Sul noticiou a ocorrência da audiência pública para debate da proposta de ratificação à CQCT em Camaquã/RS. O evento correspondeu às expectativas dos atores sociais contrários à adesão ao Tratado, mobilizando mais de cinco mil pessoas. A exemplo dos outros encontros, este contou com discursos de atores sociais com diferentes posicionamentos sobre a matéria: de um lado, os representantes do setor produtivo do fumo, que insistiram no argumento do desemprego de milhares de famílias e suas consequências econômicas; de outro, atores que alegaram as consequências do consumo de tabaco à saúde humana e a necessidade de ratificação para que o Brasil participasse das decisões e protocolos do acordo e contasse com a cooperação internacional para a reconversão produtiva. O então governador do estado, Germano Rigotto, atacou a proposta de ratificação à Convenção- Quadro, assim como os três senadores gaúchos que prometeram votar contra o projeto. O senador Pedro Simon questionou durante a audiência: “Não existe outra cultura mais rentável. O produtor de fumo vai fazer o quê para se manter. Plantar maconha?” (MACHADO, 2005b, p.27).

**Figura 26 - Fumicultores presentes na audiência pediram que o Senado não ratifique a CQCT**



Fonte: (MACHADO, 2005b, p.27).

Os discursos proferidos pelos atores sociais com interesse de apoio à ratificação da CQCT foram fortemente vaiados pelo público que acompanhava a audiência pública, em sua maioria fumicultores gaúchos. Dentre os atores sociais que defenderam a ratificação em sua fala, a matéria cita os representantes da Diocese católica de Santa Maria/RS, Ministério da Saúde, ONG Rede Tabaco Zero e o Ministério da Agricultura, que passou a defender a ratificação com vistas a acessar recursos de cooperação internacional para reconversão. Paula Johns, da ONG Rede Tabaco Zero, afirmou que a AFUBRA não foi a favor da criação de um fundo de assistência aos produtores rurais para facilitar a reconversão. Frente a essa acusação, Hainsi Gralow “saltou da cadeira”, e iniciou uma troca de ofensas verbais com Johns,

defendendo que a entidade havia apresentado esse pedido ao embaixador brasileiro de Genebra, em 2002 (MACHADO, 2005b, p.27). Ainda haveria mais uma audiência pública para contemplar as regiões produtoras de fumo no nordeste brasileiro, e ao invés de acontecer em Maceió/AL como previsto, aconteceu em Cruz das Almas, na Bahia.

No mês de outubro, houve uma reunião para o diálogo entre o Ministro da Saúde recém-empossado, Saraiva Felipe, e o presidente da AFUBRA. No encontro, o presidente da Associação dos fumicultores manteve sua linha de defesa de que existia a necessidade de reconversão produtiva antes da ratificação brasileira. De acordo com a reportagem, o argumento foi acolhido por Saraiva Felipe, que se mostrou preocupado com a situação dos fumicultores. Gralow afirmou que não haviam garantias da existência de cooperação internacional nesse sentido. Porém, quando o Ministro da Saúde apresentou uma proposta de incluir um imposto de R\$ 0,50 por carteira de cigarro para a criação de um fundo de reconversão, a ideia não foi bem-aceita por Gralow. Este justificou a rejeição argumentando que “a criação de um novo imposto iria aumentar o contrabando e a falsificação. Também não podemos concordar com uma promessa de reconversão futura” (MINISTRO..., 2005, p. 6).

Desta forma, outra vez a AFUBRA deixou clara sua posição de cooperação com a indústria, colocando o interesse de manutenção da fumicultura no Brasil acima da preocupação com os sujeitos agricultores inseridos nesse sistema de produção. A reportagem ainda resumiu os principais argumentos pró e contra ratificação da CQCT discutidos na audiência pública de Camaquã (Quadro 7).

**Quadro 4 – Principais argumentos pró e contra a ratificação da Convenção-Quadro da audiência pública de Camaquã/RS**

<b>Argumentos pró-ratificação</b>	<b>Argumentos contra ratificação</b>
Mercado consumidor de cigarros irá diminuir. Melhor o País já pensar agora numa forma de substituição da lavoura.	Não há nenhum documento formal indicando que linhas de crédito e incentivos serão disponibilizados para a reconversão da lavoura.
Se ratificar a Convenção-Quadro até o dia 7 de novembro, o Brasil participará de uma reunião crucial, de definição de critérios para obter empréstimos internacionais.	Ao assinar a convenção, o País se compromete a reduzir paulatinamente a sua produção, gerando risco para milhares de pequenos produtores.
Mesmo assinando agora, produtores não terão que mudar já as suas lavouras.	Não existe cultura hoje em dia tão rentável quanto o fumo.
Sem participar das negociações, o Brasil não pode impedir a criação de mecanismos para retaliar produtores de fumo.	Não há segurança de que o País será capaz de oferecer subsídios para quem quiser mudar a cultura de sua plantação.

Fonte: Adaptado de (MINISTRO..., 2005, p. 6).

Sob a manchete “Cruz das Almas diz não à sua ratificação” (ETGES, 2005b, p. 17), o jornal Folha do Mate trouxe os detalhes da última audiência pública para a elaboração do parecer final sobre a ratificação à CQCT. O evento, ocorrido naquela cidade baiana em 11 de outubro de 2005 fora organizado pelas diretorias da AFUBRA e do Sindicato dos Trabalhadores

nas Indústrias do Fumo e alimentação de Cruz das Almas (SINTIFA) e contou com cerca de 8 mil pessoas, em sua maioria produtores de fumo da Bahia. A audiência foi presidida pelo relator da matéria, senador Heráclito Fortes, e as manifestações foram muito parecidas com as feitas no evento de Camaquã/RS. O presidente da AFUBRA, ainda se defendendo da acusação feita por Paula Johns, da ONG Rede Tabaco Zero, afirmou que sempre foi a favor da criação de um fundo para reconversão, e que somente quando este estivesse criado e existisse um substituto ao tabaco poderia ser ratificado o acordo internacional (ETGES, 2005c, p. 16). Quanto à fala dos atores sociais com interesse de apoio à ratificação da Convenção-Quadro, o periódico, através da sua explicação situacional, afirmou:

Como nas audiências anteriores, os antitabagistas que se pronunciaram nada de novo acrescentaram a seus depoimentos e não apresentaram nenhuma alternativa à cultura do fumo. Apenas se preocuparam com a questão dos malefícios causados pelo cigarro, o que porém não estava sendo Tratado na audiência pública (ETGES, 2005b, p. 17).

De forma geral, a maior parte dos atores que discursaram e o público que acompanhou a audiência pública de Cruz das Almas se mostraram contrários à ratificação da CQCT. O senador Heráclito Fortes anunciou ao final da sessão que pretendia entregar seu parecer sobre a Convenção-Quadro até o dia 15 de outubro (ETGES, 2005b, p. 17).

### **Direcionamento do parecer e votação do Senado Federal após garantias do Poder Executivo**

A Gazeta do Sul de 18 de outubro afirmou que o relatório do senador Heráclito Fortes com a indicação de sua posição quanto a Convenção-Quadro já estava pronto, mas mantido sob sigilo até receber uma posição oficial do Governo Federal sobre a matéria. O periódico acreditava que tal indicação seria contrária à ratificação brasileira ao Tratado, baseado nas mobilizações durante as audiências públicas e informações extraoficiais obtidas com a assessoria de imprensa de Fortes. A reportagem também entrevistou os assessores do parlamentar. Estes afirmaram que o senador aguardava que a União apresentasse uma alternativa capaz de atender à fumicultura de forma prática. Caso o Governo Federal mostrasse que tem como ajudar os fumicultores o relator poderia mudar seu posicionamento (MACHADO, 2005c, p. 13).

**Figura 27 – O relator Heráclito Fortes já estava com seu parecer concluso, porém, aguardava o posicionamento do Governo Federal sobre o Tratado internacional**



Fonte: (MACHADO, 2005c, p. 13).

Em 26 de outubro de 2005, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através de seu Ministro, Miguel Rossetto, entregou ao relator do projeto 602/2004, Heráclito Fortes, a posição do Governo Federal. O documento consolidou a posição oficial do Poder Executivo federal e informou que, em caso de aprovação da matéria pelo Senado, já havia uma declaração da interpretação brasileira sobre a CQCT que afirmava, de forma muito clara, que o país não iria adotar nenhuma medida de proibição ou restrição ao plantio do tabaco. Esta proposta tinha por objetivo recuperar o ambiente de tranquilidade entre as partes que tinham manifestado diferentes interesses sobre o assunto (ETGES, 2005d, p. 19). Além de Miguel Rossetto, participaram da elaboração das propostas os ministros Roberto Rodrigues, da Agricultura; Dilma Rousseff, da Casa Civil; Celso Amorim, de Relações Exteriores; e Antônio Palocci, da Fazenda (MACHADO, 2005d, p. 6). A declaração interpretativa, assinada pelos ministros supracitados, teve a seguinte redação:

A respeito das questões relativas ao apoio a atividades alternativas ao fumo economicamente viáveis, propostas pela Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, adotada pela Assembleia [sic] Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003, o Brasil faz a seguinte declaração interpretativa:

O Brasil interpreta que, no contexto dos parágrafos 15 e 16 do preâmbulo, e dos Artigos 4(6), 17 e 26(3) da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, não há proibição à produção do tabaco ou restrição a políticas nacionais de apoio aos agricultores que atualmente se dedicam a essa atividade.

Além disso, declara ser imperativo que a Convenção seja instrumento efetivo para a mobilização de recursos técnicos e financeiros internacionais para auxiliar os países em desenvolvimento a viabilizarem alternativas econômicas à produção agrícola do tabaco, como parte de suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Por fim, o Brasil também declara que não apoiará propostas que visem a utilizar a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde como instrumento para práticas discriminatórias ao livre comércio (BRASIL, 2005, p. 10).

Além da posição do Governo Federal pela emissão da declaração interpretativa, o Ministro do MDA apresentou uma proposta de um programa de apoio à diversificação produtiva para os produtores que manifestassem sua vontade de migrar para outra atividade agrícola. Tal programa deveria disponibilizar um conjunto de financiamentos, tecnologia,

assistência técnica e comercialização para apoiar os fumicultores que buscassem alternativas de renda. Rossetto afirmou que o Poder Executivo amenizou a preocupação de todos, que era a ameaça de restrição ao cultivo de tabaco no Brasil e ainda afirmou que: “Isto está afastado, porque há uma compreensão consolidada do Brasil de que a Convenção se concentra nos temas vinculados ao consumo – prevenção e controle do tabagismo – e não a produção” (ETGES, 2005d, p. 19).

Na tarde de 27 de outubro de 2005, o senador Heráclito Fortes anunciou seu parecer favorável à ratificação da CQCT pelo Brasil. A matéria relatada por Fortes estabelecia mecanismos que visavam garantir soluções para os fumicultores brasileiros, ou seja, o programa de diversificação idealizado pelo Governo. A expectativa era de que o PDL nº 602/2004 fosse votado antes da data limite de 07 de novembro de 2005 para que o país participasse das primeiras decisões e protocolos da Convenção-Quadro (ETGES, 2005d, p. 19).

As posições do Governo Federal e do relator não agradaram grande parte dos atores sociais com interesse de rejeição à ratificação do Tratado. Hainsi Gralow afirmou que não foi isso que os fumicultores pediram, que o governo apenas fez uma promessa de reconversão, mas nem ao menos sugeriu quais eram as alternativas economicamente viáveis. O então prefeito de Venâncio Aires, Almedo Dettenborn, concordou com Gralow, afirmando que tal proposta é uma derrota frente à luta travada pelo setor produtivo do tabaco (ETGES, 2005d, p. 19).

Após as salvaguardas aos fumicultores anunciadas pelo poder executivo e a sinalização pela ratificação da CQCT através do relatório do senador Heráclito Fortes, o plenário do Senado Federal aprovou a matéria ainda em 27 de outubro. Junto da aprovação brasileira à Convenção-Quadro, foi anexada a declaração interpretativa do país sobre o Tratado, que ficaram depositadas em Genebra, na OMS (MACHADO, 2005e, p. 10).

**Figura 28 – Senadores votaram o projeto que tratava da ratificação da Convenção-Quadro após o senador relator da matéria Heráclito Fortes (esquerda) apresentar sua indicação pela aprovação**



Fonte: (MACHADO, 2005e, p. 10).

Além da apresentação da declaração interpretativa, também foi anunciado ao Senado que os produtores interessados em mudar de cultivo serão incluídos no Programa Nacional de Apoio à Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT) que seria imediatamente criado (MACHADO, 2005e, p. 10). Após a aprovação na plenária do Senado, o presidente Lula ratificou a participação do Brasil à Convenção-Quadro e o país passou a ter direito de participar das primeiras reuniões e da primeira Conferência das Partes (COP) para discutir a instrumentalização do texto. O depósito da ratificação e declaração interpretativa fez do Brasil a 100ª nação a aderir à CQCT (MACHADO, 2005f, p. 6).

Após o resultado que consideraram insatisfatório quanto à ratificação da Convenção-Quadro, as diretorias da AFUBRA e do SINDIFUMO posicionaram-se questionando de onde viria a verba do Governo Federal para a reconversão produtiva. Nestor Jost, que presidiu a ABIFUMO por 20 anos, demonstrou sua preocupação com a aprovação e afirmou: “Não adiantou, o Senado acabou aceitando a proposta do governo, que ficou mais preocupado com o que a ONU ia pensar do que com os produtores” (MACHADO, 2005f, p. 6). O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, rebateu as críticas e garantiu que haverá condições de implementar as ações voltadas a esses agricultores (MACHADO, 2005f, p. 6).

Uma semana após a ratificação brasileira à Convenção-Quadro, o presidente da empresa fumageira CTA – Continental, Sr. Allan Kardec Nunes Bichinho, concedeu entrevista à Folha do Mate, na qual demonstrou otimismo frente à forma com que o país aderiu ao Tratado e afirmou que todos saíram beneficiados, desde antitabagistas até fumicultores. Allan elencou três pontos que julgou positivos na declaração interpretativa elaborada pelo Poder Executivo: não existe nenhuma proibição da continuidade de plantar, beneficiar e exportar tabaco; a afirmação de que não haverá restrições às políticas nacionais de apoio aos fumicultores deixa claro que estes continuarão a ter acesso a linhas de crédito para plantar tabaco, como sempre tiveram; e o terceiro ponto e mais importante para o dirigente da empresa é de que o Brasil não apoiará nenhuma medida vinda da OMS ou da OMC no sentido de criar barreiras à comercialização de tabaco brasileiro. “Ora, com esses pontos assegurados, está tudo garantido e eu digo, ganhamos. Brigávamos no começo para continuar nossa atividade normalmente.” afirmou o Sr. Allan (ETGES, 2005e, p. 8).

Como a explicação situacional do presidente da CTA – Continental revela, ao afirmar a continuidade de uma normalidade no setor produtivo, os recursos de poder empregados por representantes dos fumicultores e pela indústria fumageira não conseguiram brechar a Convenção-Quadro, mas conseguiram manter inalteradas as genoestruturas desse jogo social.

A análise dos volumes produzidos por safra no Brasil, constantes no Quadro 5, exemplifica que não houve uma alteração abrupta na produção por um suposto reflexo das medidas da CQCT.

Segundo o estudo de Perondi et al (2011), a relativa redução de famílias de agricultores envolvidas com a fumicultura não se deve a efeitos da Convenção-Quadro. Para os autores, os principais fatores para esse decréscimo são: aposentadoria dos fumicultores e não permanência de seus filhos no meio rural; descontentamento com o retorno financeiro; e aspectos relacionados à saúde e bem-estar de suas famílias (PERONDI et al, 2011). Dados da Associação dos Fumicultores também revelam que as regiões do VRP e zona sul gaúcha foram as que apresentaram mais estabilidade, e até certo crescimento nos volumes produzidos em algumas safras (AFUBRA, 2016). O Quadro 8 também demonstra que a safra de 2011, 6 anos após a ratificação brasileira à CQCT foi a segunda maior da história, ficando atrás apenas da safra 2005.

**Quadro 5 – Produção de tabaco de 2005 a 2017\***

Safra	Famílias Produtoras	Hectares (Ha) Plantados	Produção (Toneladas)	Quilos/ Ha.	R\$/ quilo	VALOR TOTAL
<b>2017*</b>	-	-	674.000	-	-	-
<b>2016**</b>	144.320	271.070	525.221	1.938	R\$ 9,96	R\$ 5.230.364.810,00
<b>2015</b>	153.730	308.260	697.650	2.263	R\$ 7,13	R\$ 4.976.704.200,00
<b>2014</b>	162.410	323.700	731.390	2.259	R\$ 7,28	R\$ 5.321.932.174,00
<b>2013</b>	159.595	313.675	712.750	2.272	R\$ 7,45	R\$ 5.309.987.500,00
<b>2012</b>	165.170	324.610	727.510	2.241	R\$ 6,30	R\$ 4.583.313.000,00
<b>2011</b>	186.810	372.930	832.830	2.233	R\$ 4,93	R\$ 4.105.851.900,00
<b>2010</b>	185.160	370.830	691.870	1.866	R\$ 6,35	R\$ 4.393.374.500,00
<b>2009</b>	186.580	374.060	744.280	1.990	R\$ 5,90	R\$ 4.391.252.000,00
<b>2008</b>	180.520	348.720	713.870	2.047	R\$ 5,41	R\$ 3.862.036.700,00
<b>2007</b>	182.650	360.910	758.660	2.102	R\$ 4,25	R\$ 3.224.305.000,00
<b>2006</b>	193.310	417.420	769.660	1.844	R\$ 4,15	R\$ 3.194.089.000,00
<b>2005</b>	198.040	439.220	842.990	1.919	R\$ 4,33	R\$ 3.650.146.700,00

Fonte: Adaptado de AFUBRA (2016) e TESCHE (2016, p. 13).

\* O volume de tabaco produzido para 2017 trata-se de uma estimativa, já que a safra não estava encerrada no momento dessa pesquisa. A projeção foi informada pela AFUBRA e pode ser verificada em Tesche (2016, p. 13).

\*\* A redução de volume produzido na safra 2016 é justificada pelas condições climáticas desfavoráveis, principalmente à incidência de granizo no VRP.

Como demonstrou este relato, o processo de ratificação da Convenção-Quadro pelo Brasil foi mais conflitante e moroso do que poderiam prever os atores sociais com interesse de apoio sobre o Tratado. Atores sociais que se fenoestruturaram e além de retardarem o processo de ratificação no país, produziram jogadas que suavizaram as ações possíveis a partir do acordo internacional.

Além disso, durante esse período de disputas em torno da CQCT foi possível observar a existência de outras relações de conflito e cooperação no jogo social, com destaque às discussões sobre o baixo preço pago ao fumicultor e suas condições precárias de contratação

com a indústria. Isso demonstra que, assim como afirma Matus (1997), no jogo social as relações não são estáticas, e os atores não possuem ações predizíveis.

Quanto às negociações de preços e termos de contratação entre indústrias e fumicultores, os mesmos atores sociais continuam representando os agricultores, porém, houveram algumas alterações na forma como as negociações se dão. Em decorrência das tentativas aqui relatadas de negociação diretamente com as indústrias idealizadas, principalmente, pela direção da AFUBRA e da FETAG, esta prática passou a ser adotada a partir da safra de 2007. Além disso, foi formada uma Comissão Técnica Mista<sup>36</sup> com a incumbência de definição conjunta do custo de produção, que serve de base para o reajuste do preço do tabaco pago ao agricultor.

---

<sup>36</sup> A Comissão Técnica Mista atualmente é composta por representantes dos produtores e das indústrias fumageiras, coordenada pelo SINDITABACO, e onde ocorrem, todos os anos os cálculos do custo de produção do tabaco para servirem de base ao índice de reajuste dos preços. Os produtores são representados nessa comissão pelas Federações de Trabalhadores na Agricultura dos três estados do Sul – FETAG (Rio Grande do Sul), FETAESC (Santa Catarina) e FETAEP (Paraná); pelas Federações de Agricultura dos mesmos estados – FARSUL (Rio Grande do Sul), FAESC (Santa Catarina) e FAEP (Paraná); além da AFUBRA. Já as negociações para definição dos reajustes pagos ao fumicultor são realizados individualmente pelos representantes dos fumicultores, supracitados com cada indústria fumageira, podendo divergir os valores entre elas.